

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORGANIZAÇÃO
TERRITORIAL EM MATO GROSSO: OS POLOS ARIPUANÃ,
JURUENA E XINGU/ARAGUAIA (1970/2010)**

Manoel Messias de Freitas

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT, Maio de 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORGANIZAÇÃO
TERRITORIAL EM MATO GROSSO: OS POLOS ARIPUANÃ,
JURUENA E XINGU/ARAGUAIA (1970/2010)**

Manoel Messias de Freitas

Orientador: Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Ambiente e Sociedade, linha de pesquisa Planejamento e Gestão Territorial.

Rondonópolis-MT, Maio de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORGANIZAÇÃO
TERRITORIAL EM MATO GROSSO: OS POLOS ARIPUANÃ,
JURUENA E XINGU/ARAGUAIA (1970/2010)

Manoel Messias de Freitas

Dissertação de Mestrado Submetido ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração Ambiente e Sociedade, linha de pesquisa Planejamento e Gestão Territorial.

Aprovado por:

Prof. Carlo Eugênio Nogueira, Dr. UFMT
Orientador

Prof. Flávio Vilas-Bôas Trovão, Dr. UFMT
Examinador Interno

Prof. Danilo Volochko, Dr. UFPR
Examinador Externo

Rondonópolis-MT, 03 de Maio de 2016

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

F866d Freitas, Manoel Messias de. Desenvolvimento Regional e Organização Territorial em Mato Grosso: Os Polos Aripuanã, Juruena e Xingu/Araguaia (1970/2010) / Manoel Messias de Freitas. – 2016 ix,167 f. il. Color. ; 30 cm.

Orientador: Carlo Eugênio Nogueira. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento. 2. SUDAM. 3. SUDECO. 4. Polos de desenvolvimento. 5. Mato Grosso. I. Título.

É concedida à Universidade Federal de Mato Grosso para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Manoel Messias de Freitas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - - Cep: 78735901 -Rondonópolis/MT
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado_ppgeo_cur@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "Desenvolvimento regional e organização territorial em MT: os pólos Aripuanã, Jurueña e Xingu/Araguaia"


AUTOR : Mestrando MANOEL MESSIAS DE FREITAS

Dissertação defendida e aprovada em 03/05/2016.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Carlo Eugênio Nogueira
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor(a)	Flávio Vilas-Bôas Trovão
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	
Examinador Externo	Doutor(a)	Danilo Volochko
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Giancarlo Livman Frabetti
Instituição :	UNIFAP	

RONDONÓPOLIS, 28/06/2017.


Prof. Dr. Nestor Alexandre Perehouskel
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Geografia
ICHS / CUR / UFMT

DEDICATÓRIA

A minha família, pela paciência com minha ausência e da minha impaciência quando presente e que mesmo assim não mediram esforços para apoiar-me.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que compartilharam comigo essa nova etapa de minha vida, que é a conclusão dessa dissertação de mestrado. Pessoas que passaram e dividiram o caminho comigo deixando um pouco de si. Em especial o Prof^o Dr. Carlo Eugênio Nogueira por ter acreditado, incentivado e cobrado, tido paciência e dedicação.

RESUMO

Em Desenvolvimento Regional e Organização Territorial em Mato Grosso: Os Polos Aripuanã, Juruena e Xingu/Araguaia (1970/2010), procura investigar o processo de apropriação do espaço de Mato Grosso por parte do capital articulado por um projeto geopolítico que tem sua origem na década de 1970 engendrado principalmente pelo Governo Militar que ao longo de seu governo foi revestindo de mecanismos técnicos, políticos, filosóficos e econômicos que conduziram o território de Mato Grosso a práxis hegemônica do período que era a política do planejamento governamental, principalmente na figura da Política de Integração Nacional. Nessa discussão a figura do planejamento aparece como condição única para se atingir o desenvolvimento econômico. Assim são adotadas diferentes teorias econômicas que justificassem a expropriação e a nova ocupação do espaço de Mato Grosso como a teoria dos polos de desenvolvimento econômico, a criação de organismos federais que viessem contribuir para o sucesso dessa política em momentos específicos e a possibilidade de sua possível desativação, também em momentos estratégicos, como as superintendências de desenvolvimento SUDAM e a SUDECO.

Palavras-Chave: Planejamento, SUDAM, SUDECO, Polos de Desenvolvimento, Mato Grosso.

ABSTRACT

In *Regional Development and Territorial Organization in Mato Grosso: The Polos Aripuana, Juruena and Xingu / Araguaia (1970/2010)*, investigates the process of appropriation of Mato Grosso space by the capital articulated by a geopolitical project that has its origin in 1970s engendered mainly by the military government that over his government was coating of technical mechanisms, political, philosophical and economic factors that led Mato territory Grosso hegemonic praxis of the period it was the policy of the government planning, especially in figure Policy National Integration. In this discussion the planning figure appears as the only condition for achieving economic development. So they are adopted different economic theories to justify the expropriation and the new occupation of Mato Grosso space as the theory of economic development poles, the creation of federal agencies that they would contribute to the success of this policy at specific times and the possibility of its possible off, also at strategic points, such as the development of superintendents SUDAM and SUDECO.

Keywords: Planning, SUDAM, SUDENE, Development Polos, Mato Grosso.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Concentração Industrial	18
Mapa 2: Dinâmica do Desmatamento.....	19
Mapa 3: Rodovias Federais.....	26
Mapa 04: Área de Abrangência dos Polos de estudo em Mato Grosso.....	67
Mapa 05 - Polo Aripuanã.....	87
Mapa 06: Microrregiões de Mato Grosso, 1980.....	107
Mapa 07: Microrregiões de Mato Grosso, 2010 e municípios.....	108
Mapa 08 – Polo Juruena.....	111
Mapa 09: Áreas Indígenas.....	126
Mapa 10: Polo Xingu- Araguaia.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01-Polo Aripuanã: PIP a Preço de Mercado Corrente (x1.000,00).....	68
Gráfico 02-Polo Aripuanã: Taxa de Crescimento do PIB (%).....	69
Gráfico 03- IDH- Polo Aripuanã.....	76
Gráfico 04-Polo Aripuanã: População Absoluta.....	80
Gráfico 05-Polo Aripuanã: População Taxa de Crescimento (%).....	81
Gráfico 06 - Polo Juruena: PIP a Preços de Mercado Corrente (x1000,00).....	99
Gráfico 07 - Polo Juruena: PIP-Taxa de Crescimento (%).....	100
Gráfico 08- IDH - Polo Juruena.....	112
Gráfico 09-Polo Juruena: População Absoluta.....	114
Gráfico 10 - Polo Juruena: População Taxa de Crescimento (%).....	115
Gráfico 11-Polo Xingu- Araguaia PIP a Preços de Mercado Corrente(x1000,00)	119
Gráfico 12-Polo Xingu/Araguaia: PIB- Taxa de Crescimento (%).....	120
Gráfico 13 - Polo Xingu-Araguaia: População Absoluta.....	133
Gráfico 14-Polo Xingu-Araguaia: População-Taxa de Crescimento (%).....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Polo Aripuanã: PIP a preço de mercado corrente (1000 R\$) e Taxa de Crescimento (%).....	68
Tabela 02- IDH- Polo Aripuanã.....	76
Tabela 03-Polo Aripuanã: População Absoluta e Taxa de Crescimento (%).....	79
Tabela 04-Polo Juruena: PIP a Preços de Mercado corrente (1000 R\$) e Taxa de Crescimento (%).....	98
Tabela 05 - IDH- Polo Juruena.....	102
Tabela 06 - Polo Juruena: População Absoluta e Taxa de Crescimento (%).....	113
Tabela 07 - Polo Xingu-Araguaia: PIP a preços de Mercado Corrente e taxa de crescimento.....	118
Tabela 08-IDH- Polo Xingu-Araguaia	121
Tabela 09 - Polo Xingu-Araguaia. População Absoluta e taxa de crescimento (%).....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA- Agência de Desenvolvimento da Amazônia

ADENE- Agência de Desenvolvimento do Nordeste

AGB-TL-MS- Associação dos Geógrafos do Brasil- Três Lagoas- Mato Grosso do Sul

BASA-Banco da Amazônia

BIRD- Banco Internacional Para a Reconstrução e Desenvolvimento

CEPAL- Comissão Mista de Técnico da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CODECO- Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste

CODEMAT- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CONAGRO- Colonização e Consultoria Agrária

COOPERCANA- Cooperativa Agropecuária Mista Canarana

COOPERCOL- Companhia de Colonização 31 de Março

DF- Distrito Federal

DHFFLCH- Departamento de História Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

DNER- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNIT- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

DNPM- Departamento Nacional de pesquisa Mineral

DPFFLCH- Departamento de Geografia Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas

ECO-RIO 92- Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

EDUFMT- Editora da Universidade Federal de Mato Grosso

FBC- Fundação Brasil Central

FCO- Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste

FDA- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDNE- Fundo de desenvolvimento do Nordeste

FDPI- Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados

FIDAM- Fundo de Investimentos da Amazônia

FIEMT- Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso

FMI- Fundo Monetário Internacional

FND- Fundo Nacional de Desenvolvimento

FUNAI- Fundação nacional do Índio

FUNASA- Fundação Nacional da Saúde

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDECO- Integração, Desenvolvimento e Colonização.

ISA- Instituto Socioambiental

JK- Juscelino Kubitschek

LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias

MI- Ministério da Integração Nacional

ONU- Organização das Nações Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

PIN- Programa de Integração Nacional

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

PNDR- Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNDU- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNV- Plano Nacional de Viação

POLAMAZÔNIA- Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia Legal

PPA- Plano Plurianual

PROÁLCOOL- Programa Nacional do Alcool

PRODEAGRO-MT- Programa de Desenvolvimento do Agronegócio de Mato Grosso

PRODEI- Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial

PRODEPAM- Programa de desenvolvimento do Pantanal

PRODOESTE- Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROMAT- Programa de Desenvolvimento do Mato Grosso

PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras à Agroindústria do Norte e Nordeste

RADAMBRASIL- Radar do Brasil

SEAD- Fundação Sistema Estadual de análise de Dados

SEPLAN- Secretaria de Planejamento de Mato Grosso

SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIASI- Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena

SPI- Serviço de Proteção ao Índio

SPVEA- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFG- Universidade Federal de Goiás

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso

UFPR- Universidade Federal do Paraná

UNB- Universidade de Brasília

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UNISELVA- Universidade da Selva

USP- Universidade de São Paulo

VAB- Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS.....	ix
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
1. APRESENTAÇÃO.....	16
2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CENTRO-OESTE: MATO GROSSO, A NOVA FRONTEIRA.....	17
2.1 A ADOÇÃO DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL EM MATO GROSSO	34
2.2 UMA DISCUSSÃO SOBRE A TRAJETORIA DO PLANEJAMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO: SUDAM E SUDECO.....	46
3. OS POLOS DE DESENVOLVIMENTO DE ARIPUANÃ, JURUENA E XINGU/ARAGUAIA.....	65
3.1 POLO JURUENA	87
3.2 POLO XINGU/ARAGUAIA	115
4. O FIM E A RECRIAÇÃO DA SUDECO: CONTEXTO GERAL	135
4.1 A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	142
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153

1. APRESENTAÇÃO

A proposta central desse trabalho é a de compreender o ordenamento do territorial no espaço de Mato Grosso no contexto dos Planos de Integração Nacional elaborados e postos em ação no intervalo temporal que vai do período de vigência do Governo Militar (1964-1985) até a primeira década do século XXI.

Iniciamos nossa investigação através de uma abordagem geohistórica, na qual resgatamos, através da investigação laboratorial, telematizada, documental e bibliográfica, todo o processo de ocupação do Centro-Oeste focalizando as discussões ao estado de Mato Grosso, que se constituía a nova fronteira agrícola do país.

Essa visão de Mato Grosso como área de expansão do povoamento e da apropriação economicamente produtiva do espaço por parte da sociedade brasileira, expressa de que maneira foi a fronteira em movimento alvo de vários agentes que se articulavam no intuito de ocupá-la, como o Estado, o capital, os camponeses, os colonos e os índios, bem como as ideologias hegemônicas, que continuamente produziam imagens sobre esse espaço a ser conquistado que influenciaram o próprio desenrolar desse processo.

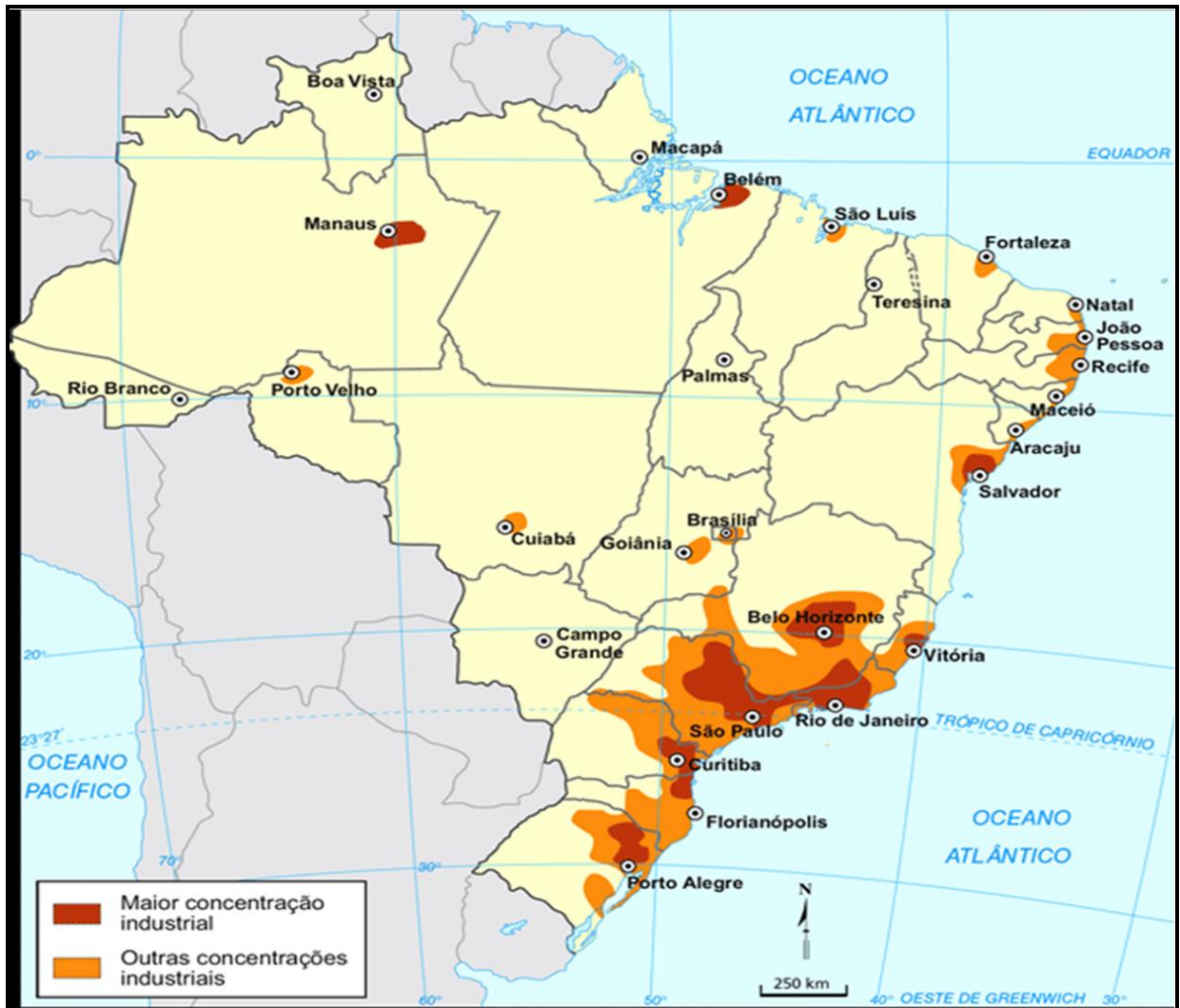
Tentando melhor compreender essa problemática, direcionamos nossa discussão para a adoção da teoria dos Polos de Desenvolvimento Econômico pelo governo federal como ferramenta de promoção da integração nacional, em particular no Mato Grosso. Posteriormente, com intuito de melhor situar a adoção da teoria da polarização econômica adotada pelo governo, abordaremos uma discussão sobre a trajetória do planejamento regional em Mato Grosso, direcionando nossas discussões à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM, e para a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, a SUDECO.

Finalizando essa discussão, faremos um estudo de caso da materialização da teoria dos Polos de desenvolvimento em Mato Grosso que foram os Polos Aripuanã, Juruena e Xingu/Araguaia. Este estudo de caso fornecerá subsídios para compreender se o atual ordenamento do território de Mato Grosso é de fato fruto das políticas integracionistas e intervencionistas dos Governos Militares. Dando sequência e finalizando as discussões, abordaremos na última parte desse estudo a questão da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional enfatizando a retomada da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste em sua nova roupagem e procedimentos metodológicos.

2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CENTRO-OESTE: MATO GROSSO, A NOVA FRONTEIRA.

De início, seria interessante esclarecer de que maneira o processo de expansão territorial do povoamento ocorrido na área da atual região Centro Oeste foi equacionado neste trabalho. A forma como se processou a ocupação do território brasileiro promoveu, historicamente, diferentes regionalizações com distintos ritmos de crescimento econômico. Inicialmente as áreas litorâneas foram as que mais se desenvolveram em função da logística em relação ao mercado europeu, destino final da produção de gêneros agrícolas e minerais, que desde o período colonial até o início do século XX são o principal fundamento da estrutura econômica brasileira. Mesmo após o período chamado de substituição de importações no início do século XX, momento em que o Brasil passa a desenvolver uma atividade industrial endógena, percebe-se que essa se concentrava ainda nas antigas regiões litorâneas, uma vez que era esse o local provido de elementos atrativos, como mão de obra, mercado consumidor e infraestrutura, entre outros. Ver mapa 01.

Mapa 1: Concentração Industrial no Brasil.



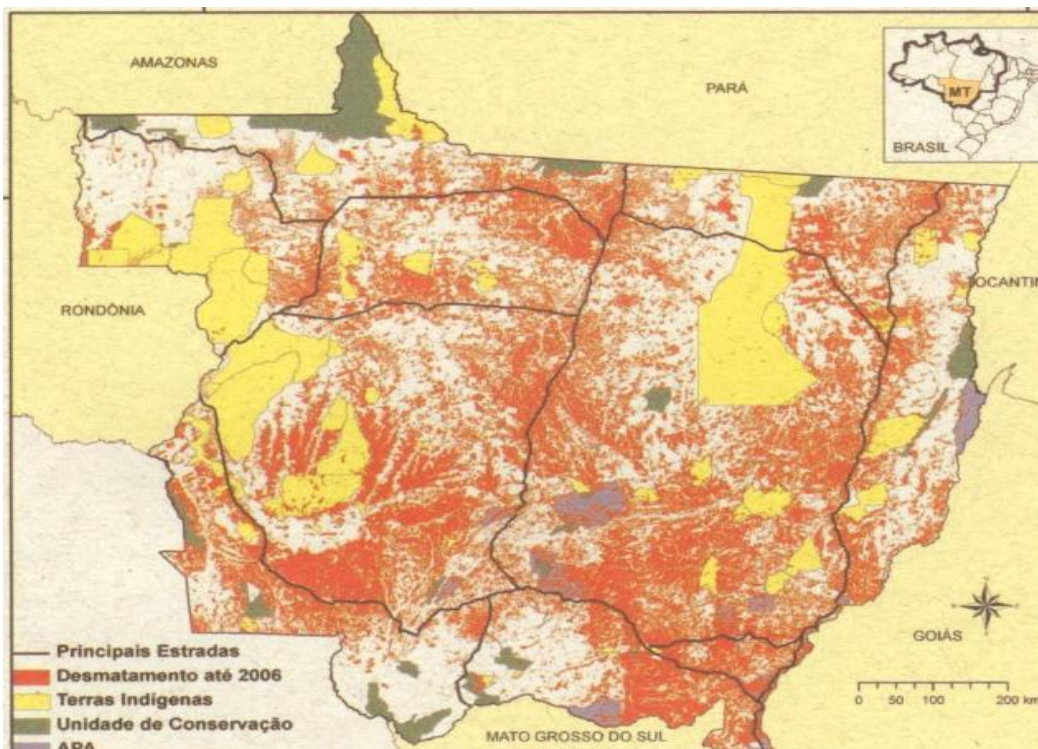
Fonte: <http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=capitulo-11-a-industria-no-brasil-zip>

Nesse sentido, as áreas interiores do país, como o Mato Grosso e praticamente todo o Centro-Oeste, ficaram relativamente isoladas desse processo de expansão das atividades econômicas que então ocorriam no Centro-Sul do país, com a consequente modificação de sua organização territorial, permanecendo até meados do século XX como área a ser inserida ao processo produtivo capitalista. Em uma primeira aproximação, pode-se dizer então que o Mato Grosso, dentro da divisão territorial do trabalho engendrada no país, cumpria a função de fundo territorial, isto é, uma área de reserva para a expansão futura das atividades econômicas e povoamento (MORAES, 2002), nesse caso, principalmente as atividades do setor agropecuário e de extração mineral. Em termos territoriais, Antônio Carlos Robert Moraes destaca que:

Um crescimento demográfico moderado, mas ininterrupto, permitiu tal combinação de adensamento e concentração nas áreas já ocupadas com o avanço da ocupação sobre os fundos territoriais ainda extensos. Ativas frentes pioneiras adentraram no último quartel do século passado nos espaços ainda pouco explorados do Centro Oeste e da Amazônia (MORAES, 2011, p 119).

Esse fato pode ser constatado quando verificamos que as taxas de desmatamento no Brasil vêm se ampliando exponencialmente nas últimas décadas devido ao processo incorporador de novas terras à economia do país, em especial em Mato Grosso e naquelas áreas que fizeram parte dos programas especiais desenvolvidos pela SUDECO/SUDAM dentro da Política de Integração Nacional, discussão abordada com mais detalhes a seguir.

Mapa 2: Dinâmica do Desmatamento – Mato Grosso (2007)



Fonte: INPE/PRODES

Do período colonial até o início do século XX, quando o Brasil poderia ser qualificado como uma economia agroexportadora, em Mato Grosso a atividade econômica estava fundamentada na pecuária voltada para o mercado interno, atendendo, quando muito, ao mercado paulista. Paralelo a essa atividade desenvolveu-se a mineração, essa de cunho

parcialmente exportadora, principalmente quando algum minério de alto valor, como o diamante, era encontrado (MORENO e HIGA, 2005).

Essas duas atividades econômicas foram responsáveis pela formação de vários núcleos populacionais nas terras que hoje são de Mato Grosso, principalmente a atividade mineradora, que no início do século XVIII foi responsável pelo deslocamento de grande contingente populacional à área de Bom Jesus de Cuiabá. A partir de então, iniciou-se a abertura de rotas e caminhos que visavam ligar a futura capitania de Mato Grosso a Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Assim, como a principal via de comunicação entre Mato Grosso e São Paulo eram os rios, ao longo do trajeto das chamadas monções foram se constituindo pequenos núcleos populacionais, que sempre localizado às margens dessa rota, tiveram assim papel fundamental no povoamento do Mato Grosso (NOGUEIRA, 2008).

De um ponto de vista histórico, a formação dos primeiros núcleos populacionais em nosso estado é fruto da atividade mineradora aqui desenvolvida, como Vila Bela, em 1752, Cáceres, em 1778, e Poconé, em 1781. Contudo, durante o período colonial, fica claro que não foi apenas a mineração a responsável pela fixação da população em Mato Grosso, sendo possível mesmo apontar que a questão geopolítica, advinda da posição fronteiriça de Mato Grosso, também foi responsável por uma ação intencional do Estado português no sentido de fundar vilas, arraiais e fortes (NOGUEIRA, 2012).

Já no final do século XIX, após a Guerra do Paraguai, semelhante à configuração regional do restante do país, o Mato Grosso estava dividido em espaços estanques, verdadeiras ‘ilhas’ cada qual especializadas em uma atividade econômica, mas desarticuladas entre si. A parte amazônica de Mato Grosso dedicava-se à exploração da borracha com fins a exportação. Explorava-se a poaia na porção noroeste do estado, também com fins de exportação. A porção pantaneira e mesmo áreas ao norte do pantanal estavam organizadas em latifúndios tradicionais, e às margens do rio Cuiabá, que era utilizado como via de transporte para os produtos que visavam o mercado regional e os países vizinhos, estavam as usinas de cana-de-açúcar.

Todas essas atividades econômicas tinham um alcance restrito, relacionando-se muitas vezes mais com outros mercados e não contribuindo diretamente para que ocorresse uma integração entre as diferentes áreas produtivas do próprio estado. Isso se deveu, segundo Abreu (2001), ao fato de elas estarem voltadas exclusivamente à exportação, mantendo a característica de vazio demográfico da região como um todo e pouco influenciando a então configuração espacial do estado.

O pioneirismo do grande capital em Mato Grosso é representado pela Companhia Mate Laranjeira, empresa que se consolidou após a Guerra do Paraguai, porém, sua representatividade na economia do nosso estado pode ser considerada secundária, mesmo contribuindo para o surgimento de povoados e algumas vias de transporte rodoviário e ferroviário em áreas do atual Mato Grosso do Sul. Por se tratar de uma atividade extrativista, a exploração do mate atuava de forma semelhante à mineração, provocando a expansão e a retração nas suas áreas de influência, pois o carro chefe da economia, nesse período, era a pecuária.

No início do século XX há um incremento de obras de infraestrutura na parte sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, com a criação de ferrovias que objetivavam estabelecer uma ligação direta entre Mato Grosso e São Paulo, com a expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Essa, por sua vez, contribuiu para que Campo Grande se consolidasse como polo responsável pela alocação de gado do Mato Grosso e seu transporte aos frigoríferos de São Paulo.

Aqui novamente podemos falar de jogos de interesses que vão além da questão econômica, pois no que se refere à introdução dessas ferrovias em nosso estado, pode-se perceber que tal ação tinha uma pitada de geopolítica, uma vez que essas ferrovias faziam parte de uma estratégia de Segurança Nacional que tinha como objetivo principal a ocupação sistemática das fronteiras do país, principalmente próximo ao rio Paraguai, que era uma importante via de acesso a Mato Grosso e, sendo um rio internacional, poderia ser utilizado para a invasão e assaltos. Tanto é que um dos objetivos da chamada Marcha para Oeste, no outrora Mato Grosso, era o de “Nacionalizar as Fronteiras” (OLIVEIRA 1999).

Acreditava-se que na referida região havia uma excessiva presença e influência de pessoas originárias dos países vizinhos, especialmente o Paraguai. Nesse contexto é que foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943 e iniciada a construção do ramal de Ponta Porã ligando a linha tronco Noroeste as fronteiras com a República do Paraguai (NASCIMENTO, 2014, p 02).

Assim, o Governo desdobrou-se num esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras do sul do então Mato Grosso com a Bolívia e Principalmente com o Paraguai. Podemos destacar como ações diretas dessa política o indeferimento ao processo de renovação do contrato de arrendamento das áreas ervateiras a Companhia Mate Laranjeira, que segundo Queiroz (2004):

Importantes setores do Estado Novo Vargas identificaram, na forte presença da Companhia Mate Laranjeira, que mantinha, ademais, fortes vínculos com a economia argentina, um empecilho ao incremento do povoamento da região por contingentes nacionais (QUEIROZ, 2004, p 30).

Outra importante ação do Governo no intuito de fiscalizar as fronteiras sul do Estado foi a criação, em 1943, do território Federal de Ponta Porã. Esse território ocupava a porção do extremo sul do Mato Grosso da época, fronteira com o Paraguai, inclusive era área de concessão da Companhia Mate Laranjeira. Com certeza a criação dessa nova unidade da federação ocupando essa área em especial não foi coincidência, fazia parte do projeto maior de consolidar a participação do Estado nesse limite fronteiro. Desse modo, essa área passou a ser controlada e fiscalizada diretamente pela União (CARLI, 2005). Vejamos o argumento do governo, em um discurso que justifica a criação do território:

Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescimento dentro dos nossos limites territoriais, para fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a ideia de transformá-las em Territórios Nacionais sob a administração direta do Governo Federal. O Programa de organização e desenvolvimento desse território resume-se em poucas palavras. Sanear, educar, povoar, eis a finalidade da criação dos territórios nacionais. (www.Brasilnoar.com.br).

Nesse discurso fica evidente que a política de integração nacional, vinculada à segurança nacional, reforçada mais tarde pelo governo militar começa a ser engendrada nesse período. Convém destacar, no entanto, que apesar do Governo Vargas ter direcionado o país ao modelo desenvolvimentista, ele defendia uma integração e industrialização pautada ao nacionalismo. Já o Governo Militar instaurado a partir do golpe militar, estava atrelado ao governo dos Estados Unidos, que pregava a ideologia de assegurar a liberdade das nações contra a expansão do socialismo que ameaçava alastrar sobre a América Latina. Ou seja, período da Guerra Fria em que o mundo estava dividido em dois polos de influência, o capitalismo e o socialismo.

Essa questão fica mais implícita quando, por volta dessa época, o Governo Federal passa a negar a concessão de terras à empresa requerente, que no mais já atuava na região e era proprietária de grandes extensões de terra, pois grande parte dos interessados em conseguir novas concessões dos ervais era formado por estrangeiros. Paralelo a essa mudança de postura em relação à concessão de terras, o governo passou também a incentivar a

instalação de pequenas propriedades nessa faixa fronteira, com o que se objetivava o povoamento que melhoraria as condições de defesa (LENHARO, 1986, ABREU, 2001).

Essa questão ideológica da Segurança Nacional pode ser reforçada quando da mudança do traçado da Ferrovia Noroeste do Brasil, que originalmente tinha como traçado Bauru-Cuiabá, mas que passou a ter o ponto final na cidade de Corumbá, construída às margens do rio Paraguai nas imediações do antigo forte de Albuquerque, fundado para fazer a defesa do rio como fronteira natural com o Paraguai (QUEIROZ, 1999).

Já na década de 1950, o planejamento governamental aparece de forma implícita em Mato Grosso quando é lançada a política nacional de colonização, fundamentada desde a década de 1940 no famoso slogan da “Marcha para o Oeste”, no qual está evidenciado o discurso de ocupação de vazios que visava assegurar as fronteiras e a necessidade de aumentar a produção de gêneros agrícolas para atender os grandes centros, fazendo as fronteiras econômicas coincidirem com as fronteiras políticas, como então se dizia.

Nas ações da “Marcha para o Oeste” pode ser identificado um discurso claramente direcionado para a necessidade da expansão do capital na região, que seria então inserida em uma nova fase da divisão territorial do trabalho. Ou seja, ao Mato Grosso não caberia mais apenas a mineração praticada de forma irracional, a pecuária extensiva de corte e muito menos o extrativismo vegetal, uma vez que o momento pedia que uma nova função fosse desenvolvida regionalmente de acordo com as políticas desenvolvimentistas nacionais que estava em ebulição na década de 1950.

A respeito de uma visão geral da história da formação territorial do país, pode-se observar que o caso do Mato Grosso, sempre alvo de políticas territoriais oficiais direcionadas para normatizar a ocupação do espaço, exemplifica o fato de que o processo de conquista territorial do Brasil não está concluído:

A existência de fronteiras em movimento contemporâneas bem demonstra que o processo de conquista territorial no Brasil permanece inconcluso, no sentido do território usado ainda não abarcar integralmente o espaço de exercício da soberania estatal. Tal fato exprime uma importante particularidade geográfica brasileira no mundo atual (MORAES, 2011, p 120).

De todo modo, pode-se dizer que a construção de Brasília constitui-se em um marco no processo de inserir o Centro-Oeste na nova realidade vivenciada pelo país, considerando que com a fundação de Brasília milhares de trabalhadores de diferentes partes do país

aportaram no Centro-Oeste, proporcionando ou criando pré-requisitos necessários a efetiva inserção do Mato Grosso ao restante do país.

Nesse sentido, dentro dessa etapa do planejamento, a região foi invadida de norte a sul por empresas colonizadoras. No norte de Mato Grosso, podemos destacar a rio Branco e a Jaurú, em Cáceres, a Colonizadora Sinop S/A, em Aripuanã e Juruena, área que se constituiu posteriormente como um polo de desenvolvimento e que interessa diretamente ao nosso trabalho, a Indeco, em Aripuanã, Paranaíta e Alta Floresta, assim como a própria CODEMAT em várias outras áreas da imensa porção norte do estado.

Convém ressaltar que o órgão oficial do estado responsável pela política de vendas de terra, a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, CODEMAT, é acusado na década de 1950 de vender ilegalmente terras, o que, segundo Abreu (2006), levou ao fechamento do Departamento de Terras e Colonização, em 1966. Além do mais, inúmeros conflitos fundiários que se arrastam até hoje podem ter sua origem nessa prática.

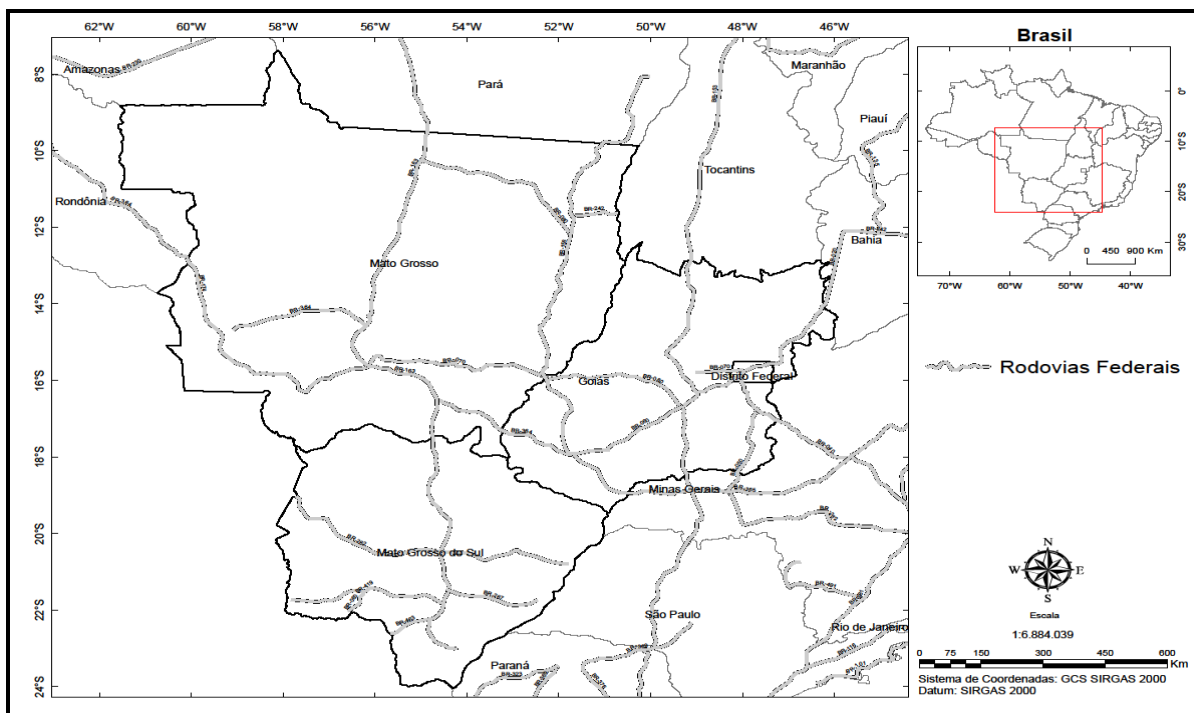
A forma como foi conduzido o processo de colonização em Mato Grosso, com o uso de agentes particulares, ou seja, o estado vendia a terra a uma Companhia e essa revendia aos futuros colonos, além de aumentar a receita dos cofres do estado, estava relacionado a um jogo de interesses políticos e econômicos regionais. Em outras palavras, grupos políticos do então norte do Mato Grosso adquiriam as terras públicas a valores baixíssimos e as repassavam como pagamento de favores eleitorais, sustentando as oligarquias políticas da época numa relação semelhante à de vassalagem na época do feudalismo. Além disso, segundo Lamoso (1994), grupos particulares se apropriavam de propriedades que superavam os 200.000 hectares e as integravam, ou seja, uma mesma empresa ou pessoa era proprietária de milhões de hectares de terras, agravando o problema de concentração fundiária, além de ser um processo que na verdade não estava promovendo a ocupação do espaço que era inicialmente o discurso que levava a toda essa política. Desse modo, esse processo de colonização pode ser considerado um fiasco.

Essa política de colonização fugiu aos reais objetivos do planejamento governamental, principalmente porque a companhia oficial do governo não conseguiu conduzir o volume, a pressão dos fluxos migratórios e a corrupção, assim como falhou em montar uma infraestrutura básica que promovesse boas condições de instalação dos colonos, que acabaram por deixar o Mato Grosso. No entanto, essa política tinha como meta ideológica manter a histórica estrutura agrária do país, na qual prevalece a concentração de muita terra sob o controle de pequenos grupos de proprietários, e ao mesmo tempo amenizar as ferrenhas

discussões referentes à necessidade da reforma agrária no país, pois a existência de terras ‘livres’ atrairia os excedentes populacionais das áreas rurais mais importantes da região Sudeste e Sul à área que era considerada um ‘vazio’ e necessitava de pessoas que desbravassem fisicamente seu espaço: os colonos. Em outras palavras, essa política de colonização propagava uma perspectiva que mascarava o problema da estrutura fundiária brasileira, caracterizada pela enorme concentração de terras nas escalas local, regional e nacional, assim como a desesperada tentativa de conter as tensões sociais existentes no país relacionadas a essa temática.

Outro aspecto do processo de produção do espaço em Mato Grosso na segunda metade do século XX é a importância da política de construção de troncos rodoviários, que desde então se constituiu em um dos principais instrumentos de ocupação, colonização e de relativa integração do Mato Grosso ao restante do país. Inicialmente, a construção das rodovias esteve vinculada a duas iniciativas controladas diretamente ao poder central: a Comissão de Linhas Telegráficas, ou simplesmente Comissão Rondon, e, pouco depois, a Fundação Brasil Central. Contudo, os troncos rodoviários daí surgidos pouco auxiliaram na integração do Centro-Oeste, considerando que as estradas abertas e efetivamente utilizadas tinham sua origem em São Paulo e direcionavam-se para o interior da região. Os principais troncos rodoviários que cortam a nossa região são a Belém/Brasília, BR-163; Campo Grande/Cuiabá/Santarém, BR-163; a Cuiabá/Porto Velho, BR-364 que interliga com a Transamazônica, pelo norte de Mato Grosso; a Três Lagoas/Jataí/Aragarças/Altamira, BR-158, a BR-174 e a BR-242, entre outras. No mapa 03 é destacada as principais rodovias que cortam o Centro-Oeste.

Mapa 3: Rodovias Federais do Centro-Oeste



Fonte: IBGE

A BR-163 (Belém-Brasília) é um conjunto formado por onze rodovias federais do Brasil, que ligam a capital do país à cidade de Belém no Pará. São algumas delas: A BR-060, BR-153, BR-080, BR-414, BR-242, BR-226 entre outras. Sua porção Norte foi inaugurada em outubro de 1976, pelo então presidente Ernesto Geisel. Já a BR-364 é uma rodovia diagonal com uma extensão de 4324 Km. Foi inaugurada em 1960. De forma semelhante à 163, possui intersecção com várias outras rodovias federais, como a BR-282, BR-070, BR-153, BR-174, entre outras. Seu trecho Cuiabá-Porto Velho, com extensão de aproximadamente 1000 Km, foi construído no início da década de 1970.

As rodovias federais do Brasil são organizadas dentro de um sistema de nomenclaturas, definido pelo Plano Nacional de Viação (PNV), que segue a seguinte estrutura: 1) Rodovia Radial, que são aquelas que partem da capital federal em direção aos extremos do país, 2) Rodovia longitudinal, que cortam o país na direção norte-sul, 3) Rodovia de ligação, que são rodovias que se apresentam em qualquer direção, geralmente ligando rodovias federais, ou pelo menos uma rodovia federal, a cidades ou pontos importantes ou ainda as nossas fronteiras internacionais, 4) Rodovia Transversal, que são as que cortam o

país na direção Leste-Oeste. 5) Rodovia Diagonal, que são estradas que podem apresentar dois modos de orientação Noroeste-Sudeste ou Noroeste-Sudoeste (DNIT-PNV, 2010).

Veja que a criação dessas rodovias foram importantes do ponto de vista estratégico, pois são esses caminhos que passaram a ligar fisicamente o Centro-Oeste, em especial o Mato Grosso, à região Norte, que associados aos vários programas governamentais, como veremos mais adiante, asseguram de forma concreta a ocupação sistemática dessa região pelo capital. Convém ressaltar que a questão social e ambiental, que é tão aclamada atualmente pelos vários programas de planejamento regional, era na época inexistente. A meta era a aplicação de um projeto do capital de maior envergadura capaz de criar novos territórios respaldados na produção que atropelava territórios de populações tradicionais (MARGARIT, 2013).

Essa questão é comentada por Diniz e Lemos (1990) quando destacam que o grande avanço rodoviário presenciado no interior do país nas décadas de 1960 e 1970 teve papel fundamental para que ocorresse a integração de mercado nacional, pois elas estabeleciam um elo entre o Norte-Sul e o Leste-Oeste do país. As rodovias, eleitas como o modal prioritário no projeto de desenvolvimento nacional, de certo modo colocaram o Mato Grosso dentro do espaço econômico nacional, no entanto, devemos mencionar que ocorreu a participação de outras vias de comunicação nesse longo processo de integração, como a ferroviária, na área que hoje é o Mato Grosso do Sul, e o fluvial, quando das entranças no sertão do Mato Grosso.

Ao longo das rodovias que ligavam nosso estado a São Paulo, núcleos urbanos foram se constituindo e se expandindo, como é o caso de Rondonópolis, no entroncamento da BR-163 com a BR-364, entre Cuiabá e Campo Grande, hoje duas capitais. Aliás, essas duas cidades, no início da década de 1970, se destacavam como centros de coleta e distribuição de produtos que tinham São Paulo como destino mais comum. Cuiabá, com sua ligação rodoviária com a Amazônia, contribuiu com a logística de distribuição e recebimento de produtos provenientes do extrativismo e de abastecimento das áreas mineradoras de cassiterita da região que hoje corresponde ao estado de Rondônia.

Entre 1950 e 1970, na porção sul do estado, que hoje corresponde ao Mato Grosso do Sul, ocorreram significativas alterações na configuração territorial, com a introdução de práticas agrícolas mais modernas e com o aproveitamento do cerrado nas culturas de soja, arroz e até mesmo do trigo em sua porção mais austral, assim como a prática da pecuária intensiva de corte. Segundo Abreu (2006), tratava-se de uma reorganização da agricultura brasileira no que se refere ao avanço da fronteira agrícola, ou seja, essas modificações do território estavam atreladas ao planejamento do Governo Federal.

Desse modo, o cerrado passa a ser explorado economicamente de forma sistematizada, principalmente com a pecuária de corte. Nesse sentido, não seria de todo errado apontarmos a continuidade histórica de certas posições do Estado brasileiro a respeito da integração das terras que hoje formam o Mato Grosso, uma vez que, a partir da década de 1970, com a Política de Planejamento Regional e a criação dos polos de desenvolvimento, ações que expressam o caráter intervencionista do Estado para criar condições de expor essa parte do país aos desígnios do capital, a proteção das fronteiras e certa visão militarizada do espaço continuam sendo fatores importantes na análise da elaboração das políticas territoriais que conferiam um direcionamento ao processo de produção do espaço em Mato Grosso:

Uma ótica enfaticamente geopolítica marcou a atuação do regime, que direcionou a ação modernizante do Estado no sentido da integração do espaço nacional, objetivo de fato alcançado por um caminho autoritário e centralizador. Uma modernização conservadora (na plenitude do termo) foi realizada no Brasil dos anos setenta, tendo o planejamento territorial integrado como instrumento, a doutrina de segurança nacional como fundamento, e o endividamento externo como meio de realização (MORAES, 2011, p 128).

De fato, foram registradas excelentes taxas de crescimento econômico no Brasil, principalmente nos primeiros dez anos de implantação concreta dessa política centralizadora do Estado. O reflexo imediatista dessa política em Mato Grosso foi a implantação dos polos de desenvolvimento econômico em pontos considerados estratégicos pelo regime, os quais foram servidos de serviços básicos e vantagens competitivas através dos incentivos e créditos por parte do governo. No entanto, essa pujança foi desmontada com o primeiro e o segundo choque do petróleo, assim como a subida elevação das taxas de juros no mercado mundial, que acarretou o aumento da nossa dívida externa.

Segundo Becker (1990, 2006), entre os anos de 1968 e 1974, o Governo brasileiro, visando completar a apropriação material e controlar efetivamente seu território interiorano, mais precisamente a Amazônia Legal: “impõe uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação” (BECKER, 2006, p 26).

A crescente emancipação política de municípios registrada na porção norte de Mato Grosso nesse período, assim como o aumento populacional e de todos os indicadores socioeconômicos, como veremos mais adiante, faziam parte dessa política de Estado. Foram criadas redes de circulação viárias, através das rodovias estaduais e federais, redes de

telecomunicações, subsídios aos fluxos de capitais, através de incentivos fiscais e créditos juros baixos, o incentivo a certos fluxos migratórios para o povoamento e a consequente formação de um mercado de trabalho na região. A criação desse conjunto de redes técnicas é destacada por Lia Osório Machado:

Investimentos públicos foram dirigidos para a construção de estradas pioneiras (12 mil km em 5 anos), para a rede de telecomunicações (sistema de comunicação em micro-ondas de 5100 km em 3 anos), e à rede de distribuição de energia elétrica associadas às usinas hidrelétricas de grande e médio porte. Foi criado também um programa de levantamento por radar de recursos naturais (Projeto Radam – 1971), responsável pela cobertura de cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados da região e áreas contíguas. Na década de 1980, foi também implantado um sistema de análise de imagens multiespectrais de satélite, captadas por estação rastreadora em Cuiabá (MACHADO, 2002, p 194).

Machado (2002) destaca ainda que esse aparato estratégico montado para a ocupação sistemática da Amazônia é algo jamais visto em áreas tropicais, representando investimentos de mais de 10 bilhões de dólares em 20 anos. Uma parte desse montante foi financiada internamente, e a outra por bancos internacionais. No entanto, impressionante mesmo é o volume de críticas aos impactos dessas obras. Como ela mesma destaca:

A maior parte deles refere-se ao impacto ambiental, como, por exemplo, a ruptura de ecossistemas locais pela construção de estradas e hidrelétricas e o estímulo ao desmatamento. Sem embargo, também o impacto social desses grandes projetos de infraestrutura está sendo questionado, especialmente o pouco grau de acessibilidade da maior parte dos habitantes regionais a benefícios desses investimentos, o que agrava conflitos sociais e a luta por domínio de território (MACHADO, 2002, p 194-195).

Sobre os conflitos de uso e domínio desse território, Becker (2006) faz os seguintes comentários:

Um primeiro grande conflito se configura entre a fronteira do capital natural, nos moldes da globalização, e a fronteira de recursos, interesse ainda dominante em nível nacional. As forças da globalização que até recentemente pressionavam pela preservação ambiental, encontraram terreno fértil para ação na região graças às lutas sociais que resistem à expropriação e às mudanças estruturais geradas por políticas públicas anteriores, sobretudo a conectividade. As redes de telecomunicações constituem elemento crucial para as relações locais-globais, permitindo estabelecer uma aliança entre os interesses globais e as populações locais. A essas forças somam-se também a dos ambientalistas nacionais (BECKER, 2006, p 125).

Essas contradições são marcas registradas do atual processo de globalização. Se de um lado prevalecem os interesses de preservação e uso sustentável do território, por outro, em função do mercado, há uma pressão para a derrubada da floresta e intensificação da agropecuária, principalmente com a valorização da soja no mercado internacional. Nessa conjuntura, percebemos que os interesses do capital vêm prevalecendo, não no quesito mídia, pois nesse quesito a questão do uso sustentável tem ganhado, mas no quesito “realidade local” o placar está bastante elástico em favor do capital. Vejamos alguns dados do IBGE: até 1995, 78% da área desmatada da Amazônia era ocupada pela pastagem. O rebanho bovino aumentou de 27 milhões de cabeças, em 1990, para 71 milhões de cabeças, em 2004, apresentando taxas de crescimento de 7,5% ao ano, enquanto nos estados fora desse bioma, apresentou crescimento de 1% ao ano. A área plantada da soja aumentou de 2,1 mil quilômetros quadrados, em 2000, para 51 mil quilômetros quadrados, em 2004. Nesse mesmo período, 5,4 mil quilômetros quadrados da floresta Amazônica foram derrubados para plantações, em especial a soja, em Mato Grosso (IBGE, 2004).

Analisando em escalas mais amplas, no sentido de incluir uma parcela maior do nosso território, tanto espaciais quanto temporais, percebemos uma nova tendência nas relações de uso e domínio do território da Amazônia, porém com explicação plausível:

Verificou-se, entre 1980-2000, forte retração dos investimentos produtivos do capital internacional. Influenciado por bancos e agências, este se orienta para uma política preservacionista de região associada à emergência da questão ambiental (BECKER, 2006, p 34).

Como comentado anteriormente, a bandeira da vez é a questão ambiental, principalmente a partir da Eco-Rio 92, na qual o mundo voltou os olhos para a questão ambiental, contribuindo para a retenção significativa de projetos altamente impactantes ao ambiente, ou mesmo dificultando ações financiáveis a esses projetos.

Outra questão que deve ser elencada a redução dos números acima apresentados é a orientação da nova geopolítica mundial, que: “não mais visa à apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso” (BECKER, 2006, p 35). Esse é o novo papel que a Amazônia assumiu nesse contexto. Assim: “a natureza é valorizada como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a ciência contemporânea” (BECKER, 2001, p 47).

Aqui a natureza é vista como sinônimo de bioma amazônico, o qual vem sendo ocupando em todas as frentes e essa, que podemos conceituar como ocupação subjetiva, é a

sua forma mais recente e mais meticulosa. Desse modo, as novas frentes estão reproduzindo os conflitos do avanço da fronteira de recursos que caracterizou o processo de ocupação dessa parte do território nacional entre os anos de 1970 e 1985, fazendo com que ações sejam tomadas, tanto do setor governamental como do setor civil, para inibi-las.

Devido ao interesse no aumento da produção econômica nacional apoiada pelas políticas de desenvolvimento regional a partir desse momento em particular, representadas na figura do PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste –, destaca-se a vontade de desenvolvimento de programas de colonização voltados para dinamizar as atividades econômicas no norte do Mato Grosso, visto mais do que outras áreas do próprio estado como um ‘vazio’ demográfico.

Essa colonização, a ser controlada por agentes privados, mas com subsídios públicos, buscava fundamentar-se nas noções de produção e eficiência, pois ao projetar o desenvolvimento econômico do norte mato grossense, estaria, ao menos no discurso governamental, contribuindo para a ocupação racional da fronteira. As propriedades que seriam disponibilizadas pelo poder público aos agentes privados de colonização, localizar-se-iam próximas aos eixos rodoviários, em outras palavras, pode-se afirmar que, na prática, essa colonização iria de fato favorecer as fazendas comerciais que visavam o aumento da produção em curto prazo, o que acarretaria, por consequência, o crescimento do PIB e o aumento da arrecadação de impostos.

No entanto, era preciso levar trabalhadores para a região para que fosse possível implementar os planos da “Operação Amazônia” (OLIVEIRA, 1988), pois não teria sentido ter grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região em que faltasse força de trabalho. Assim: “A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização” (OLIVEIRA, 1988, p 74).

Desse modo, os projetos de colonização que objetivavam assentar os camponeses e a demais migrantes provenientes de outras regiões, em particular do Sul e do Sudeste, que teoricamente seriam responsáveis pela produção de gêneros agrícolas destinados ao mercado local, mas que na prática serviram como desbravadores da mata virgem para que os grandes projetos se concretizassem, tinham sua instalação também prevista para as margens das rodovias federais de integração, em uma faixa de terra que ocuparia cerca de 10km de cada lado às margens das mesmas (OLIVEIRA, 1988).

Mesmo com a necessidade da mão de obra camponesa para os grandes projetos agrominerais e agropecuários, Abreu (2006) comenta que essa prática, qual seja, a instalação de projetos de colonização junto às rodovias, causou desconforto junto aos empresários que se instalaram na região, como as madeireiras e as mineradoras. Isso porque eles poderiam representar um grupo de resistência futura, inibindo o avanço de suas atividades econômicas, como, por exemplo, levando à tona os impactos ambientais provocados exacerbadamente por essas atividades, ou mesmo pelo simples fato de que muitos desses camponeses poderiam ser bem sucedidos e não abririam mão de seus lotes, como era e continua sendo fato comum em todos os assentamentos.

Isso acarretou, por parte do Governo, a retirada, em 1973, da colonização de povoamento como elemento prioritário no processo de ocupação da região. A própria fala do Ministério de Planejamento deixa em evidência essa questão, pois mostra uma justificativa de que os motivos para a retirada seria o de evitar uma ocupação desordenada e predatória, com conseqüente desmatamento da região, apontando ainda para a necessidade de promover o equilíbrio ecológico. Nesse sentido, o então ministro pede que as empresas passem a assumir a tarefa de desenvolver a região de forma mais racional do que a ocupação realizada pelas pequenas propriedades. Veja:

(...) a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico, nos leva a convidar as grandes empresas a assumirem a tarefa de desenvolver esta região (VELLOSO, 1973, p 21).

A bandeira conservacionista usada neste momento, e que hoje é o lema da política de planejamento regional brasileira, vem a atender aos interesses do grande capital já instalado na região, como se o assentado fosse o grande responsável pelos graves impactos ambientais existentes nessa porção do estado. Porém, dados da SEPLAN/PRODEAGRO-MT de 1988, indicam que essa porção do Mato Grosso, neste período, foi responsável por 67,72% do total de madeira explorada em todo o estado, sendo mais representativos os municípios localizados nos grandes troncos viários. Considerando que a exploração madeireira não ocorre de modo isolado, isto é, para se derrubar uma única tora de qualidade comercial desmata-se uma área equivalente a um campo de futebol, os impactos ambientais provocados por essa única atividade econômica implantada no estado são consideráveis. Imaginemos então quando consideramos isso somada às outras atividades econômicas como a pecuária, a agricultura, a

atividade mineradora, as grandes e pequenas usinas hidrelétricas que foram atividades desenvolvidas especificamente pela grande empresa.

Acompanhando esse raciocínio, Castro (1994) destaca que até o fim da década de 1970, não havia projeto de colonização oficial realizado pelo INCRA, o que se presenciava, era o espaço sendo ocupado sistematicamente pelas grandes empresas do setor agropecuário e mineral a partir de benefícios oferecidos pelos vários programas de créditos e incentivos fiscais oferecidos às empresas na Amazônia. Desse modo, ficam nítidos os privilégios cedidos às grandes empresas na figura da empresa rural¹ e da produção voltada à exportação.

Articulando essa situação no início da década de 1970, vemos que o planejamento estatal definiu investimentos vultosos a serem empregados no setor agropecuário com o objetivo único de aumentar as exportações, estimulando a produção agrícola que estava com elevado preço no mercado externo, principalmente a soja. Com isso, o governo passou a inibir a policultura de subsistência que era praticada em Mato Grosso, substituindo-a pela agricultura comercial, em particular a monocultura da soja.

Por fim, tendo em vista que esta dissertação tem como proposta principal analisar de que modo o processo de colonização e povoamento das terras interiores do Brasil acaba por hegemonizar as transformações produzidas na configuração espacial de Mato Grosso, em especial no norte do estado, um dos locais onde se materializou efetivamente a proposta do governo militar (1964-1985) de ocupar sistematicamente porções do território através da política de polos de desenvolvimento, justifica-se a preocupação que tivemos em refazer rapidamente algumas das etapas do processo de ocupação experimentado por Mato Grosso.

Na próxima parte deste capítulo, falaremos um pouco mais sobre a chamada teoria dos polos de desenvolvimento, tentando mostrar de que maneira os governos federal e estadual trabalharam com seus pressupostos na elaboração de planos e projetos que tinham como objetivo principal o incentivo à apropriação, transformação e valorização do espaço mato grossense, que através do desenvolvimento econômico finalmente conseguiria atrair para suas grandes extensões de terra, consideradas então como ‘espaços vazios’, uma população que ali se fixaria, auxiliando o Estado a garantir a soberania territorial brasileira.

¹ As empresas rurais são amparadas pela Lei nº 4504 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, em seu artigo 4 parágrafo VI: É o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo poder executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e às áreas ocupadas com benfeitorias. As vantagens e benefícios às empresas rurais são respaldadas na Seção III, capítulo III dessa mesma Lei, que trata da assistência e Proteção à Economia Rural em seu Artigo 73, Parágrafo VI-Assistência Financeira e Creditícia. Esse Parágrafo sofreu alteração em 2014 pela Lei nº 13001

2.1 A ADOÇÃO DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL EM MATO GROSSO

Dentro desse contexto, foi escolhido como universo de pesquisa três áreas consideradas estratégicas no norte de Mato Grosso inseridas dentro do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia Legal, o POLAMAZÔNIA, a saber, os polos Aripuanã, Juruena e Xingu/Araguaia, áreas a partir daí delimitadas e amparadas pelas ações de planejamento e controle promovidos pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional criadas durante o período militar, tais como a SUDECO e a SUDAM, essa última a responsável por custear a implantação do POLAMAZÔNIA, que era direcionado para a Amazônia Legal como um todo e ultrapassava os limites administrativos de Mato Grosso, mas que nos interessa pelas ações que promoveu nas áreas aqui em análise.

Para tal, faremos um pequeno contexto histórico da economia brasileira, principalmente a partir de 1930 quando se inicia um novo paradigma econômico no país, modelo industrial, no intuito de situar melhor a questão do planejamento regional no Brasil, procurando direcionar esse caminho a chegada do poder dos militares e então discutir diretamente a política dos polos de desenvolvimento econômico.

Segundo Francisco de Oliveira (2003), a partir de 1930 se inaugura um novo ciclo na economia do Brasil. O modelo caracterizado no sistema agrário-exportador vai se enfraquecendo e se inicia a predominância da atividade urbana industrial. Apesar de que concretamente, em termos absolutos, a atividade urbana industrial só vem superar a tradicional rural a partir de 1956 (OLIVEIRA, 2003).

Ianni (1971) discorre que essa mudança se deve sobremaneira à crise de 1929. Para ele, essa crise simbolizou uma ruptura do então vigente modelo político que foi historicamente montado para que as oligarquias agrárias tivessem a hegemonia econômica do país. Assim:

A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura, bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo (OLIVEIRA, 2003 p 45).

Nessa guinada do agrário ao urbano, foi necessário a articulação de fatores cruciais, como a regulamentação de leis entre o capital e o trabalho, que Oliveira (2003) conceitua como regulamentação de fatores, a intervenção estatal na economia e o novo papel da agricultura nessa nova relação produtiva (CASTILHO, 2008).

A intervenção do Estado nesse processo de inversão do padrão de acumulação agroexportador para o urbano-industrial, na virada dos anos 1930, pode ser percebida nas ações que o Estado passou a promover, como a adequada regulamentação da relação entre o capital e trabalho, ou seja, a criação das bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa ser reproduzido: “O Estado intervém para destruir o modo de acumulação para a qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação (OLIVEIRA, 2003, p 40)”.

Evidente que toda essa manobra na nova organização econômica do país, não tinha por objetivo beneficiar as classes trabalhadoras: “Esse estatismo, sem dúvida, serviu, sobretudo a burguesia nacional dependente de (...) necessitava de um amplo intervencionismo do Estado (CASTILHO, 2008, p 105)”. Visão similar sobre essa temática tem Octávio Ianni (1971), para quem o planejamento econômico nesse período era comum a todas as políticas de desenvolvimento implantadas pelo governo. Os lucros provenientes do desenvolvimento não atingiam os brasileiros homogeneamente e ocorreu uma maior concentração de renda, aprofundando ainda mais os problemas sociais existentes e provocando maior distanciamento social e econômico entre as classes.

Nessa transição, a questão agrária, mesmo sendo vista agora como atividade econômica secundária, apresentava-se como um setor que demandava soluções complexas (OLIVEIRA, 2003). Em função do enorme contingente de mão de obra disponível, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado, que construiu a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária (OLIVEIRA, 2003, p 43).

Nesse contexto tem início a expansão da fronteira agrícola, que inicialmente se expande com a rodovia ao norte do Paraná, com a cultura do café entre 1940 e 1950, Goiás e Mato Grosso na década de 1960, primeiro com a penetração da pecuária, mais tarde com a agricultura, a mineração e a extração madeireira (CASTILHO, 2008). A alocação de recursos para esse projeto proveio dos organismos financiadores como o BIRD e o FMI, que disponibilizaram o capital que seria investido no país através das grandes empresas multinacionais.

Com a chegada dos militares ao poder, articulou-se maneiras de organizar o nosso território dentro dos preceitos geopolíticos, evidenciando a necessidade da conquista da fronteira amazônica. A partir da década de 1970 eles encontraram as condições de aplicabilidade desse projeto: “Através de um planejamento equacionado na linguagem prática e burocrática das concepções geoeconômicas (BOMFIM, 2006, p 51)”.

O governo, na figura dos técnicos do planejamento, acreditava no efeito multiplicador do crescimento pelo território em velocidade estaticamente avassaladora (BOMFIM, 2006). Assim, a política militar buscava a qualquer preço o tal desenvolvimento nos moldes do capitalismo vigente, nem que para isso optasse em sacrificar trabalhadores, camponeses e os menos favorecidos economicamente, que nesse período correspondiam quase à totalidade da população brasileira. Santos (2011) afirma que não é exagero afirmar que o planejamento, nesse caso o militar, tem sido um instrumento responsável pela manutenção e ampliação do agravamento do atraso dos países com a exacerbação das desigualdades sociais. Veja a fala de um dos membros da chamada tecnoestrutura, o economista Roberto Campos:

Optar pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o índice de desenvolvimento econômico do que corrigir desigualdades sociais (...). Isso significa meramente, dentro do nosso estágio de evolução cultural, que a preservação de incentivos para o crescimento da produção deve ter prioridade sobre medidas que visem a sua redistribuição (DREIFUSS, 1981, p 46).

A questão das desigualdades sociais que se intensificaram nesse período, e que para o governo poderia ser entrave aos investimentos internacionais e propaganda negativa ao país que pregava grandeza, poderio, e crescimento econômico, foi mascarado ocultando-se os números oficiais e incentivando-se o nacionalismo que ligava as ações de apropriação econômica da Amazônia ao exercício da soberania do Estado pela via da: “Retomada e fortalecimento da ideologia nacionalista de onipresença do Estado sobre o espaço nacional em nome da segurança nacional (BOMFIM, 2006, p 51-52.)”.

Nesse contexto histórico, a integração do território foi usada como um recurso simbólico para a construção do grande Brasil e, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária. Em outras palavras, as políticas para a integração do território visaram à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista (BECKER, 1994). Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma, sobre a prática do governo militar em sua política de imposição, que: “O Estado autoritário, a par de suas políticas internas de repressão no início da década de

70, foi paulatinamente sedimentando a estratégia espacial de desenvolvimento, expressa na política das fronteiras ideológicas” (OLIVEIRA, 1988, p 89).

Assim, em 1972 começa a ser posto em prática pelo governo militar os princípios gestados nas Escolas Militares dos Estados Unidos e transferido para o Brasil. A estratégia do desenvolvimento regional brasileiro se fundamentar especialmente na política de Integração Nacional (OLIVEIRA, 1988).

A região Norte e o norte de Mato Grosso, a Amazônia Legal como um todo, nesse contexto estava reservada à política de desenvolvimento regional baseada nos polos agropecuários e agrominerais, que segundo OLIVEIRA (1988), a criação desses polos tinham dupla finalidade, abrir o acesso às riquezas naturais ao grande capital nacional e internacional e a reorientação dos movimentos migratórios que historicamente eram provenientes do Nordeste ao Sudeste, agora do Nordeste para a Amazônia.

Toda essa política direcionada à Amazônia tinha por objetivo final, por parte do governo vigente, tornar não só a Amazônia, mas todo o território nacional inserido na economia mundial. “Estes objetivos eram sedimentados por uma política externa estribada no endividamento crescente do país no mercado financeiro internacional, interessados em aqui investir (OLIVEIRA, 1988, p 90)”.

Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento aprofundaram-se a internacionalização da economia brasileira e a consumação do espaço Amazônico ao grande capital estatal, nacional e estrangeiro. Nesse mesmo período arquitetava-se de forma concreta e definitiva a estratégia do governo para territorializar os grandes monopólios na Amazônia (OLIVEIRA, 1988), a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLAMAZÔNIA.

Coloca-se agora em foco a análise dos referidos polos de desenvolvimento no intervalo temporal de 1970, período em que a atuação do Estado, no que tange à criação e a aplicação de políticas públicas com fins ao desenvolvimento regional, passa por significativas alterações, sobretudo pela contribuição de teorias que buscavam propagar o desenvolvimento econômico, tais como as teorias de Boudeville, Myrdal, Hirschmann, Nort e François Perroux, até o início da década de 2010, quando a SUDECO é recriada e o Estado brasileiro retoma o interesse no planejamento regional:

A tese dos polos de crescimento tornou-se, a partir de 1960, o mecanismo indutor mais propalado por órgãos governamentais nos mais diversos

contextos, inclusive no Brasil, ainda que das concepções de François Perroux tenham restado muitas vezes meras terminologias, e não uma aplicabilidade mais fidedigna das teorias do economista francês (BOMFIM, 2007 p.168).

Colocando em perspectiva histórica, o desenvolvimento do planejamento no Brasil remonta bem ou mal ao início da década de 1930, como comentado anteriormente, quando a Revolução de 1930 e a posterior implantação do Estado Novo foram eventos fundamentais para o surgimento de um Estado centralizado, com a fundação do IBGE (PENHA, 1993) e outros aparelhos estatais voltados para o manejo das questões territoriais (COSTA, 1988), embora seja inescapável notar que, naquele momento, as ações e políticas sistemáticas de planejamento governamental envolvendo questões regionais ainda estava distante, pois somente na década de 1950 é que estas iriam efetivamente se consolidar como parte de uma política estatal oficial.

De todo modo, a teoria dos polos de crescimento se propagou para várias partes do mundo, sendo sempre utilizada no intuito de solucionar os problemas relacionados à não homogeneidade do crescimento econômico em diferentes países do globo, isto é, ao crescimento geograficamente desigual engendrado pelo capitalismo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, que aceitaram uma proposta entusiasta e “moderna” de desenvolvimento, adequando seu espaço geográfico às demandas impostas pelos países centrais do sistema capitalista:

Esse modelo tornou-se hegemônico nos países periféricos, inclusive no Brasil. A intervenção era justificada pela necessidade de promover os pré-requisitos necessários para viabilizar o investimento em áreas deprimidas e em setores de elevado risco, ou seja, a intervenção auxiliaria a romper o ciclo vicioso das economias periféricas ao estimular economias externas em diversos espaços nacionais e subnacionais (LIMA e SIMÕES, 2009 p. 27).

Os polos de desenvolvimento podem surgir naturalmente, proveniente do resultado da atuação das forças livres de mercado chamado de polos naturais ou impostos sob política econômica governamental justificada como necessárias ao desenvolvimento regional, modelo esse que foi implantado no Brasil (TOLOSA, 1972).

Numa visão panorâmica, a discussão encampada pela teoria dos polos de desenvolvimento vislumbra a “polarização da produção econômica no espaço e nas economias externas de aglomeração” (LIMA e SIMÕES, 2009, p.32), destacando que o desenvolvimento econômico não ocorre de forma homogênea em parte alguma do mundo,

sendo particularmente agudas as desigualdades surgidas nos países subdesenvolvidos ou periféricos, como o Brasil e toda a América Latina. No geral, a argumentação que defendia a implantação dos polos de desenvolvimento estava fundamentada na teoria econômica desenvolvimentista, que por sua vez é centrada no crescimento econômico baseado na industrialização e na infraestrutura com forte intervenção do Estado. Contudo, para atingir seus objetivos e atender aos interesses do capital nacional e internacional, muitas vezes o Estado privilegia os investimentos em grandes projetos em detrimento do desenvolvimento social local (ABREU, 2001, BOMFIM, 2007).

Apesar das inadequações presentes na teoria de polarização em relação à realidade dos países subdesenvolvidos, como o caso brasileiro, elas foram aceitas sem nenhuma resistência por parte do governo, muito pelo contrário, foram estimuladas pelos burocratas do planejamento estatal. Países que nesse momento, político/econômico/histórico, se deparavam com uma questão central no se refere à organização de seus territórios, ou seja, a penetração e reprodução da técnica em seus espaços (SANTOS, 2003).

Muitas dessas teorias, como os polos de desenvolvimento, das quais estamos tratando mais detidamente, as teoria dos lugares centrais, a teoria da difusão das inovações, entre outras, não passavam de simples instrumentos de ampliação do espaço comandado pelo capital nos países da periferia do sistema, e o resultado de suas ações serviram tanto para agravar a questão do então subdesenvolvimento, como para manter a estrutura de classes e assegurar a expansão da pobreza (SANTOS, 2003). Mesmo assim, vemos que essa ideia foi levada adiante pelos dirigentes do governo militar:

Poucos foram os países que levaram tão longe as ideias de Perroux como o Brasil. Sob a perspectiva da acumulação capitalista, a ideologia dos polos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e mercadorias (EGLER, 2001, p 214).

Interessante destacar que, originalmente, a teoria dos polos de desenvolvimento foi pensada para ter como função motriz a indústria. Porém, no caso aqui em análise, sua aplicação na porção norte do Mato Grosso, temos essa teoria sendo articulada tendo como elemento centralizador atividades primárias. Andrade comenta que:

Embora Perroux tenha desenvolvido a sua teoria de polarização em função da indústria, o que é uma decorrência do fato de ser a economia moderna comandada pela atividade industrial e do fato de viver e de realizar os seus estudos em um país industrializado (...), ele admite também estender a função motriz a atividades primárias (ANDRADE, 1977, p 61).

Na verdade, essa teoria vem sendo alvo de inúmeras críticas do momento de sua publicação aos dias atuais, como destaca Santos: “A discussão sobre polos de crescimento provoca muitas vezes um apaixonado debate semântico ou uma interpretação crítica das ideias de seu interlocutor, François Perroux, o qual tem sido acusado de motivos dúbios por seu trabalho” (SANTOS, 2003, p 165). O autor comenta que essa teoria foi aceita como um modismo, ficando seu conteúdo negligenciado em favor de sua forma, e suas explicações descartada em favor de técnicas e modelos. Dessa forma, omitiu-se uma rigorosa análise de seus fundamentos teóricos, podendo mesmo se afirmar que raramente tenha sido aplicada ou até se de fato se trata de uma teoria (SANTOS, 2003).

Entendendo que os polos foram criados dentro da ideologia dos “vazios demográficos e econômicos”, muito pouco foi feito pensando nos grupos humanos que já se encontravam ocupando aquele espaço, como os índios e os diversos povos tradicionais: “Na Amazônia, há também um modo de vida rural com mais de dois séculos de existência (...) que é negligenciado nas análises e elaborações programáticas” (NOGUEIRA, 2000, p.7).

Nossa sociedade, historicamente moldada pelo capitalismo enquanto modelo socioeconômico vigente, associa o conceito de desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento econômico e de modernidade da sociedade. No entanto, entendemos desenvolvimento como uma mudança social positiva (SOUZA, 2004), na qual toda a sociedade tem que ser envolvida e beneficiada no processo de produção do território.

O desenvolvimento que produz efeitos colaterais danosos para a sociedade e meio ambiente, como o presenciado na porção setentrional do Mato Grosso, área central de nosso estudo, não seria de todo legítimo e, assim, não merece ser chamado como tal. A configuração territorial surgida de ações intencionais de planejamento deve expressar os desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores e culturas, enfim, com suas particularidades histórico-geográficas.

Para os principais agentes estatais envolvidos com o desenvolvimento das ações de planejamento regional em Mato Grosso, tais ações eram justificadas através da propalada necessidade de racionalização dos negócios do Estado (ABREU,2001), argumentação que muitas vezes assumia a forma de um recurso discursivo utilizado para legitimar ações e projetos estatais que tinham como pano de fundo objetivos menos nobres, como beneficiar alguns grupos político-econômicos regionais e nacionais, isto é, a tal racionalização estatal serviria de alicerce para as elaborações programáticas que tinham o objetivo de contribuir

para o avanço do capital e para a almejada integração dos chamados ‘espaços vazios’ ao espaço econômico nacional.

Assim sendo, a polarização aparecia como uma ferramenta estatal de intervenção que teria o intuito único de promover o desenvolvimento econômico regional através das políticas públicas ativas de planejamento regional. Uderman (2008) comenta essa questão:

A atividade de planejamento aparece como tarefa essencial no processo de indução do desenvolvimento econômico, cabendo também ao Estado um papel decisivo no esforço de atração e estruturação das atividades industriais. A elaboração de estratégias e planos de desenvolvimento e o estabelecimento de políticas públicas dirigidas para a operacionalização das propostas apresentam-se como ações essenciais para orientar e conduzir movimentos de industrialização em espaços periférico, consolidando o desenho institucional e a forma de operação do modelo de intervenção do Estado desenvolvimentista (UDERMAN, 2008, p.237).

As teorias de polarização, normalmente desenvolvidas por teóricos estrangeiros, passaram por profundas adaptações para que pudessem ser utilizadas em nosso território e atender aos interesses do então governo militar, que era o de colocar o país no caminho do que era tido como o mais moderno, em especial em Mato Grosso, onde a aplicação dessa teoria fez-se com a indústria deixando de ser o elemento base para a formulação dos polos.

A sustentação metodológica nessa empreitada, ou de sistematização de técnicas de polarização ao contexto do Brasil, pode ser observada, com o I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento, realizado pela SUDENE, em 1966, em Recife, e o Congresso de Integração Nacional, realizado em Salvador de forma articulada (BOMFIM, 2007).

Esse Seminário, que foi coordenado pelo então Superintendente da SUDENE, Fernando Mota, tinha como objetivos a discussão da viabilidade de adoção dos conceitos de polarização ao contexto brasileiro, como ferramenta de planejamento e desenvolvimento regional. Dentre as principais falas, podemos destacar a de Mario Lacerda de Melo e Michel Rochefort. Bomfim (2007) afirma que vários órgãos de planejamento participaram do evento com o intuito de implantação da polarização em suas especificidades, como a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai, na figura do técnico Ernesto Groth, que conforme destaca Gardin (2002), tinha interesse de absolver a teoria da polarização para promover o desenvolvimento industrial em consonância com a estrutura viária já consolidada e a capacidade de absorção do mercado consumidor.

O seminário contou também com a participação do IBGE, na figura da geógrafa Lysia Bernardes, que apresentou um estudo do que se tinha produzido na Geografia a respeito da

temática em questão com a proposta de no futuro ser publicado pela entidade. O mesmo ocorreu com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que expôs um trabalho sobre a aplicabilidade da teoria de polarização de Boudeville (ANDRADE, 1977).

Já o Congresso de Integração Nacional elaborou um documento intitulado “Estudos Básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil”, preparado por Rubens de Mattos Pereira, Fany R. Davidovich, Pedro Pinchas Geiger e Roberto Lobato Corrêa, todos eles do Conselho Nacional de Geografia (BOMFIM, 2007). Assim, esses eventos foram os divulgadores daquilo que se tinha produzido e das metodologias a serem utilizadas na adoção da polarização no planejamento territorial, que comumente passou a ser conceituado de polos de desenvolvimento. Na prática, no território, isso era traduzido:

(...) pela seleção de certas áreas cuja atividade motriz nem sempre seria a indústria, sendo grande o número de programas regionais estatais de polos agrícolas (...), e cuja viabilidade foi frequentemente pensada (...) em termos de simples dotação de infraestrutura (transportes, comunicações e energia) e de meios de financiamento público; como se esses elementos, por si, garantissem a transferência de tecnologia, também percebida como fator determinante para a imaginada irradiação de desenvolvimento pelo território (BOMFIM, 2007, p 175).

Nessa direção, em alguns pontos do interior do país são delimitadas algumas áreas, quatro delas inseridas inteiramente dentro do território de Mato Grosso, que após terem sido delimitadas, passariam a ser definidas como polos de desenvolvimento, mas que, ao invés da atividade industrial, teriam a agropecuária e a mineração como principais atividades econômicas de polarização.

É a partir desse enquadramento que, internamente à área da Amazônia Legal, são implementados os polos agrícolas e agrominerais, empreendimentos que podem ser vistos como expressão de uma estratégia de adaptação local da teoria dos polos de desenvolvimento, uma vez que houve um abandono de algumas das premissas que envolviam a implementação de um polo, tal como a predileção pela atividade industrial e a proximidade de alguma cidade ou centro urbano já consolidado, para que essa política pudesse surgir em áreas que eram consideradas naquele momento como pontos ainda não integrados totalmente à vida econômica e política do país, e que, por isso, deveriam ser ocupados racionalmente tal como preconizava a política de Segurança Nacional.

Para ilustrar esse ponto, podemos ainda levar em consideração o fato de que, no início da década de 1960, a região Centro-Oeste ocupava uma área de mais de 22% do país, mas

continha menos de 4% da população brasileira (CAVALCANTE e BARREIRA, 2011). Assim, o Centro Oeste como um todo, e o Mato Grosso em específico, bem como toda a Amazônia Legal, eram caracterizados pelos órgãos oficiais como um ‘espaço vazio’, justificando-se então, do ponto de vista do Estado, a preocupação com o exercício da soberania nessas áreas, sempre apontadas como possíveis alvos de cobiça estrangeira.

Sobre essa concepção do espaço mato-grossense como uma terra desocupada, ou ainda como sertão, como muitos designavam essa parte de recente incorporação da fronteira agrícola, Antônio Carlos R. Moraes argumenta que: “Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e aos interesses vigentes neste processo” (MORAES, 2011 p.99). Ainda sobre essa temática, o mesmo autor discorre: “Nesse sentido, trata-se de uma imagem construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo” (Idem, p. 103).

Dessa forma, a ocupação desse imenso espaço dito vazio passou a ser foco prioritário da articulação integracionista do Território Nacional no governo militar:

A expansão da fronteira agrícola no Centro-oeste brasileiro deve ser compreendida a partir do pronto atendimento do Estado à reivindicação do segmento industrial e dos grupos multinacionais (...) que objetivavam ampliar a dependência da agricultura para a indústria e passaram a reivindicar do setor público, sobretudo dos países subdesenvolvidos, ações governamentais que promovessem a expansão da fronteira agrícola, nos moldes da moderna agropecuária, justificando tais medidas como única opção para acabar com a fome no mundo. (CAVALCANTE E BARREIRA, 2011, p. 181)

Ainda sobre esta questão, Moreno argumenta:

A redefinição de novos espaços econômicos foi orientada pela política de Integração Nacional, a partir da dinamização de setores das economias regionais. A redefinição desses espaços pautou-se na criação dos polos de desenvolvimento concentrando investimentos em determinadas regiões, susceptíveis de crescimento planejado, capazes de alavancar regiões vizinhas sob sua influência. Assim, a atenção do governo federal voltou-se prioritariamente para a regiões periféricas e sua inserção a economia nacional (MORENO, 2005, p.37).

A proposta de analisar as transformações ocorridas na configuração territorial de Mato Grosso com o olhar nos planos de integração, deve-se ao fato da compreensão de que estes eram as ferramentas utilizadas pelos órgãos oficiais de planejamento para produzir

modificações efetivas na organização espacial do estado. Nessa direção, como já se disse, abordaremos as ações da SUDECO, que era o órgão de planejamento oficial para a região Centro-Oeste, e que se consolidou ao longo dos anos como um centro de estudos para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento implementados pelos governos Federal e Estaduais (ABREU, 2001), e da SUDAM, que era o órgão responsável pela promoção do desenvolvimento da Amazônia Legal, que engloba a área que corresponde especificamente ao local onde estão inseridos os antigos polos de desenvolvimento que constituem objeto de estudo desse trabalho. Porém, não significa que não utilizaremos dados e informações de outros órgãos que eventualmente possam contribuir para o trabalho.

Evidentemente, vários foram os elementos utilizados como estratégia do governo para assegurar uma nova configuração territorial do Mato Grosso, dentre elas podemos destacar a criação da SPVEA, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, vinculada diretamente à Presidência da República. Esse órgão ajudaria na elaboração do planejamento voltado para a valorização da Amazônia, outra estratégia governamental nesse articulado processo de alteração da configuração territorial do país. Outra estratégia governamental em relação ao Mato Grosso pode ser percebida através das ações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, que dá o pontapé inicial na construção das rodovias Cuiabá-Porto Velho, a BR-364, que objetivava a implantação de um eixo de circulação no norte e noroeste do Mato Grosso e no sul do Amazonas, e da rodovia Belém-Brasília, a BR-010, que formaria um eixo de articulação rodoviária entre o nordeste do Mato Grosso e o leste da região Norte com o restante do país.

A construção dessas grandes rodovias constituiu-se em importante forma de abertura e ocupação da região Centro-Oeste. No entanto, essas rodovias de nada serviriam se elas não fossem dotadas de outros instrumentos que conduzissem à reorganização territorial reivindicada pelo Governo. Desse modo, através do Ministério do Interior surge a SUDAM, com a proposta de coordenar e supervisionar programas e planos mais pontuais voltados especificamente para a Amazônia Legal e decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais a projetos que deveriam ser implantados principalmente as margens dessas rodovias. Através dessa política de incentivo fiscal, que previa deduções tributárias exorbitantes aliadas a uma política de distribuição controlada da terra, na figura do INCRA e nos projetos públicos e

privados de colonização implantados, a configuração territorial² do Mato Grosso passa por significativas transformações que ainda continuam a ocorrer.

Todos esses programas e projetos promovidos pelas políticas territoriais concernentes à Amazônia Legal representam uma pequena parte de um projeto mais abrangente, no qual o planejamento regional faz parte de um emaranhado de objetivos e ações que revela uma intencionalidade (SANTOS, 1996), qual seja, a de assegurar a integração política e econômica dessa parte do país que se mostrava como um espaço descontínuo do restante. Para tanto, foi engendrado um complexo projeto que a levaria definitivamente para essas áreas distantes do Mato Grosso a dinâmica produtiva já vislumbrada na economia do Sul e Sudeste do país.

Para ser bem sucedido, esse projeto deveria necessariamente atender a interesses divergentes, ou seja, os planos mais amplos conduzido pelo Governo Militar, que tinham como meta garantir a estabilidade política, econômica e também territorial do país, necessitava para isso compor seus objetivos com os anseios e expectativas de diferentes atores nas mais diversas escalas, tais como os grandes empresários, os proprietários de terras, os poderosos de cada região e os movimentos sociais emergentes, articulando esses atores sem fazer restrição do uso autoritário da força para fazer valer a sua visão.

Nesse sentido, fica evidente que o território de Mato Grosso vem passando por profundas transformações desde o início da década de 1970, mudanças essas que acreditamos ser reflexo da ação intervencionista do Estado através da política dos planos de integração articuladas ora pela SUDECO, através de seus subprogramas, ora pela SUDAM, como, no caso aqui em análise, o programa POLAMAZÔNIA.

² A artificialização do meio em função do avanço da tecnologia proporciona conforto e comodidade, estando diretamente relacionado ao processo de globalização. Assim, nesse processo de artificialização, ao mesmo tempo em que cria-se a comodidade, o capitalismo expõe o que podemos chamar de “efeitos colaterais”, ou seja, a miséria, a fome, a ampliação da desigualdade social, etc. Portanto, o processo de artificialização do meio torna a tarefa de definir o espaço algo cada vez mais complexo, pois vemos o surgimento de diferentes tipos de espaços, como o espaço político dos continentes, países e estados, o espaço industrial-comercial, na figura dos blocos econômicos. Nesse sentido, a configuração territorial é expressa pelo arranjo dos elementos naturais e artificiais no território, como as plantações, estradas, portos, aeroportos, redes de comunicação, as cidades, o que inclui o uso social do território. Podemos então dizer que a configuração territorial, enquanto categoria, vem de encontro a nossa discussão, pois diz respeito tanto ao espaço-materialidade dos sistemas de objetos, quanto à apropriação e ao uso dessa materialidade socialmente criada em uma dada época (SANTOS, 2008).

2.2 UMA DISCUSSÃO SOBRE A TRAJETORIA DO PLANEJAMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO: SUDAM E SUDECO

O estudo das transformações ocorridas na configuração territorial de Mato Grosso a partir da perspectiva dos planos de integração nacional, em especial os desenvolvidos pela SUDECO no recorte espacial de 1970 a 2010, com o estudo de caso de três polos inseridos ao POLAMAZONIA, o Aripuanã, o Juruena e o Xingu/Araguaia, caracteriza o objetivo geral desse trabalho. A análise dos dados socioeconômicos desses três polos agropecuários e agrominerais no âmbito econômico, social e populacional a partir do levantamento de dados oficiais existentes para o período proposto, objetiva rastrear se os programas e projetos elaborados e implantados durante o período militar continuaram a influenciar o processo de organização do território do Mato Grosso em um período posterior.

Ao coletarmos os dados disponíveis, poderemos ter uma primeira ideia da maneira pela qual os objetivos gerais colocados para a região na década de 1970, quais sejam, de aumento populacional, de expansão da propriedade privada e da acentuação da apropriação produtiva do espaço, que deveria ser explorado e transformado a partir dos ideais de uma suposta racionalidade, foram alcançados posteriormente. Dessa forma, acreditamos ser possível buscar elementos concretos capazes de compreender se as ações desses programas governamentais contribuíram realmente para a ocupação dos então chamados ‘vazios econômicos e demográficos’ do Mato Grosso, concorrendo efetivamente para a afirmação da soberania do Estado brasileiro em amplas áreas do território que, embora formalmente sob jurisdição brasileira, não se encontravam integradas ao espaço econômico do país, tal como era previsto pelos ideais de Integração Nacional, que era o pano de fundo trazido pelos objetivos de todos desses programas.³

Considerando a retomada da SUDECO no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, objetivamos também explicitar de que maneira a retomada do planejamento voltado para o

³ Durante a ditadura militar, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento-DSND, proposta pela Escola Superior de Guerra, em 1949, no governo de Gaspar Dutra, foi a grande direcionadora das políticas e ações dos governos militares. Segundo Alves (1984), a fundamentação teórica presente nas políticas governamentais empregadas pelo governo militar tinham como mentores intelectuais órgãos como Instituto de Pesquisas Econômicas e sociais-IPES, e o Instituto Brasileiro de Ação democrata-IBAD, dos quais tinha como liderança o general Golbery do Couto e Silva. O IPES era responsável pelas coletas de dados e informações e o IBAD financiava políticos favoráveis a ditadura. Giannasi (2011) argumenta que, entre 1951 e 1952, as Forças Armadas congregadas na Escola Superior de Guerra articularam o que mais tarde seria o Conceito Estratégico Nacional, definido em 1953. Uran (1987) atribui a origem dessa doutrina no Brasil ao tenente coronel Golbery do Couto e Silva, que desde a década de 1950 já articulava em seus estudos geopolíticos os temas básicos que comporiam o cerne dessa doutrina.

desenvolvimento regional, em especial nas áreas que correspondem aos antigos polos em discussão, influenciaram nos últimos anos o processo de produção do espaço mato-grossense. Em outras palavras, tentamos entender a conjuntura específica na qual foram articuladas as principais linhas de planejamento para a região, bem como apontar de que forma essas linhas agiram no desenvolvimento, organização e a reorganização do espaço de Mato Grosso a partir da retomada da instituição agora num momento de globalização:

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. (...) Mas o território termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o *mundo* necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o *mundo* escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o mundo depende das virtualidades do Lugar (SANTOS, 1996, p. 36).

Dentro da lógica de efetivação dos polos de atuação para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso, observa-se exatamente essa situação, pois alguns *lugares* por razões diversas, mas sobretudo por suas supostas carências de virtualidades, foram escolhidos em detrimento de outros, condicionando tais espaços esquecidos a ficarem à margem de um processo mais amplo de urbanização, integração ou até mesmo de socialização efetiva, o que veio a criar (e às vezes aumentar) sua posterior situação de dependência.

O mesmo nota-se nos territórios onde foram instalados os polos, uma vez que os critérios das virtualidades de espaço também são evocados, e esses lugares passam de uma hora para outra a serem sinônimos de desenvolvimento e de progresso, vinculados pois a uma ideologia dominante e disseminadores de tal ideário de mundo. Portanto, o espaço mato-grossense, num dado momento da história, era visto como um espaço vazio, sem muito a oferecer, contudo, num outro momento, passa a ser o centro das atenções para efetivar o domínio da ideologia dominante do capital sobre o território, através das virtualidades que os locais podem oferecer. Porém, como essa visão acerca do território funciona num movimento dialético, os polos de desenvolvimento irão sofrer mudanças em sua efetivação face ao fenômeno da globalização.

Importante salientar que essa mesma globalização é compreendida por nós como um processo que em si traz a essência do sistema capitalista, ou seja, as suas contradições. Pois de um lado poderíamos dizer que se globalizam os fluxos monetários, o capital produtivo e

cultural, por intermédio dos sistemas financeiros, das grandes corporações, das tradings e indústrias multinacionais, das marcas consolidadas, com a disseminação dessa sensação de aldeia global por meio dos meios de comunicação em massa que no atual momento está ancorada pela internet. Por outro lado, os países tentam se fechar politicamente ainda mais com medidas fiscais protecionistas, medidas restritivas a certas atividades industriais, a fim de salvaguardar seus mercados econômicos locais. Em outras palavras, há um embate, e já não é de agora, entre os sistemas políticos dos países e a dinâmica econômica que se ramifica e fortalece mundialmente cada vez mais.

Conforme Santos (1993), o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas, ou seja, nota-se que de fato há uma mundialização, no sentido de se poder *estar* como pessoa (seja física, jurídica ou mesmo virtual) em todas as partes do globo, e conseqüentemente ocorre uma concentração ainda maior de riqueza por parte dos grandes grupos de capitais que já atuavam no território. Por outro lado, o espaço geográfico, o território e o lugar ainda detém certa autonomia por meio de grupos de resistência, por meio de leis protecionistas, ou mesmo ainda pelo não alcance da ideologia totalizante da globalização. Se a riqueza se globaliza e principalmente se concentra, há igualmente um movimento de socialização e potencialização da pobreza.

A área que constitui atualmente os polos em discussão, assim como praticamente todo o Mato Grosso, vem sofrendo a ação mais efetiva desse processo de globalização/integração desde a década de 1970, quando sistematicamente esse território é preparado para receber, promover e ampliar investimentos. Esse processo de incorporação do território mato-grossense deu-se a partir da expansão da agricultura, da pecuária e do agronegócio, com destaque para a expansão da produção de grãos, principalmente a soja, o milho e o algodão, e da industrialização da carne bovina, suína e de aves. Pode se dizer que o que ocorreu aqui foi a reprodução espacial do capital que já estava concentrado no Sul e Sudeste, representados pelas grandes corporações voltadas para o setor alimentício, como a Sadia e a Perdigão, para os setores químicos, como a Bayer e a Basf e grupos relacionados com a comercialização e processamento de grãos, como a ADM, a Cargil e a Bunge, empresas essas que se descentralizaram no território para poder se reconcentrar novamente, dentro da lógica atual do mundo globalizado (VOLOCHKO, 2013).

Paralelo a isso, desenvolveu-se os setores industriais ligados à agricultura moderna, como a indústria química, no caso da produção dos agrotóxicos e adubos, a indústria de

implementos agrícolas e a modernização da indústria alimentícia, que tem a soja como principal matéria prima de transformação. As relações aqui existentes, caminham para aquilo que mais tarde é conhecido como globalização, o que vai de encontro com o que Milton Santos comenta:

No mundo globalizado, o espaço geográfico ganha um novo contorno, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros (SANTOS, 2000. P.79).

Assim, na relação de poder existente em Mato Grosso, prevalecem os atores mais poderosos, como, por exemplo, o empresariado, que visualizando a ampliação de seus lucros, passa a dar novos contornos, novas características ao local. Essa questão é também discutida por Silveira, quando destaca que: “o lugar redefine-se a partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes que se estabelecem em escala planetária” (SILVEIRA, 2003, p. 4).

De certa maneira, pode-se dizer que as relações existentes em Mato Grosso no início da década de 1970, já eram indícios daquilo que mais tarde tornar-se-ia a realidade com a consolidação da globalização, expresso aqui pela dominância do agronegócio. Na verdade, é possível notar que o planejamento estatal organizava as relações produtivas visando ao mercado externo, ao mesmo tempo em que direcionava a atividade industrial para o setor agropecuário, que nesse contexto, dentro da divisão territorial do trabalho, tinha a exportação como objetivo básico.

As indústrias que receberam subsídios, favorecimentos, infraestrutura e isenção de impostos para se instalar em Mato Grosso, normalmente apresentavam uma participação relevante de capital internacional em sua composição, o que reforça a ideia de que o planejamento regional desenvolvido aqui nesse momento histórico direcionava certos lugares à globalização, até porque é exatamente esse o período em que as empresas multinacionais se lançam ao mundo subdesenvolvido em busca de vantagens que possibilite a ampliação de seus negócios.

De fato, de um ponto de vista histórico, com a crise do café, que até a década de 1930 era o principal produto de exportação do país, a política econômica do Brasil é direcionada para outra vertente, ou seja, passa a privilegiar, mesmo que de forma tímida, o reinvestimento do capital acumulado durante o período áureo do café na atividade industrial. Esse fato

promoveu significativas mudanças na ocupação do território brasileiro, principalmente por aquilo que ficou conhecido como o “avanço da frente pioneira” (MONBEIG, 1984; NOGUEIRA, 2013), expressão utilizada para explicar o movimento demográfico e a contínua ocupação de terras que, partindo da cidade de São Paulo e rumando basicamente para a direção Oeste, paulatinamente integrou imensas áreas interiores ao espaço econômico nacional, refletindo, de forma direta ou indireta, também no estado de Mato Grosso.

Dentro dessa nova política econômica do Governo Federal, o Mato Grosso assume outro papel dentro da conjuntura econômica do país, qual seja, a de receber mão-de-obra excedente de outras regiões do país e a de produzir alimentos. Podemos dizer que foi a partir desse momento que teve início oficial a política de ocupação sistemática do Mato Grosso. Ou ainda, o território do nosso estado passou a fazer parte da Política de Integração Nacional, e, logicamente, a medida que essa política se intensificou, modificou completamente a estrutura econômica aqui existente há séculos.

A região Amazônica, que nesse contexto refere-se também a porção centro norte do Mato Grosso, compõe a nova fronteira agrícola, que Milton Santos (1988) conceitua como “Antigas áreas de exército de reserva dos lugares, que passaram a ser intensamente ocupadas pelo capital na década de 1980. Apesar que essa ocupação já vem sendo articulada desde os primórdios de 1960, ainda com a política de colonização/ocupação do governo federal.

Júlia Adão Bernardes (2007) discorre que a fronteira do capital no cerrado a partir da década de 1970 caracteriza-se por uma nova racionalidade econômica, pela constituição formal e constituição de novas mediações políticas, pela criação do novo vínculo à expansão dos mercados. A ocupação dessa fronteira deve-se não apenas pela rede viária criada e pelos ambiciosos incentivos fiscais concedidos aos grandes grupos capitalistas embebecidos pela expansão do seu capital, mas, sobretudo pelo enorme potencial de recursos naturais, com destaque a topografia com suas imensas áreas planas e contínuas que contribuem a projetos agropecuários em larga escala, conseqüentemente constituindo em vantagens competitivas economicamente falando.

Nesse sentido, a região constituía em uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, onde coexistiam interesses diversos de ordem econômica e política que envolvia as escalas local, regional, nacional e planetária (BERNARDES, 2007, p 02).

Assim verifica-se a expansão acelerada dos espaços ocupados pelas atividades agropecuárias, enquanto, paralelamente, se efetuava a acelerada modernização do setor agrícola (BERNARDES, 2007). Em sincronia com as orientações da Política Agrária

normatizadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), o INCRA, desenvolveu vários projetos oficiais de colonização incentivando a participação privada nesse processo, como as cooperativas agropecuárias, como ação complementar aos programas oficiais de colonização, que segundo BERNARDES, esses programas deixaram os povos indígenas completamente as margens das decisões tomadas quanto á colonização em áreas, até então em grande parte ocupadas pelos mesmos. Desse modo, percebe-se claramente que essa modalidade de colonização tinha como meta atrair contingente populacional mais capitalizado, os colonos do sul, os quais já na fronteira, comumente vendiam suas propriedades aos grandes proprietários favorecendo o processo de concentração da terra, resultando na migração desses ex- pequenos proprietários para outras regiões.

Esse mesmo processo pode ser observado aqui na expansão da fronteira, onde os primeiros colonos se instalaram, “desbravaram” e posteriormente eram “lançados” novamente para frente da fronteira para realizar a mesma função, que era a de “abrir e desbravar”. É no contexto de criação de projetos de colonização privada que nos anos de 1980, produtores agrícolas deslocam ao Mato Grosso, em particular nas áreas sob a influência da BR-163, já com o intuito de introduzir a sojicultura. Segundo BERNARDES (2007), esses agricultores:

Dispunham de instrumentos técnicos que aumentavam o seu poder, mobilizando importantes recursos de capital, seja em termos de instalações maquinaria e equipamentos, seja em infraestrutura empenhados na construção de uma nova ordem econômica e social. Tratava-se de aproveitar as vantagens de localização em escalas mais amplas que permitiam mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade, possibilitando a manipulação estratégica das diferenças territoriais. O resultado foi o aumento considerável dos volumes de produção e de negócio (BERNARDES, 2007, p 03).

Constata-se esse fato pelos dados oficiais do IBGE, que mostraram a incorporação de 31,7 milhões de hectares na área dos estabelecimentos rurais situados no Centro-Oeste entre 1970 e 1980 (MESQUITA, 1989). Nesse mesmo período Mato Grosso apresentou 54% de aumento em áreas ocupadas por estabelecimentos rurais no Centro-Oeste, segundo o IBGE. Nesse sentido, MORENO (2005) comenta que o volume produtivo real de Mato Grosso nesse mesmo período não acompanha os números referente ao aumento da expansão da terra. Assim, pode-se afirmar que ocorreu um exacerbado processo de especulação imobiliária em Mato Grosso que acompanhou a modernização da agricultura.

Nesse sentido, na figura de modernização da agricultura subordinado ao capital estrangeiro, o governo articulou, a partir de 1970, ações de planejamento regional com o intuito de dar suporte à expansão da agropecuária empresarial não só em Mato Grosso, mas em todo o Centro-Oeste e na Amazônia, objetivando estimular a exportação de gêneros agrícolas. Desse modo, Mato Grosso tem sua posição ordenada no cenário econômico nacional, com a incorporação de enormes porções de seu território ao processo produtivo (MORENO, 2005).

Voltemos então a Política de Integração Nacional que foi constituída por um conjunto de programas e projetos que objetivavam direcionar o desenvolvimento do país. Tinha como bandeira a redução das desigualdades socioeconômicas existentes nas regiões brasileiras, principalmente aquelas evidenciadas entre o Centro-Sul, Amazônia e o Nordeste, e promover a integração nacional. Isso se daria a partir da articulação de seus vários programas, como o I, II e III Plano Nacional de Integração, o PROTERRA, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, e o PIN, Programa de Integração Nacional. Esse último, em especial, tinha por meta integrar o Centro-Oeste ao restante do país através da construção das grandes rodovias projetadas e da fixação de colonos em suas margens, principalmente nordestinos, que eram vistos como alvo prioritário, pois o objetivo seria o de inibir o seu deslocamento ao Sudeste.

Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, são fundadas em Mato Grosso as primeiras colônias oficiais, que no imaginário do Governo e em conformidade com o programa da “Marcha para o Oeste”, deveriam contribuir para a interiorização da população do país e para aumentar a produção de gêneros agrícolas de abastecimento (LENHARO, 1986). Essas primeiras experiências de colonização não refletiram no que se esperava, no entanto, o Governo, tanto Federal quanto Estadual, insistiram nessa política. Na década de 1940, foi organizada a chamada Expedição Roncador-Xingu, cujo comando estava na recém fundada Fundação Brasil Central. Porém, segundo Tereza Cristina Souza Higa (2005), as tentativas de colonização de Mato Grosso só obtiveram um relativo sucesso a partir de 1970.

Momento esse em que a economia brasileira passa a ser inserida ao processo produtivo internacional, ou ao processo de internacionalização do capitalismo, fazendo com que fossem inseridas novas áreas na rede produtiva do Brasil para atender tanto a demanda de matérias primas à emergente indústria quanto a demanda de alimentos ao mercado nacional e internacional. Desse modo, como já abordado, foi criada toda uma estrutura física, ideológica

e estratégica com o objetivo de ocupação dessa parte do território brasileiro, concretizando, agora sim, a sua ocupação efetiva.

Na primeira metade do século XX, Mato Grosso tinha como principais atividades econômicas a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, com a presença marcante de muitos povos indígenas, como veremos adiante com mais detalhes. Desse modo, essa área se encaixava perfeitamente aos já existentes programas federais de desenvolvimento e Integração Nacional, pois apresentava imensas lacunas no que diz respeito aos índices demográficos e econômicos, com grandes extensões de terra ainda não apropriados e explorados que deveriam ser incorporados ao processo produtivo capitalista vigente. Essa questão é comentada por Moreno:

Ao final da década de 1940, a região foi alcançada por essas políticas de Integração, uma vez que a agricultura deveria se expandir para atender o mercado interno em crescimento e gerar divisas para apoiar as importações de bens de capital, essenciais à consolidação do modelo econômico brasileiro (MORENO, 2005, p.36).

Nesse contexto, não podemos omitir que a expansão capitalista no campo brasileiro deve-se em grande parte à estratégia dos países centrais de promoção e modernização da agricultura no mundo periférico como única via de superação da fome no mundo. Nesse momento, principalmente entre 1960 e 1970, entra em cena as megainstituições internacionais como o Banco Mundial e as Fundações Rockefeller e Ford, entre outras, financiando o que foi chamado de “Revolução Verde”. No entanto, o objetivo real dessa política seria a industrialização do campo brasileiro, com a migração de técnicas de cultivo, tecnologias e produtos agrícolas em geral produzidos pelas multinacionais, muitas delas com filiais instaladas no Brasil (CAVALCANTE e BARREIRA, 2011).

Podemos ainda salientar outros fatores que contribuíram sobremaneira para alavancar o processo de integração de diferentes porções do território mato-grossense à economia nacional, como a construção de Brasília e sua inauguração, em 1960, e o início da construção de rodovias que podemos conceituar de rodovias de integração, como as já citadas Belém-Brasília e Brasília-Acre. Segundo Higa (2005), a política de Integração Nacional teve efetivamente impulso após a “Marcha para o Oeste”, na década de 1940, quando a modernização do aparato industrial do Sudeste e do Sul articulou-se com a política do governo de Getúlio Vargas de expandir a atividade agrícola para o Centro-Oeste e a Amazônia. Nesse sentido, inegavelmente o Mato Grosso passa a ocupar uma posição

estratégica, aparecendo aos olhos dos governantes como fundo territorial de reserva para a expansão acelerada dos espaços ocupados pela agricultura e pela pecuária, no que foi chamado posteriormente de modernização do setor agrícola.

Nos anos de 1970, período em que a economia do nosso país já estava totalmente fundida à internacionalização do capitalismo, foram reivindicadas novas áreas para serem absorvidas neste processo, devido a necessidade de atender a demanda de matérias primas para diversos setores da indústria e de alimentos para a crescente população urbana, isso tanto para o mercado interno quanto ao mercado externo. Esses espaços econômicos, que tiveram na década de 1940 seu processo de formação no governo de Getúlio Vargas, quando se inicia um esboço do que viria a ser a Política de Integração Nacional, passa por uma nova sistematização na década de 1970, já durante o Governo Militar, quando são articulados os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social, sendo o I PND de 1972 a 1974 e o II PND de 1975 a 1989. Esses planos priorizaram sua ação nas periferias do espaço econômico e demográfico mais desenvolvido do Centro Sul do país, locais pouco populosos e pouco povoados, como a Amazônia e o Centro-Oeste.

Para fins legais e com o intuito de reduzir a burocracia com relação aos incentivos fiscais liberados aos empreendedores que objetivavam deslocar-se para a região, o Governo Federal destituiu a antiga Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), que havia sido criada em 1953, e instituiu a SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Paralelamente a isso, implantou a chamada Amazônia Legal, ou seja, ampliou a área de ação dos programas e projetos destinados a Amazônia e criou uma área voltada exclusivamente para fins de planejamento governamental.

A SUDAM tinha como meta pôr em prática o Plano de Valorização da Amazônia, com recursos provenientes de entidades públicas ou privadas, tendo o Banco do Amazonas como seu principal agente financeiro (HIGA, 2005). Ainda nesse contexto, podemos destacar a chamada Operação Amazônica, expressão de como se construía e se consolidava os agentes voltados para a execução da política governamental da Integração, pois suas ações estavam voltadas integralmente a esse propósito, com a aplicação da Política de Incentivos Fiscais, que tinha o intuito de estimular investimentos privados para a região, a criação do Fundo de Investimentos da Amazônia, o Fidam, que era o agente Financeiro e era operado pelo BASA, o Banco da Amazônia, e, por último, os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, gerenciados pela SUDAM e pela SUDECO.

A SUDECO foi criada em 1967, também como agente de integração, no governo de Costa e Silva. Essa autarquia estava vinculada ao Ministério do Interior. Sua criação está ligada a antiga CODECO, Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criada para coordenar e executar estudos e programas para o desenvolvimento do que hoje é a região Centro-Oeste: “Trata-se de um projeto de incorporação de novos e velhos territórios às novas demandas do capitalismo mundial e das corporações multinacionais” (ABREU, 2001, p.74). Nascia então como uma ferramenta governamental para assegurar e garantir a ampliação do capital nas áreas já sistematicamente incorporadas e em áreas que inevitavelmente seriam incorporadas. Pode-se dizer que a SUDECO nasceu em função da necessidade da criação de órgãos de planejamento no período pós golpe militar. À SUDECO cabia:

A realização de programas, pesquisas e levantamentos do potencial econômico da região para efetivar as ações de curto e longo prazos; a definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado (...); coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento (...); reservando a iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços rentáveis (...), (ABREU, 2001, p. 78).

Desse modo, essas autarquias se complementavam, a SUDECO ficava mais direcionada ao planejamento e a SUDAM se ocupava com a alocação dos recursos econômicos necessários para a execução dos projetos. E para fechar o pacote, o Governo criou condições que facilitavam o acesso às terras devolutas ou públicas através da Política de Regularização Fundiária, que tinha como agente articulador o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA. Nesse arranjo, articula-se a famosa política de colonização pública e privada mencionadas anteriormente, que segundo Moreno (2005), na porção que hoje constitui o Mato Grosso, deu origem a mais de 20 núcleos oficiais de colonização, ocupando uma área de mais de 400 mil hectares, além de firmar contrato com várias empresas particulares de colonização, dando concessão de terras públicas com mais de 200 mil hectares a pessoas físicas.

Nesse contexto configura-se paulatinamente todo o aparato oficial de ocupação de Mato Grosso pelas políticas públicas de integração apresentadas em diversos Programas e Projetos que estavam direcionados a atender determinados grupos sociais em espaços físicos específicos do território mato-grossense. Um exemplo dessas políticas territoriais é o já referido POLAMAZONIA, Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, que foi instituído pelo Decreto nº 74607, de 25 de setembro de 1974. Como visto, foi criado

inicialmente para promover a integração nacional econômica e também desenvolver a segurança nacional, que era outra ideologia do governo militar do período em nosso país.

Paulo Bomfim comenta que:

O Programa (cujas execução estaria ligada a Secretaria de Planejamento, ao Basa, a SUDAM e ao Ministério do Interior), tinha como finalidade promover o aproveitamento integral das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em quinze áreas selecionadas na região. Essa quinzena de polos se espalharia entre os estados e territórios federais da região norte e também na porção Setentrional de Mato Grosso e Goiás (BOMFIM, 2007, p. 185).

Os recursos provenientes para a criação desses polos por parte do governo federal, giravam em torno de 6,5 bilhões de cruzeiros nessa etapa que compreendia o espaço temporal de 1975 a 1979, e tinham como fonte os mais diferentes locais, como o Programa de Integração Nacional, o PROTERRA, o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), (BRASIL, 1976).

Entendemos que o Programa de Polos de Desenvolvimento constituía-se em um arranjo político do governo que se aliava à iniciativa privada para dar início à exploração sistemática dos recursos naturais presentes no território mato grossense, em especial do extremo norte e noroeste do Mato Grosso e o sul da região Norte do país, na área hoje conhecida como o “arco do desmatamento” da Amazônia, considerando a nova realidade econômica do Brasil e concomitante com a expansão da fronteira agrícola do país para a região Centro-Oeste e principalmente a região Norte. Isso é explicitado pelo próprio governo:

A estratégia do Governo da União será complementada com um projeto especial, em fase de programação pela SUDAM (...) Trata-se do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, dirigido fundamentalmente à ocupação de espaços vazios (...) Centrado principalmente na ocupação econômica de áreas selecionadas, dotadas de potencialidades minerais, florestais, agropecuárias e agroindustriais (...). O Programa ensejara a necessária concentração de recursos em sub-regiões e em setores que poderão, mais rapidamente, responder aos investimentos programados (BRASIL, 1976 p. 46).

Esse trecho reafirma aquilo que estamos discutindo no decorrer do trabalho, a saber, que a finalidade desses programas era a sistematização racional da exploração econômica do Mato Grosso. Sobre esses programas e polos, Moreno comenta:

Eles receberam obras de infraestrutura econômica e social que beneficiaram os núcleos de colonização implantados. Este programa consistiu na estratégia do Estado brasileiro em propiciar a expansão dos grandes

monopólios nacionais e internacionais na Amazônia por meio da apropriação da renda capitalista da terra e da intensificação do processo de concentração fundiária (MORENO, 2005 p.41).

Assim, pode se dizer que o estado de Mato Grosso passou a ser objeto de vários programas e projetos destinados à agropecuária e à exploração de recursos minerais subsidiados pela SUDAM com capital nacional e internacional. O projeto Brasil Potência, que teve início com o presidente Médici, inserido no I Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1971, reservou para a região Centro Oeste uma maior participação na renda nacional, e dentro da ideologia criada do ‘espaço vazio’, direcionou para o Mato Grosso as “novas frentes” a serem inseridas no processo produtivo nacional no momento em que o capital nacional e internacional articulam-se para operar no Mato Grosso, pois já estavam com os recursos financeiros assegurados e as ações legitimadas pelo Estado. Nesse período, a gestão da economia do Brasil, fundamentada nas teorias de polos de desenvolvimento, defendia a necessidade de novas áreas serem continuamente incorporadas ao processo produtivo nacional. Comenta também sobre essa temática Cavalcante e Barreira:

O II PND (1974), elaborado durante a crise do petróleo, reafirmou de modo enfático o papel da região centro-oeste quando a necessidade de aumento da produção agrícola e absorção de excedentes populacionais. Preocupado com o controle da balança de pagamentos, em decorrência da crise econômica mundial desse período, o Estado brasileiro tomou a iniciativa de intensificar a ocupação produtiva do Centro-Oeste e da Amazônia (CAVALCANTE e BARREIRA, 2011, p.182).

Essa questão também é comentada por Higa:

No início da década de 1970, acentuou-se o interesse pela fronteira e novas políticas foram implantadas, visando efetivar o processo e aumentar a produção agrícola para a exportação, através de programas e planos de incentivo vinculados à Sudeco e a Sudam, associados ao I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND), a exemplo do Proterra, Prodoeste, Prodepan, Poloamazonia, Polocentro, Proálcool e Promat (HIGA, 2005, p.90).

Dessa forma, podemos compreender que todas essas ações do governo brasileiro foram tomadas para tentar amenizar a crise que emergiu avassaladoramente em 1963, mas que já vinha se consolidando desde a década de 1950. Na verdade, tem-se como marco dessa crise o período compreendido entre 1961 a 1963, período quando o Brasil adotou o parlamentarismo como forma de governo e tinha João Goulart como presidente, e momento em que a crise econômica e social, assim como a política, que já era alarmante nos anos

anteriores, cresceu sobremaneira. A recente atividade industrial baseada no modelo de substituição de importações se encontrava saturada, apresentando taxas de crescimento negativas. Esse decréscimo da atividade industrial deveu-se, entre outros fatores, ao nível de empobrecimento da população, uma vez que o modelo de industrialização adotado visava atender quase que exclusivamente o mercado interno. A indústria não produzia, aumentando o número de desempregados, o que induzia a queda do PIB. Nesse contexto, as taxas inflacionárias anuais chegaram a 50%, empobrecendo ainda mais os trabalhadores.

Após a retomada do governo por João Goulart, ou melhor, quando é instaurado novamente o presidencialismo no país, no início de 1963, é posto em prática o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Dentre as suas várias metas, destacam-se, no contexto da nossa temática, os investimentos com o intuito de resolver os problemas de desequilíbrios econômicos existentes no país. Desse modo, passou-se a forçar as exportações com o intuito de equilibrar a balança comercial, que historicamente, em função principalmente das importações de petróleo e seus derivados, promovia déficits. Assim, nessa corrida para a exportação, o país passou a ampliar a exportação de produtos primários, aí inclusos os gêneros agrícolas comerciais, bem como os minerais. Para dar suporte a esta suposta necessidade econômica do país, uma vez mais o avanço para os chamados ‘espaços vazios’ coloca-se como possibilidade de superação da crise, o que, conseqüentemente, previa o desenvolvimento econômico do Mato Grosso e da região Amazônica.

O Mato Grosso passa então a ser visto e compreendido como um espaço de fronteira de oportunidades do capital. Assim, o estado como um todo, e as áreas definidas como prioritárias para o desenvolvimento regional em especial, inserem-se definitivamente na discussão da Integração Nacional. Essa articulação do capital nacional e internacional com o governo por meio da política conhecida como desenvolvimentista, era a condição básica para que a teoria de polos de desenvolvimento fosse adotada como fundamento das ações e planos aqui implementados: “A expansão do capitalismo brasileiro no campo também fazia parte da estratégia utilizada pelos países capitalistas hegemônicos para promover a “modernização” da agricultura nos países em desenvolvimento e pobres” (MORENO, 2005, p. 36).

Enfim, entende-se de que modo as novas áreas incorporadas ao processo produtivo foram definidas como polos agropecuários e agrominerais, como já mencionados anteriormente, sendo inseridas na órbita de influência do processo de reprodução ampliada do capital visando a ocupação e exploração de seus recursos naturais, assim como sendo concebida como área de absorção dos excedentes populacionais do Nordeste e das áreas

saturadas do Sul e do Sudeste. Foi exatamente para atender a esses objetivos que o governo criou, em 1966, a SUDAM, e em 1967, a SUDECO, com a função de coordenar a ação federal na região, no primeiro caso, pelo Mato Grosso estar inserido na Amazônia Legal, e no segundo caso, para alavancar a economia do Centro-Oeste como um todo. Moreno faz uma narrativa sobre as competências da SUDAM:

A ela competia a elaboração a execução do Plano de Valorização da Amazônia, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, tendo o Banco da Amazônia- Basa - como agente financeiro. A atuação da Sudam ficou delimitada a uma área de quase 5 milhões de km², definida pela Lei N° 5173/66 como Amazônia Legal (...). A Sudam contou com recursos financeiros nacionais e estrangeiros, sendo 2% provenientes da receita dos impostos da União e 3% dos Estados e municípios, além de empréstimos contraídos no país e no exterior. Também pode contar com recursos do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (MORENO, 2005, p. 37).

Com apoio do capital financeiro interno proveniente das oligarquias que historicamente estiveram à frente da vida econômica e política, mantendo-se durante todos os ciclos econômicos e que teoricamente tinham capital acumulado que necessitava ser reinvestido, inicialmente o plano teve relativa sustentabilidade. No entanto, em curto prazo o plano não obteve o êxito que se esperava, acarretando no aumento da dívida externa brasileira.

Para que os reais objetivos desses planos se concretizassem, questões como os impactos ambientais promovidos pelo desmatamento, mineração, pecuária e usinas hidrelétricas, assim como os direitos de grupos indígenas e comunidades tradicionais que historicamente habitavam a região, simplesmente foram desconsiderados, daí a propalada ideia de “vazio demográfico” associada aos planos em questão, pois isso tornava-se uma justificativa da qualificação do espaço mato grossense como sertão.

O que podemos vislumbrar dessa prática de planejamento é que o território sempre é o objeto de intervenção por parte do Estado, com a população passando a ser um mero instrumento, o que pode ser considerado uma inversão de valores, ou seja, a prioridade do ordenamento territorial deveria ser de atender aos anseios da população envolvida diretamente no processo: “No período autoritário pós-64 é ele quem veicula a grande ideologia geográfica da “integração territorial” (MORAES, 2005 p. 108). Assim, o Estado, munida da ferramenta do planejamento, articula e reordena o espaço com intuito de atender a interesses que excluem as particularidades do lugar.

De antemão podemos argumentar que a forma como se deu a aplicação dos recursos provenientes dos programas oficiais contribuiu muito mais para promover a concentração da riqueza do que o desenvolvimento dessa região, uma vez que: “Apenas 3% dos projetos aprovados tiveram rentabilidade (...) caracterizando um comércio dos incentivos recebidos” (MORENO, 2005, p. 48). Desse modo, pode-se concluir que a maioria dos projetos eram extremamente excludente, perdendo-se em ritos burocráticos e limitando o acesso dos grupos que realmente necessitavam dos recursos disponibilizados.

As discussões até aqui apresentadas tiveram o intuito de esclarecer de que forma se deu o processo de produção territorial de Mato Grosso no contexto dos planos de integração no início da década de 1970. Nessa direção, para o estudo de caso dos três polos inseridos no POLAMAZONIA, adotaremos a abordagem quantitativa, pois acreditamos que a quantificação dos indicadores socioeconômicos, assim como sua análise, nos possibilitará chegar a uma conclusão mais concreta sobre as mudanças ocorridas nesses polos.

Isso não significa que esse procedimento metodológico fechará as discussões referentes a esse objetivo, pois será a partir desses números que traçaremos relações que possam atender a indagação principal que nos guia, qual seja, descobrir tanto quanto possível se o aumento ou a diminuição de alguns indicadores socioeconômicos nos últimos 40 anos condizem com a realidade efetivamente encontrada e vivenciada nos polos. Essa etapa se fundamentará no levantamento e na análise de indicadores socioeconômicos oficiais existentes, com o intuito de se conhecer as características de cada polo no período de sua criação, ou seja, na década de 1970, e as transformações promovidas nesse espaço influenciadas pela ação das políticas de integração e que são refletidas nesses indicadores socioeconômicos até 2010.

O PNDU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ao mencionar o IDH, destaca que a meta do desenvolvimento é proporcionar qualidade de vida às pessoas. A relação entre esse indicador e a renda per capita de uma área qualquer, independentemente de sua dimensão, possibilita a compreensão de sua riqueza concreta, material, nem como o grau de desenvolvimento humano existente de fato nesse espaço. Esse indicador é oficialmente utilizado pela ONU desde 1990. Sua formulação envolve três outros indicadores sociais: a esperança de vida, o grau de escolaridade e a renda per capita. Esse conceito vem evoluindo, possibilitando uma melhor compreensão das características das áreas estudadas, ou melhor, passou a utilizar não somente as médias nacionais para se fazer um diagnóstico de uma

determinada área, mas também uma análise comparativa observando as particularidades de cada área.

Dentro dessa perspectiva, na qual o indicador não vai ser analisado isoladamente e nem será a palavra final na compreensão dos fatos, o primeiro indicador a ser levantado será o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As mudanças ocorridas nesse indicador serão analisadas e relacionadas de 1970 a 2010, tendo como fonte oficial o PNDU. Ao analisar as taxas de crescimento e a média geral do IDH de cada polo e de cada um dos municípios que compõe o polo, os dados serão apresentados em formato de tabelas e gráficos produzidos no Excel, assim como sua espacialização através do Programa Terra View.

Desse modo, podemos ter ferramentas que nos dão condições para compreender como se dá a relação entre a melhora dos indicadores de desenvolvimento humano e a redução real da pobreza nas áreas em estudo. Dito de outro modo, o uso das ferramentas de análise nos permite entender se os dados levantados refletem a realidade vivida pela população, e não somente a realidade experimentada pelas grandes corporações capitalistas que se deslocaram para a região com intuito exclusivo de se utilizar dos incentivos e benefícios fiscais proporcionados pela pelos programas de integração, isto é, se esses indicadores não refletem apenas uma pequena fração da sociedade envolvida no processo.

O PIB, como indicador socioeconômico, vem há muito sofrendo fortes questionamentos, principalmente pelo fato desse indicador disfarçar as desigualdades sociais existentes em uma determinada área, já que tem como medida apenas o resultado final das atividades econômicas, ficando de fora o que chamamos de externalidades, ou seja, os custos sociais e ambientais gerados na produção da riqueza, que, no caso do Mato Grosso, foram expressivos, com a ampliação do desmatamento para a prática da agricultura, da pecuária e dos projetos de mineração, além dos impactos ambientais advindos da construção das grandes usinas hidrelétricas, dos projetos de colonização, bem como para a construção das grandes rodovias, podendo ainda ser mencionado o deslocamento dos vários grupos indígenas de sua área original em função da implantação desses projetos, como será discutido com mais detalhes adiante, a desarticulação do modo de vida da população local, e até mesmo a questão da concentração fundiária e da grilagem, entre outros fatos.

Apesar de tudo, o PIB se configura como um importante indicador referente à riqueza produzida pelas atividades econômicas de uma determinada área, pois o fato dessa área ter um aumento no seu PIB reflete, direta ou indiretamente, que ela está servida de um relativo mercado consumidor, uma boa infraestrutura e presença de investidores, entre outros

elementos que fazem parte da lógica do capital. Porém, embora essa discussão não justifique a eficácia do PIB como indicador socioeconômico, sua adoção como técnica de abordagem está associada à sua utilização e aceitação nas análises oficiais de diferentes instituições no mundo. Assim, esse indicador terá o mesmo tratamento analítico adotado pelo IDH, sendo tratado dentro de uma visão da totalidade.

Desse modo, o segundo indicador será o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita a preços de mercado corrente de cada polo e de cada município, em valor absoluto e suas taxas de crescimento, no espaço de tempo de 1970 a 2010, destacando que a visão que temos sobre a renda per capita segue os mesmos princípios até agora discutidos, e a abordagem metodológica adotada para esse indicador será similar às já explicitadas. Todos os dados terão como fonte o IBGE. A média geral do PIB e da renda per capita por polo e por município, assim como seu crescimento relativo, serão apresentados em formato de tabelas e gráficos, e também serão espacializados através do programa Terra View.

A população absoluta e relativa de cada município e de cada polo, assim como sua taxa de crescimento por década, constitui o terceiro indicador a ser analisado. Esses dados terão os Censos Demográficos oficiais de 1970 a 2010 como fonte. Igualmente aos outros indicadores, esses dados serão organizados em tabelas, gráficos e espacializados. Essa abordagem pretende relacionar o crescimento populacional da área de estudo com os outros indicadores, no intuito de possibilitar uma radiografia de como se deu a atuação dos vários agentes no processo de ordenamento territorial do Mato Grosso.

Entendemos que, isoladamente, esses dados populacionais pouco podem contribuir para a compreensão da realidade, no entanto, quando encorpados por outros elementos de ordem ideológica, econômica e política, por exemplo, possibilita a compreensão das causas pelas quais o crescimento populacional não ocorreu de forma homogênea em todos os polos, o que permite entender por quê alguns municípios se desenvolveram enquanto outros ficaram esquecidos pelo processo, ou ainda, dos motivos da existência de uma determinada divisão territorial das atividades econômicas desenvolvidas e quais são as condições de vida da população, que de forma espontânea ou programada para a área se dirigiu.

A questão do desmembramento de municípios e suas emancipações políticas na área original de cada polo pós-programas constitui a próxima etapa, e está relacionada diretamente com a etapa anterior. O crescimento populacional, derivado por diferentes fatores de ordem física, econômica, ideológica e, principalmente, política, culminou na criação e desmembramento de municípios. Assim, acreditamos ter relevância a adoção dessa

abordagem metodológica para atender o objetivo em questão. Esses dados terão como fonte oficial o banco de dados do IBGE. Esses dados serão espacializados, destacando os municípios que constituem o espaço urbano original e os que foram desmembrados, dando nova dinâmica territorial à área.

Acreditamos que a análise e interpretação dos dados desses indicadores no espaço e no tempo, pois analisaremos o período compreendido entre 1970 a 2010, irá fornecer subsídios capazes de permitir a averiguação e entendimento de como os projetos direcionados para esses polos, e para o estado de Mato Grosso como um todo, elaborados e postos em ação num momento histórico específico, foram bem sucedidos em fornecer certo direcionamento ao processo de formação territorial, continuando mesmo a influenciar o processo de organização do território mato grossense por anos depois de finalizados.

A próxima etapa de análise refere-se à refundação da SUDECO e aos atuais objetivos dessa instituição para o estado do Mato Grosso, e em especial em relação aos antigos polos de desenvolvimento do Aripuanã, Juruena e Xingu/Araguaia. Essa etapa terá uma abordagem qualitativa, por acreditarmos ser mais representativa para atender o objetivo. A retomada da SUDECO após 20 anos aponta para a problematização do novo papel do Estado como agente de desenvolvimento, não mais o Estado mínimo que se fundamentou na política neoliberal, mas aquele que concebe uma participação ativa na condução da economia. Em termos gerais, pode-se dizer que esse interesse renovado nas agências de desenvolvimento regional é uma mera adaptação que tem função prática dentro da atual fase do modo capitalista de produção, pois se estamos falando da retomada de uma instituição, necessariamente ela deveria apresentar-se sobre outra roupagem, pois isso é uma exigência das novas demandas postas pelas relações econômicas.

O que podemos constatar *a priori* é que a reorganização da SUDECO é fundamentada em uma metodologia diferenciada, pois apesar de continuar a ter a integração como bandeira, seja a integração da região Centro-Oeste com o restante do país, seja a integração intrarregional, há uma preocupação nova em se criar políticas direcionadas à redução das desigualdades sociais e um incentivo direto voltado ao desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, tanto os empreendimentos rurais quanto os urbanos. Em sua versão anterior, essa instituição pregava que essas desigualdades seriam naturalmente suprimidas pelo desenvolvimento macroeconômico da abertura regional aos fluxos do capitalismo globalizado.

No entanto, o que mais chama atenção na proposta dessa nova SUDECO é a adoção da noção de desenvolvimento sustentável como princípio básico das ações apoiadas por esta instituição. Essa proposta vem atender às novas realidades vivenciadas nas discussões que se intensificaram no Brasil e em todo o mundo após a Eco Rio-1992, e que somente agora foram absorvidas oficialmente pela instituição, erigindo-se, quando menos, em uma tendência na construção e reconstrução do espaço. Em outras palavras, a questão da sustentabilidade é a nova tendência posta para a reprodução ampliada do capital.

Nesse contexto, a discussão referente à retomada da SUDECO apresentará elementos elucidativos para a compreensão das relações existentes no processo de ordenamento do território de Mato Grosso no início do século XXI. Essa etapa terá como ponto de partida a análise dos documentos oficiais dessa instituição, assim como da SUDAM, relacionando esses dados à conjuntura política e os agentes econômicos da primeira década de 2000. Como já notado, todo trabalho de mapeamento terá como referência a ferramenta Terra View, exceto mapas históricos ou similares que porventura não sejam susceptíveis a um trabalho digital em função da inexistência de bancos de dados oficiais.

3. OS POLOS DE DESENVOLVIMENTO DE ARIPUANÃ, JURUENA E XINGU/ARAGUAIA

O Polo de desenvolvimento Aripuanã localiza-se originalmente no extremo noroeste do Mato Grosso. Como é destacado no mapa 04. Está inserido no município de Aripuanã, que desde a década de 1940, mais precisamente em 1943, é politicamente emancipado. Nessa época inicial, o município possuía uma das maiores áreas municipais do mundo, com uma dimensão territorial de mais de 145 mil quilômetros quadrados, na divisa com os estados de Rondônia e Amazonas. Dessa área total foram desmembrados os atuais municípios de Alta Floresta, Apiacás, Nova Bandeirante, Castanheira, Cotriguaçu, Juína, Juruena, Nova Monte Verde, Paranaíta, Rondolândia e Colniza, que atualmente passaram também por outros processos de desmembramento. Ver mapa 05 na página 87.

Devido ao isolamento advindo de sua localização, que dificultava em muito o acesso por vias terrestres para Cuiabá e o sul do estado, bem como a proximidade com núcleos urbanos do Amazonas, este município, durante muitos anos, até meados da década de 1970, pode ser caracterizado mais como um município do Amazonas do que como de Mato Grosso, uma vez que a maior parte das relações entabuladas demandava aquele estado. Por isso é que se pode dizer que é justamente a partir da criação do polo que ele passa de fato a se integrar ao Mato Grosso.

Quando da instalação dessa área-programa, em 1973, tinha-se como meta principal a instalação de um centro no qual fosse concentrada as pesquisas sobre a Amazônia para a construção de rodovias que interligasse a região com o restante do estado, pois essa área ficava totalmente isolada, dificultando a instalação de projetos agropecuários e a exploração de jazidas minerais e da rica flora da floresta amazônica, mais precisamente da madeira através da iniciativa privada (ABREU, 2001).

Evidente que esse projeto⁴ estava articulado com os ideais da Integração Nacional, visto que essa área já tinha sido alvo de um estudo realizado pela UFMT, que tinha como

⁴ Em 1972, convênio da SUDECO com o governo do então Mato Grosso, com a liberação de 1,52 milhões de dólares para a elaboração de pesquisa abrangendo estudos biomédicos, ictiológicos, florestais e de tecnologia de madeira. Planejava a construção de uma base de estudos e uma cidade científica que se chamaria Humboldt. De fato foi criada na latitude de 10° Sul e longitude de 59°27' de longitude Oeste. Porém logo foi abandonada em função da falta de recursos e o isolamento. Uma vez que ficava a mais de 1200 km de Cuiabá, tendo como acesso apenas o transporte aéreo. Esse projeto foi idealizado pelo primeiro reitor da UFMT, que nesse período era chamada de Universidade da Selva (Uniselva), Gabriel Novis Neves. Chamado de Projeto Aripuanã, buscava a criação da cidade científica de Humboldt, cuja finalidade era a criação da tecnologia nacional que viesse ao

objetivo a indicação das potencialidades na exploração de minerais, recursos vegetais e a classificação das terras susceptíveis à prática agropecuária, que apresentavam solos com boa fertilidade natural, além de topografia favorável, assim como uma rede hidrográfica favorável a exploração energética.

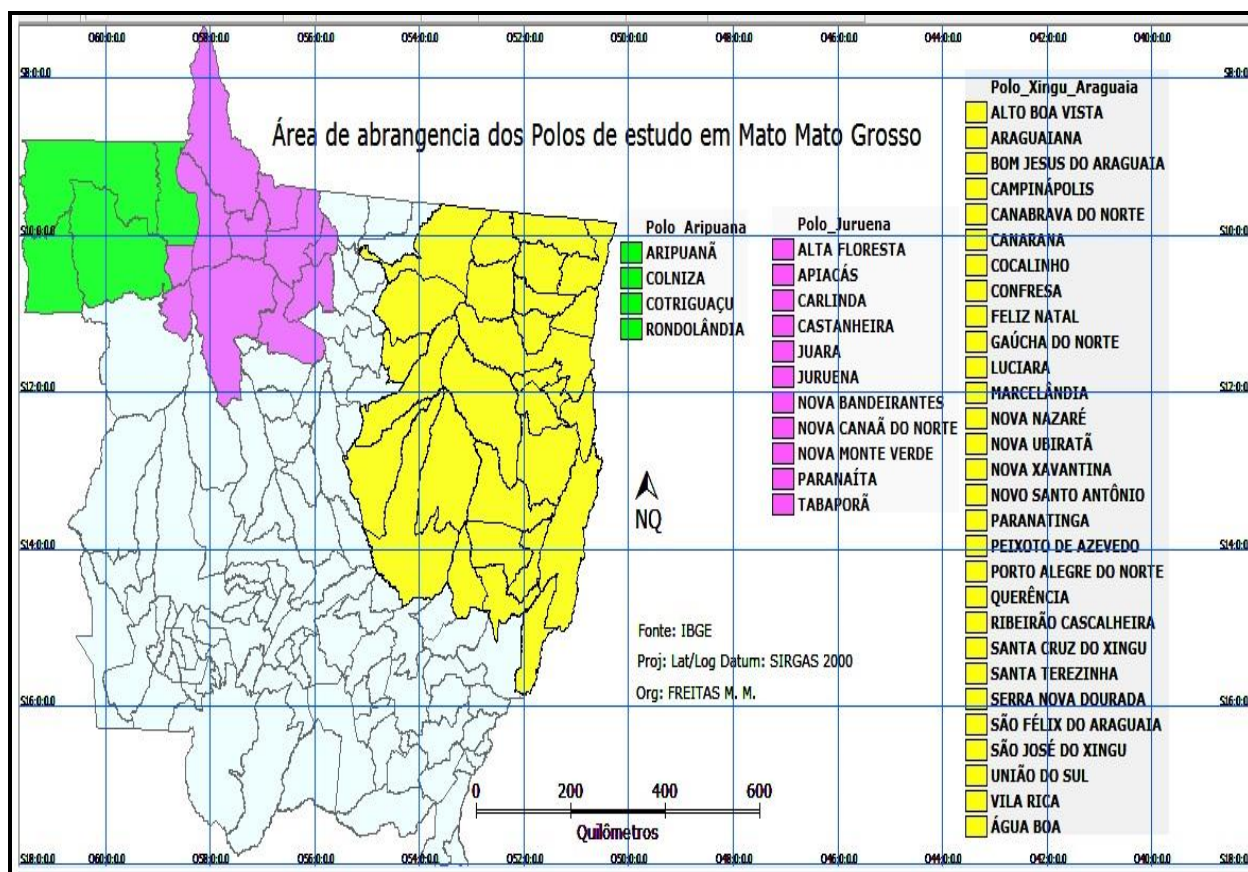
Esse polo foi considerado como provido de elementos atrativos desde sua implantação, pois que atraiu contingentes populacionais pela promoção da iniciativa privada, na figura das grandes colonizadoras, devido principalmente ao acesso relativamente fácil à terra, franqueado pelo Estado. Isso, segundo Ianni (1979), era elemento característico da Política Agrária da ditadura no período, que concedendo benesses ou impondo dificuldades de forma autoritária, tomava decisões de modo centralizado que de modo direto ou indireto atenderia em um primeiro momento os grupos constituídos pelos latifundiários e empresários que, por sua vez, agiriam de maneira semelhante com os que deles eram submissos: os colonos.

Assim, o início da colonização em Aripuanã refletia oportunidades de lucros à iniciativa privada. Apesar que nesse período os indicadores socioeconômicos não eram promissores. Segundo o IBGE, séries históricas e o Anuário Estatístico 1970, essa área tinha como base econômica a atividade extrativa mineral e vegetal, assim como uma pecuária insipiente e extensiva que apresentava baixos índices de produtividade. Em 1970 a agricultura dessa área registrou 360 sacas de arroz, 25 toneladas de cana de açúcar e 141 toneladas de mandioca e seu rebanho bovino registrava 118 cabeças, num total de 1188921 do rebanho total do estado. O PIB médio dessa área a preços correntes girava em torno de 40 mil reais, os impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes eram inferiores a 4 mil reais, o valor adicionado bruto da agropecuária e da indústria somados era inferior a 25 mil reais. Esse era o quadro geral da economia do estado nesse período: Teve a balança comercial positiva, exportou cerca de 78 mil toneladas e importou 14,5 toneladas. O gado e seus derivados eram os principais produtos de exportação e importava produtos industrializados e óleo diesel e seus derivados

encontro das reais necessidades do Brasil e que respeitasse o meio ambiente. As metas operacionais do centro, planejadas pelo então consultor científico da universidade, Dr. Noel Nutels, incluía a implantação de um centro de pesquisas de massas e de doenças ambientais, além de estimular vocações à prática da medicina no interior. Nesse período a UFMT era a mais nova universidade pública do Brasil e ao defender o projeto Aripuanã defendia a necessidade da organização de um polígono de conhecimento da Amazônia e que seria constituído pela integração dos sistemas de pesquisas e ensino de todas as universidades e centros de pesquisas localizados na área (TOP NEWS, 2013; ABREU, 2001).

Na verdade, pode-se mesmo dizer que a forma como se deu ali o processo de apropriação de terras, e consequente enriquecimento de alguns atores na área do polo, como que espelha um modelo que se espalhou pelo país, inclusive sendo matéria de revistas e jornais, como a reportagem da REVISTA VISÃO (1975), que destacava a aquisição de mais de 2 milhões de hectares de terra por parte das colonizadoras, em particular a Indeco, que segundo essa reportagem estava construindo duas cidades na área: Alta Floresta e Paranaíta, além de rodovias para o escoamento da produção agrícola, pecuária, mineral e extrativista

Mapa 04: Área de Abrangência dos Polos de estudo em Mato Grosso.



Fonte: IBGE

Nesse sentido, esse polo passa a receber diretamente e de forma intensa virtuosos investimentos públicos e privados que, em conjunto com a população que para lá se dirigia, contribuíram intensamente para alavancar os indicadores socioeconômicos como o PIP e o IDH, além do crescimento populacional tanto em termos absolutos quando em relativos, como

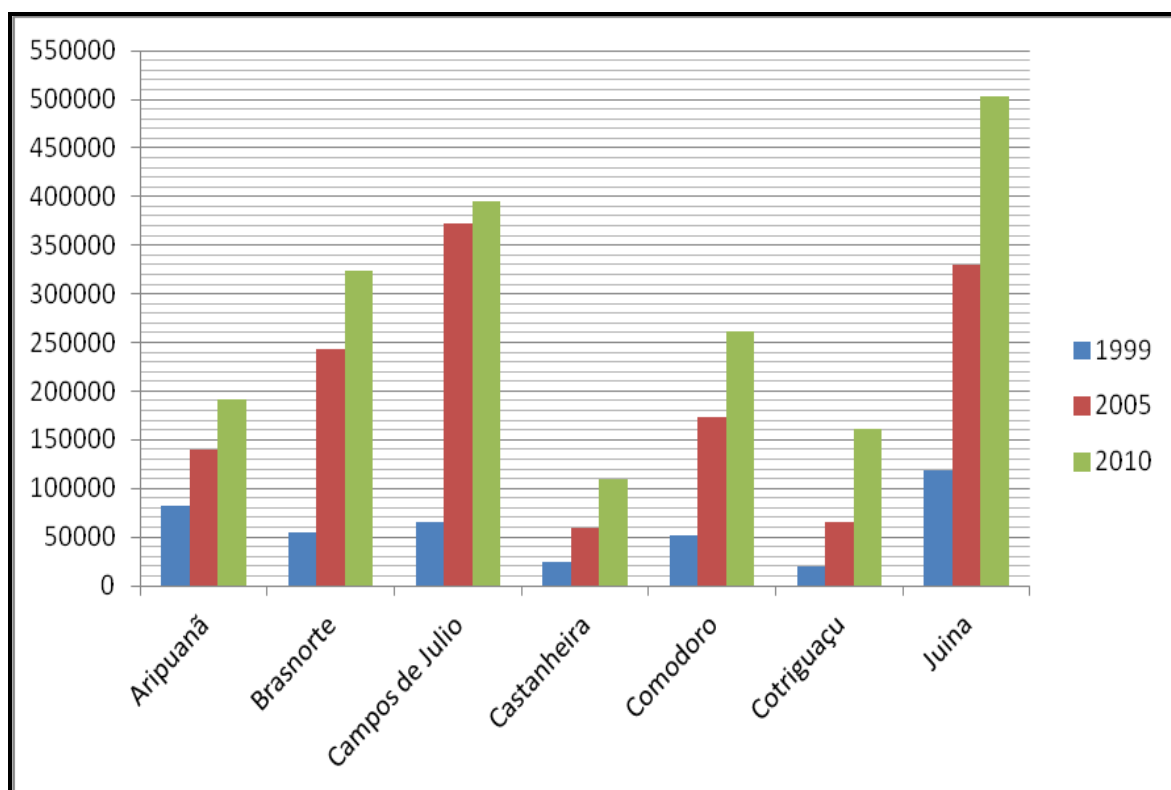
pode ser visualizado na tabela 01 e gráficos 01 e 02, que trata do PIP desse polo a preço de mercado corrente e sua taxa de crescimento em porcentual.

Tabela 01. Polo Aripuanã: PIP a preço de mercado corrente (1000 R\$) e Taxa de Crescimento (%).

Municípios/Anos	1999	2005	2010	1999-2010
Aripuanã	82009	140585	191714	133,77
Brasnorte	54292	243652	323188	495,27
Campos de Julio	65783	372765	395403	501,07
Castanheira	23888	59155	109346	357,74
Comodoro	51351	173341	261057	408,37
Cotriguaçu	19709	65161	161684	720,35
Juína	118456	329197	503523	325,07

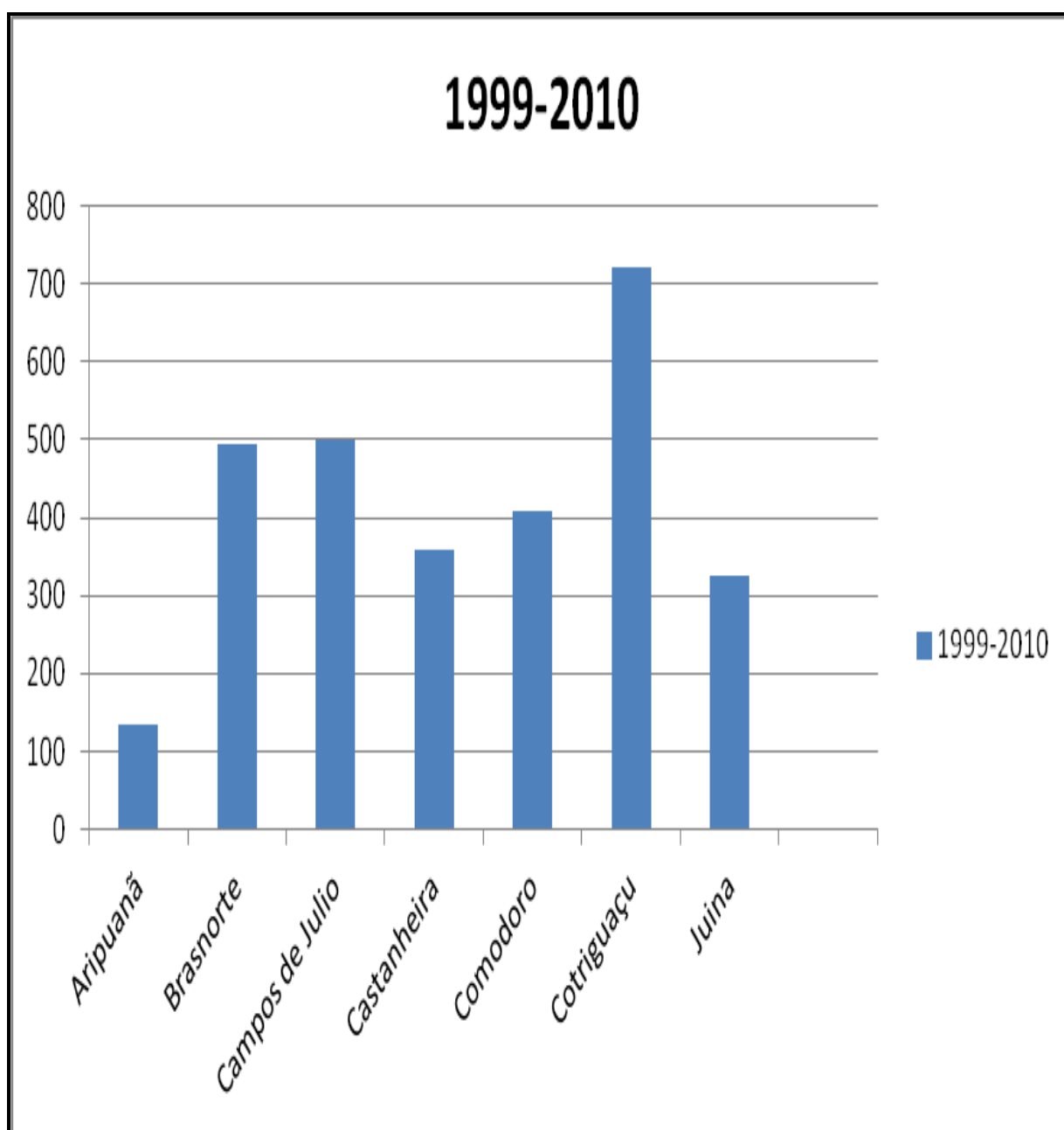
Fonte: IBGE, 1999-2010.

Gráfico 01-Polo Aripuanã: PIP a Preço de Mercado Corrente (x1.000,00)



Fonte: IBGE, 1999-2010.

Gráfico 02-Polo Aripuanã: Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: IBGE, 1999-2010.

Aripuanã, por exemplo, teve um crescimento no PIB em mais de 133% entre 1999 a 2010. O mesmo ocorreu com todos os municípios desse polo, com destaque para Cotriguaçu, que apresentou taxa de crescimento superior a 720%. Em média, as taxas de crescimento do PIB dos municípios integrados a antiga área do polo foi superior a 420%, ficando o município

de Aripuanã com a menor taxa de crescimento, 133,77% como é possível constatar nos gráficos 01 e 02 e na tabela 01.

As melhorias do PIP desse polo esta relacionado com a instalação de projetos voltados ao aproveitamento das riquezas minerais, ao desenvolvimento da pecuária e principalmente à ação do setor madeireiro, que pode ser identificado como o maior responsável pela ‘abertura’ de imensas áreas florestais para a exploração econômica, que passaram a se consolidar ainda na década de 1970, quando do início do planejamento regional baseado nos polos de desenvolvimnto. Como já comentado, foram esses os setores da economia que mais receberam subsídios e benefícios governamentais para se instalarem na região dentro da proposta de integração nacional imperante no início da colonização, na década de 1970. No entanto, isso não significa que a população desse polo tenha se apropriado de fatias significativas desse bolo. Muito pelo contrário, o que percebe é uma acentuada concentração de renda na região.

Pode-se perceber a “inércia dinâmica” das ações oficiais no que diz respeito ao processo de produção do espaço em Mato Grosso quando observamos que é justamente no período e nos locais onde se concentrou inicialmente os investimentos provenientes dos planos e projetos governamentais dentro do polo, que estão localizados os municípios que apresentam, a partir dos anos 2000, os melhores indicadores sociais, havendo igualmente uma correspondência entre essas localidades e os mais prósperos municípios criados posteriormente. Campos de Júlio, por exemplo, entre 2000 e 2014, segundo os dados oficiais do IBGE, em média possuía um rebanho bovino de 23975 cabeças, assim como a sua agricultura que nesse período apresentou em média a produção de 551568,5 toneladas de soja, 389856,5 toneladas de milho e 14717,5 toneladas de arroz. No início da década de 2000 estavam instaladas nesse município 105 empresas, no qual empregavam 905 trabalhadores, onde o salário médio pago era de 2,5 salários mínimos. Já em 2013, encontravam-se instalados nesse município 236 empresas, no qual empregavam 1652 trabalhadores com salário médio de 2,6 salários mínimos. Assim, Campos de Júlio nesse período apresentou em média taxas de crescimento de 224,76% no número de empresas atuantes, 182,54 na quantidade de pessoal ocupado e de apenas 4% no aumento do salário médio pago. Veja que nesse período ocorre acelerado processo de crescimento da economia, no entanto, ocorre também a acelerada concentração de renda, como é possível evidenciar pelo simples indicador economico do aumento dos salários pagos que foi de apenas 4% em praticamente 14 anos. Ou seja, a população como um todo não vem absolvendo de forma significativa dos recursos

produzidos na região. Por outro lado, uma pequena parcela dessa população vem concentrando substancialmente os lucros desse processo.

Reforçando ainda mais os indicadores econômicos que confirmam o crescimento econômico deste município, destacamos as operações de crédito realizadas nesse período, que no início de 2000 apresentava 24,5 milhões de reais, enquanto que em 2014 passou para 70 milhões de reais, ou seja, apresentou taxas de crescimento de 285,71% nesse intervalo de tempo. Acreditamos que esse aumento das operações de crédito estejam relacionados com o desenvolvimento da agropecuária em especial com a cultura da soja, que como já mencionamos, constitui o carro chefe da economia desse município.

Por outro lado, nas áreas mais antigas que ficaram deslocadas dos troncos rodoviários, como o próprio município de Aripuanã, que dava nome ao polo, apresentam nas últimas décadas os piores indicadores. Analisando os mesmos indicadores econômicos entre o início da década de 2000 até a 2ª metade de 2014 desse município, temos os seguintes números: o rebanho bovino em média, era constituindo por 383474 cabeças, essa atividade corresponde ao carro chefe da economia do município, juntamente com a extração vegetal e silvicultura que no início de 2000 foram extraídos oficialmente 129 mil metros cúbico de madeira em tora e 190 mil metros cúbicos em 2014 e pouco mais de 12 toneladas de borracha. A pecuária bovina apresentou taxa de crescimento de 40,08% nesse período, fato que não ocorreu com a agricultura, pois dados do IBGE indicam a produção irrisória de arroz, milho e soja no período, merecendo destaque apenas o ano de 2014 que foram produzidos 1800 toneladas de soja em 600 hectares cultivados, 4548 toneladas de milho em 1155 hectares cultivados e 180 toneladas de arroz que foram plantados em 100 hectares. Esse fato está relacionado com a localização desse município, que fica fora das rotas estratégicas de escoamento da produção e que por isso até recentemente ficou a margem da expansão do complexo da soja. Porém, como mencionado anteriormente, não significa que essa situação não mude, carece apenas de interesse do capital para que ela passe a ser totalmente inserida ao processo atual da globalização. É o que Milton Santos fala sobre a eficiência das ações estar relacionada com a sua localização (SANTOS, 2000). Entre 2000 e 2014, esse município apresentou relativa evolução em seus indicadores produtivos. O número de empresas atuantes no município cresceu 37,21%, passando de 352 para 483 empresas, o pessoal assalariado ocupado por essas empresas aumentou em 44,42%. Porém, o salário médio pago permaneceu inalterado, na faixa de 2,3 salários mínimos.

Com relação as finanças públicas, percebe-se também significativo crescimento nesse período considerado. As despesas orçamentárias, por exemplo, tiveram taxas de crescimento de 166,85%, assim como as operações de crédito realizadas nesse período que aumentaram 63,21%. Esses dados reforçam aquilo que temos comentado, o capital capitalista, conforme o seu interesse, vem incorporando todas as áreas do estado ao seu processo produtivo.

O mesmo foi percebido em relação aos índices de IDH desse Polo, que podem ser verificados na tabela 02 e no gráfico 03. Na década de 1991, todos os municípios desse Polo estavam com o IDH na faixa muito baixo, faixa determinada pela ONU quando o índice atinge um patamar inferior a 0,499. Rondolândia, por exemplo, apresentava o IDH de 0,204, Castanheira ficava com 0,296, assim como os outros municípios desse Polo. O melhor IDH ficava com o recém emancipado município de Campos de Júlio, com 0,460. Sua emancipação política ocorreu em 1994, quando foi desmembrado do município de Comodoro. Localizado na porção oeste de Mato Grosso, em terras que apresentam um relevo com dominância de formas planas, tem como principal atividade econômica a produção agrícola, em especial a soja, cuja atividade de grande escala se beneficia desse tipo de relevo, pela possibilidade de se utilizar um maquinário moderno.

O aumento do IDH desse município está relacionado com a mesma questão levantada anteriormente sobre o PIP, já que se trata de uma área identificada como nova, mas relativamente bem disposto na configuração espacial do estado, ou seja, próximo das principais vias de comunicação, e que por isso foi integrado ao movimento de expansão da fronteira agrícola iniciado na porção sul do estado de Mato Grosso na década de 1970, recebendo vultuosos investimentos, por se tratar de uma área promissora, principalmente por apresentar topografia privilegiada. Nesse período, fins da década de 1990, em função do incentivos fiscais e outros tipos de benefícios, instalaram-se na área empresas do setor agropecuário e energético, como usina de etanol e indústrias ligadas ao agronegócio, como as de máquinas, equipamentos agrícolas e de insumos químicos.

Atualmente, o IDH desse município é de 0,744, índice que o coloca na 9ª posição no ranking estadual e 667º do ranking nacional. Em 2013, o município de Campos de Júlio possuía o melhor PIP per capita do estado. Já em 2000 os municípios desse Polo apresentaram relativo crescimento em seus IDHs. Novamente com destaque para Campos de Júlio, que apresentou IDH de 0,636. No geral, em 2000, o IDH desse Polo passa para a faixa de desenvolvimento humano baixo, que segundo a ONU compreende os IDHs que variam entre 0,500 a 0,599. A menor taxa de crescimento, em números absolutos, ficou para Rondolândia,

0,403. Esse município está localizado no extremo noroeste de Mato Grosso, local que fica bastante fora das principais vias de comunicação do estado. Na verdade não possui uma interligação consistente com as demais cidades do estado do Mato Grosso, uma vez que o acesso mais viável ao município é feito por Rondônia.

Retornamos a Milton Santos quando ele destaca que as porções do território que são dotadas de informação “competem vantajosamente com as que deles não dispõem”(SANTOS, 1999, p. 194). Existindo uma categoria de análise na qual os territórios servidos de elementos atrativos, que ele conceitua como técnicas e informação, são mais aptos a receber atividades econômicas, capitais e tecnologia, são os territórios “luminosos”. Já os espaços desprovidos desses elementos são os territórios “opacos”.

Rondolândia e vários outros municípios desse e dos outros polos refletem diretamente essa questão, uma vez que pode-se observar que no momento esse município está desprovido de elementos atrativos, o que o exclui da investida do capital, ficando às margens do avanço da fronteira agrícola. No entanto, convém destacar que isso é momentâneo, ou seja, essa área não apresenta interesse ao capital hoje, mas não significa que ela está fora completamente do sistema: no momento que ela apresentar as chamadas vantagens econômicas, sem dúvida será inserida no circuito ampliado do capital.

Em 2010, verifica-se nesse Polo considerável crescimento em seu IDH. A exemplo dos outros períodos, Campos de Júlio apresentou o maior IDH, atingindo o patamar de 0,744, assim como Juína, com o índice de 0,716. Porém, todos os municípios desse polo saltaram para a faixa de desenvolvimento humano médio, ou seja, IDH superior a 0,600. No caso de Campos de Júlio e Juína, enquadraram-se na faixa de desenvolvimento humano alto, ficando na média nacional.

Pode-se dizer que o município de Juína apresenta características distintas do conjunto dos municípios desse polo, pois que tem na pecuária e no cultivo perene de guaraná, do café, seringueira e cacau, assim como na mineração de diamantes, suas principais atividades econômicas, além de relativa atividade comercial e industrial, essa voltada para o setor alimentício, em especial os frigoríferos e as empresas do setor madeireiro.

Nas últimas décadas Juína vem apresentando também evolução nos indicadores econômicos. No início de 2000 atuavam em nesse município 878 empresas, empregando 5352 trabalhadores com salário médio de 2,2 salários mínimos. Já em 2014 foram registradas 960 empresas atuantes no município, 6906 trabalhadores que recebiam salário médio de 2 salários

mínimos. Apresentando taxas de crescimento respectivo de 9,32%, 29,03% e redução de crescimento de 9,09%.

Digo distinta porque o setor agrícola é pouco desenvolvido, o que parece fugir da marca registrada do avanço da fronteira.

Esse município no início de 2000, segundo dados do IBGE, apresentava rebanho bovino de 533199 cabeças, já em 2014 esse número subiu para 633492 cabeças, apresentando um aumento de 18,80% nesse período considerado. Considerando todos os municípios do polo, Juína possui 23,89% de todo o rebanho bovino dos mais de 2440864 cabeças, o que confirma a sua aptidão à pecuária de corte do município.

O setor madeireiro também apresentou taxas de crescimento, apesar do rigor e ampliação das leis da exploração madeireira nas últimas décadas, inclusive com maior rigor na fiscalização. No início dos anos 2000 a exploração vegetal de madeira em tora, principal setor de exploração, foi de 173267 metros cúbicos, já em 2014 foi superior a 325940 metros cúbicos de tora. Crescimento de 88,11%. Esses dados levam a compreensão que ocorreu uma exploração vegetal de forma mais racional na região, com a utilização de técnicas e equipamentos de ponta no setor, ou que a exploração vegetal no início da década de 2000 foi praticada de forma ilegal e que o montante real explorado não era registrado. Em outras palavras, até o início da década de 2000, muito pouco dos recursos vegetais explorados no estado era fiscalizado e explorado legalmente. Esse setor movimentava milhões de reais na ilegalidade. Somente nas últimas décadas que o setor de fiscalização oficial do estado começou a agir de maneira mais rigorosa.

A exemplo desse fato foi a operação realizada pela Polícia Federal em 07 de maio de 2014, justamente na cidade de Juína no qual foram expedidos 67 mandados de busca e apreensão, 28 de condução coercitiva e 9 de prisão preventiva. Segundo a Polícia Federal ocorria a exploração de madeira ilegal provenientes de terras indígenas na qual a operação criminosa era acobertada mediante a transferência de créditos florestais fictícios e fraudulentos. Segundo o IBAMA, o chamados créditos são as credenciais que comprovam a legalidade da madeira que a acompanha todo produto florestal desde sua origem até o seu destino final, comprovando a origem lícita da madeira existente em um estabelecimento ou em transporte.

Somente nessa sub-região, que compreende praticamente os municípios do polo Aripuanã e municípios vizinhos do Amazonas e Rondônia, foram apreendidos, somente em 2013, mais de 700 mil metros cúbicos de madeira que foram retiradas de forma ilegal e

transportadas pela rota Pará e Maranhão, segundo o IBAMA. Agora imaginemos o quanto é transportado ilegalmente pela rota BR-364, BR-163 que corresponde ao principal corredor de exportação dessa região.

No mais, existem várias denúncias de exploração ilegal de madeira por todas as regiões produtoras do Mato Grosso, como em Colniza, no qual mais de 2,2 mil metros cúbicos de madeira ilegal foram apreendidas em 2016. Em Juína em 2015 é reaberta a investigação do Ministério Público Federal que investiga a exploração de madeiras em 21 Terras Indígenas em Mato Grosso por empresas asiáticas que operam no estado.

Com uma população de pouco menos de 40 mil habitantes, Juína constitui-se na cidade que atualmente pode ser considerada a que de fato polariza a antiga área do polo Aripuanã. Sua criação, como outras do Mato Grosso em épocas anteriores, está relacionada com o início da exploração diamantífera na segunda metade da década de 1970, quando estudos realizados pelo Radambrasil e pela Sociedade de Pesquisas Minerárias descobriram riquíssimas jazidas desse mineral, historicamente ligado ao desenvolvimento de Mato Grosso, que desde o século XIX é um dos principais produtores.

Essa descoberta atraiu para a região milhares de pessoas, como pode ser constatado na tabela 03 e gráficos 04 e 05, e como outras inúmeras áreas de garimpo no Brasil, a existência da riqueza mineral pode ser vista como o elemento responsável pelo aumento dos indicadores desse município, principalmente a população absoluta, pois as maiores taxas de seu crescimento se processou nesta década.

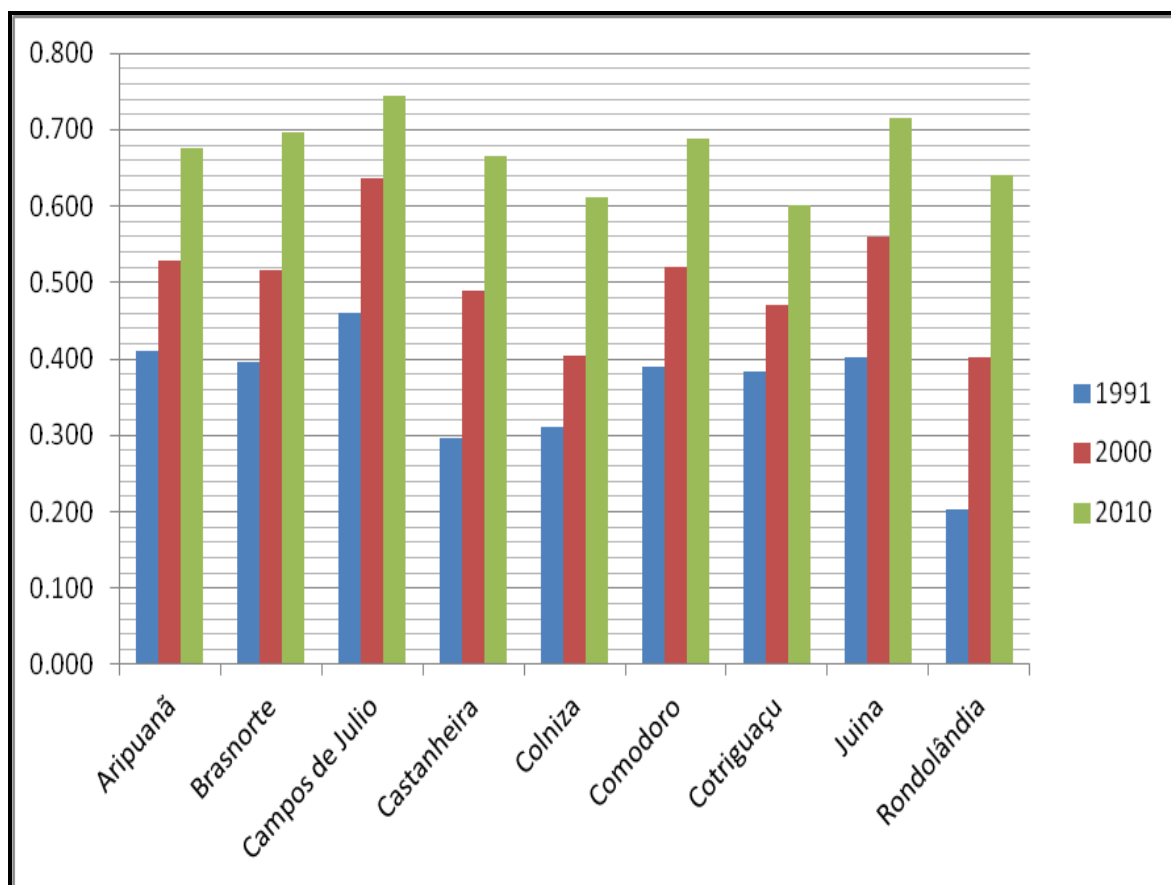
Esse fato que pode ser reforçado ao se analisar as taxas médias de crescimento da população desde 1970, pois a que apresenta as mais baixas médias corresponde justamente ao período compreendido entre 2000 a 2010, momento em que ocorreu a emigração da população, fato comum em áreas de garimpo quando ocorre o esgotamento ou a diminuição do mineral explorado. Isso não significa que a exploração de diamantes na área tenha se esgotado, mas o que ocorre é a sua exploração envolve a ação de grandes empresas mineradoras, excluindo o garimpeiro individual do processo produtivo. Atualmente, segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento, Juína é o maior produtor de diamante industrial do País.

Tabela 02- IDH- Polo Aripuanã

Municípios/ Anos	1991	2000	2010
Aripuanã	0,410	0,528	0,675
Brasnorte	0,396	0,517	0,696
Campos de Julio	0,460	0,636	0,744
Castanheira	0,296	0,489	0,665
Colniza	0,310	0,404	0,611
Comodoro	0,389	0,521	0,689
Cotriguaçu	0,383	0,470	0,601
Juina	0,403	0,560	0,716
Rondolândia	0,204	0,403	0,640

Fonte: PNDU, IDH por Município e Estado.

Gráfico 03- IDH- Polo Aripuanã



Fonte: PNDU, IDH por Município e Estado.

Em termos de taxa de crescimento, Rondolândia apresentou o maior crescimento percentual, com um aumento de 213,72% nesse período considerado. No oposto, ou seja, o município que apresentou a menor taxa de crescimento foram Cotriguaçu, com 56,91%, e Campos de Júlio, com 61,73% (tabela 02). Entretanto, vale a ressalva de que o que se tem aqui é simplesmente uma relação de proporção matemática. Veja só, Rondolândia apresentava, no início da década de 1990, números baixíssimos no seu Índice de Desenvolvimento Humano, atingindo um patamar um pouco maior do que 0,200. Já em 2010, 20 anos depois, esse patamar cresceu, atingindo 0,640. Transformando esse aumento em média de crescimento, tem-se esse número absurdo, mais de 213% de crescimento. No geral, a taxa média de crescimento do IDH para todos os municípios, em porcentagem, ficou na faixa de 94,36%.

Essa discussão pode ser reforçada quando verificamos outros indicadores econômicos de Rondolândia entre 2000 e 2014. A pecuária apresentou taxas de crescimento de 28,67%. Já o extrativismo vegetal de madeira em tora foi de 190,69%. Essas duas atividades constituem a base da economia desse município. Aqui também convém ressaltar a questão destacada anteriormente sobre a extração madeireira, onde 2014 apresentou maior produção do que em 2000. Aqui podemos elencar duas possibilidades, a primeira refere-se a exploração madeireira ilegal como já comentado. A segunda possibilidade refere-se a estagnação da economia do município, no qual tem no setor extrativista a base da economia. Esse questão pode ser entendida também em função de sua localização geográfica, no extremo noroeste de Mato Grosso, em meio a floresta amazônica, divisa com o estado de Rondônia, que ainda o mantém isolado e distante do complexo da soja.

Esse município mantém mais relações com o estado de Rondônia do que com o Mato Grosso. Considerando que praticamente não existe vias de circulação desse município aos principais eixos rodoviários do Mato Grosso. Talvez esse isolamento seja responsável pela pouca atividade agrícola praticada nesse município. Em 2000 foram registrados pelo IBGE a produção de apenas 270 toneladas de arroz e 1125 de milho. O mesmo ocorreu em 2014 quando foram registradas apenas 300 toneladas de milho.

Na estatística de cadastro de empresas do IBGE por município, foram registradas em 2000, 56 empresas atuantes em Rondolândia, empregando 526 trabalhadores no qual era pago, em média, 1,8 salários mínimos. Já em 2014, apresentou 51 empresas e 651 trabalhadores, que recebiam 1,6 salários mínimos. As despesas orçamentárias desse município em 2000 foram de 7,4 milhões de reais e em 2014 pulou para 16,3 milhões de reais. Esses dados

reforçam a tese do isolamento geográfico e econômico de Rondolândia, dando mais crédito a afirmativa de Milton Santos quando trata dos territórios luminosos e territórios opacos (1999).

Isso serve para que lembremos que, em alguns casos, a porcentagem média pouco condiz com a realidade dos fatos, uma vez que, em uma análise rápida dessa informação, poderia transparecer que esse município possui os melhores indicadores sociais dentre todos os municípios integrantes da antiga área do polo, porém, conforme o visto anteriormente, isso não é verdadeiro, uma vez que o crescimento experimentado por esses municípios nesta primeira década do século XXI só pode ser considerado grande se levarmos em conta a situação precária antes vivenciada, somente mitigada, em parte, após a absorção de alguns dos municípios pela corrente de expansão do agronegócio, que segue quase sempre um mesmo padrão: desenvolvimento da atividade madeireira, com a derrubada da floresta, formação dos pastos em grandes fazendas dedicadas à pecuária extensiva, e, por fim, o retalhamento dessas fazendas, com alguns lotes mais bem localizados sendo aproveitados para as atividades agrícolas, normalmente a monocultura da soja, e os mais próximos dos centros urbanos já existentes transformando-se em loteamentos que irão dar base ao crescimento dos municípios (PEREIRA, 1995).

Analisando a tabela 03 e os gráficos 04 e 05, que trazem os dados sobre o crescimento da população absoluta e a taxa percentual de crescimento desse indicador, percebemos também que ocorreu elevado processo de crescimento populacional entre a década de 1970, época de implantação do polo, até o ano 2010. Em termos de percentual, as maiores taxas de crescimento populacional ocorreram na passagem da década de 1970 para a década de 1980, período em que após cristalizar-se como um negócio lucrativo na região sul do Mato Grosso, basicamente às margens da BR-163/364 e BR-070, na área do ‘triângulo’ formado pelas cidades de Barra do Garças, Rondonópolis e Cuiabá, se inicia de fato a expansão da fronteira agrícola em direção ao norte de Mato Grosso, onde então as políticas de colonização encontravam-se em plena efervescência de concessão de benefícios fiscais, com a abertura de grandes projetos do setor agropecuário, mineral e vegetal acompanhando a construção dos principais troncos rodoviários, entre outros fatores que atuaram como elementos de atração populacional. Ver mapa 03.

Nesse período, alguns municípios apresentaram crescimento superior a 1000%, como Aripuanã (1166,66%), Castanheira (1535,59%) e Juína, que computou uma taxa de crescimento de 1541,66%. Esses números podem parecer demasiadamente elevados em uma primeira análise, porém, eles refletem a média do crescimento da população num momento

em que a maior parte desses municípios deixavam de ser meros povoados isolados na floresta para se tornar centros com um caráter verdadeiramente urbano, o que é corroborado pelos dados de população do IBGE para essa década, que para os poucos municípios já politicamente emancipados então existentes apresentam números baixíssimos, como pode ser visualizado na tabela 03.

Na década seguinte, de 1980 a 1991, as taxas de crescimento populacional desse polo continuaram elevadas, no entanto, com taxas menos expressivas. Aripuanã apresentou crescimento populacional de 371,21%, Brasnorte passou de 320,79 na década anterior e pulou para 606,63%, assim como Juína (461,75%) e Castanheira (333,21%). Em resumo, pode-se dizer que do ponto de vista do planejamento regional estatal, o norte de Mato Grosso apresentava-se como um verdadeiro vazio demográfico. Daí a necessidade do Estado incorpora-lo ao espaço econômico do país, mesmo que de maneira autoritária: derrubando as florestas e escolhendo alguns poucos grupos como os beneficiários de políticas que garantiam o acesso às linhas de financiamento internacional e à privatização seletiva das terras públicas.

Nessa perspectiva, a questão dos “espaços vazios”, tanto mencionada pelos órgãos do planejamento, embora possa ser analisada pelo viés das ideologias geográficas (MORAES, 1988), pois se trata de fato de uma concepção politicamente orientada do espaço que inclui em sua definição um projeto específico de mudança na organização territorial, tem, na fria realidade dos indicadores demográficos, referência fincada nos dados oficiais, que embora traduzam em parte a realidade, não dão conta de expressar a situação vivenciada pelos grupos sociais que então ocupavam a região a partir de um horizonte que não contemplava a ocupação produtiva da terra própria do capitalismo.

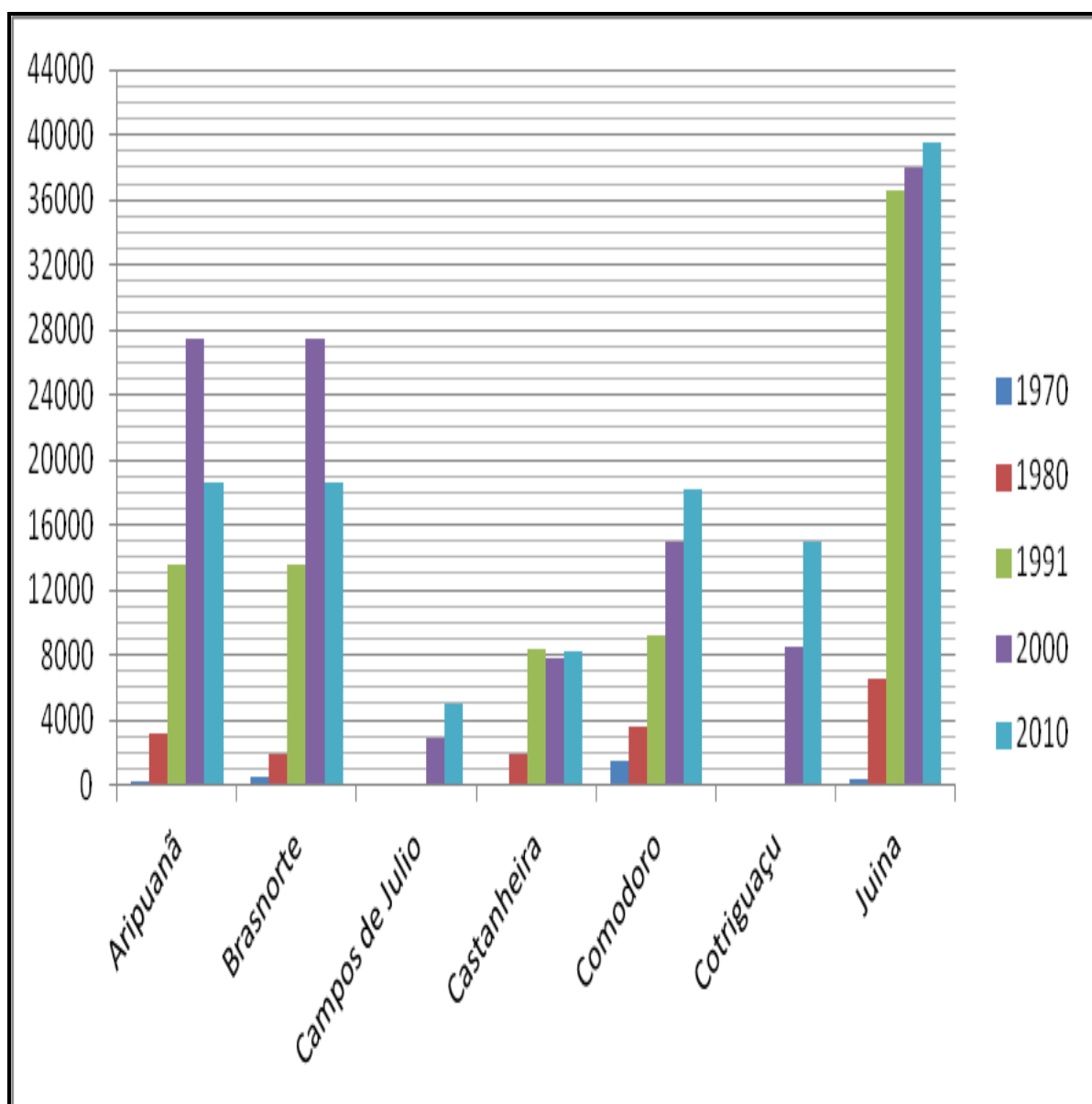
Tabela 03-Polo Aripuanã: População Absoluta e Taxa de Crescimento (%)

Municípios/Anos	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Aripuanã	49	154	3610	7493	8581	1166,66	371,21	102,00	-32,41
Brasnorte	52	902	3610	7493	8581	320,79	606,63	102,00	-32,41
Campos de Julio				906	019	X	X	X	72,71

Castanheira	18	930	361	756	231	1535,59	333,21	-7,23	6,12
Comodoro	481	611	261	4990	8157	214,48	156,46	62,18	21,12
Cotriguaçu				481	4897	X	X	X	43,06
Juina	96	501	6520	8026	9592	1541,66	461,75	4,12	4,11

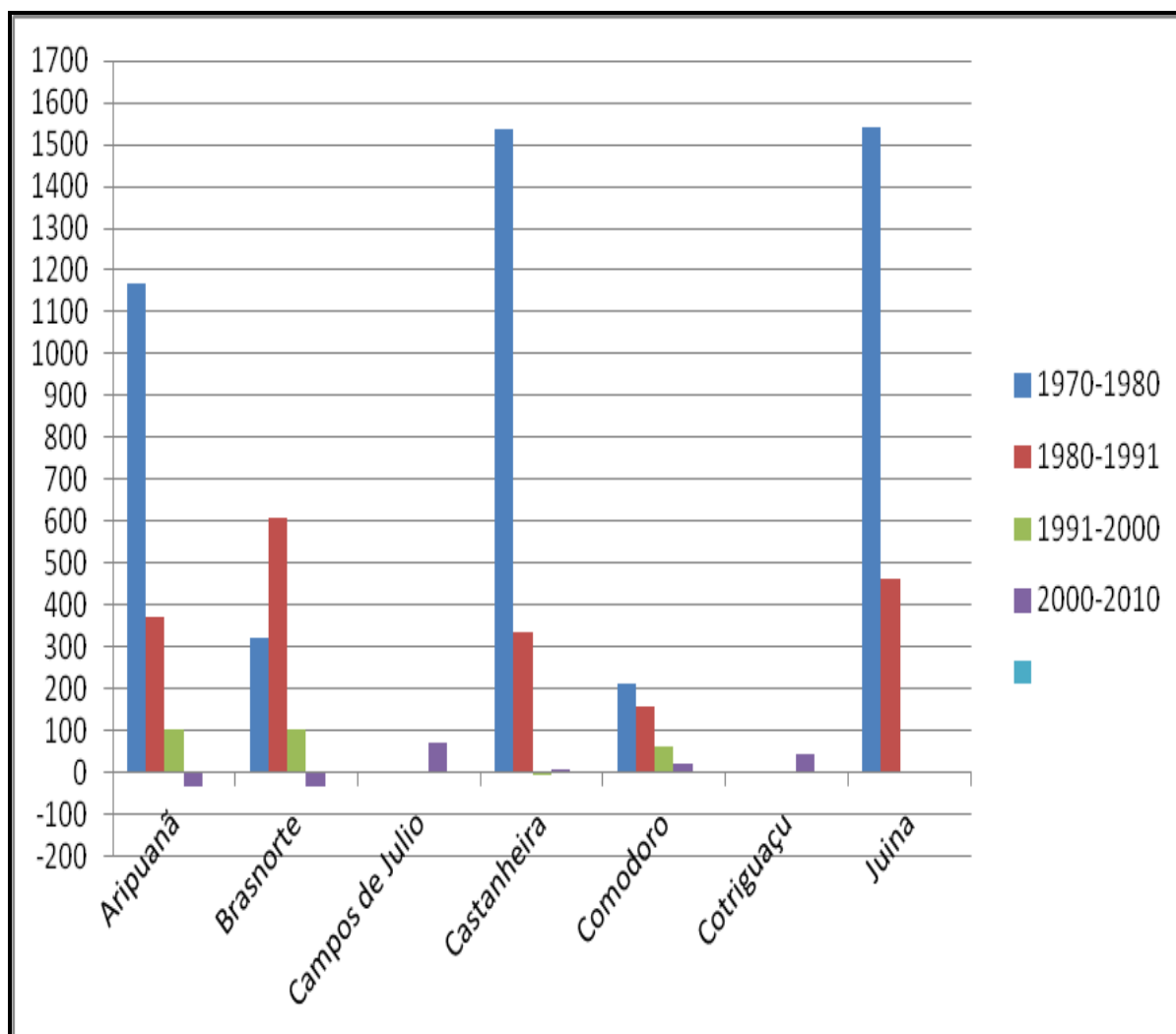
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Gráfico 04-Polo Aripuanã: População Absoluta.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Gráfico 05-Pólo Aripuanã: População Taxa de Crescimento (%).



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Já no período de 1991 a 2000, apenas 2 municípios desse polo apresentaram crescimento superior a 100%, Aripuanã e Brasnorte. Percebe-se nesse período uma nítida retração nas taxas de crescimento populacional, como em Juína 4,12% e em Castanheira, que apresentou crescimento negativo de 7,23%. Essa tendência, que expressa tanto o esgotamento dos projetos implementados durante o governo militar, quanto a mudança de direção do movimento de expansão da fronteira agrícola, que sempre funciona como um atrativo, foi intensificado na década seguinte (2000 a 2010), quando municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional em outras décadas apresentam crescimento negativo, como em Aripuanã, e Brasnorte, que ficaram com um crescimento de -32,41%. Nesse período, as maiores taxas de crescimento da população ficaram com Cotriguaçu 43,06%, Campos de Júlio 72,71% e Comodoro 21,12%.

Segundo o IBGE, a redução nas taxas de crescimento populacional é uma tendência nessa década em todo o território nacional, e os fatores responsáveis por esse fato são os mais distintos. No entanto, os elementos determinantes desse processo para o estado de Mato Grosso podem ser o reflexo de dois fatores: a redução da taxa de fecundidade no país e os processos migratórios internos. Seguindo esse raciocínio, o IBGE, através do censo de 2010, aponta para a redução da taxa de fecundidade de 6,16 filhos por casal em 1940, para 1,9 entre 2000 e 2010. Além disso, afirma que para a população continuar crescendo, o nível mínimo é de 2,1 filhos. Isso explica a queda nas taxas de crescimento populacional do país, passando dos 3% ao ano na década de 1950 para 1,17 em 2010.

Ainda segundo o IBGE, 38 dos 141 municípios de Mato Grosso apresentaram queda nas taxas de crescimento populacional entre 2000 e 2013. Itaúba, por exemplo, perdeu mais da metade de sua população nos últimos 13 anos (50,5%), Novo São Joaquim teve uma redução em 40% de sua população, e no mesmo período, Aripuanã viu sua população ser reduzida em 26%. Por outro lado, como nas áreas em que as fronteiras ainda estão em movimento o crescimento populacional normalmente acompanha a prosperidade econômica, alguns municípios do estado, que não por acaso estão na ponta de lança do processo de ocupação de antigas reservas florestais, passaram por uma verdadeira explosão demográfica, como é o caso de Lucas do Rio Verde, que no mesmo período observado, apresentou taxas de crescimento demográfico acima de 171%, e Sapezal, que teve um aumento em sua população na ordem de 147%.

Assim, apesar dos dados indicarem uma relativa redução das taxas de natalidade e fecundidade, a redução da população ocorrido nesse polo dificilmente está relacionada a esses fatores, já que esses indicadores são insuficientes para apresentar o cenário realmente existente. O fator que acreditamos estar influenciado nesse cenário são as migrações internas influenciadas pelo florescimento momentâneo de alguma atividade econômica, que ocorrem dentro do próprio estado, e as migrações externas, fora da área dos polos e fora do estado. Isso pode ser constatado quando percebemos o aumento populacional em alguns municípios da região, como os destacados anteriormente, locais que são providos de atrativos que induzem a migração, ou seja, os “territórios luminosos”.

Outra vertente que merece investigação nesse cenário refere-se ao desmembramento e emancipação de municípios na região nas últimas décadas. Muitos municípios foram criados sem qualquer infraestrutura, seja para o desenvolvimento de atividades econômicas específicas, seja mesmo para a sobrevivência digna dos habitantes, ficando sua

sustentabilidade questionável. Nesse cenário, muitas vezes a emancipação ocorreu para atender interesses políticos locais, que não possuem uma representatividade em âmbito regional, mas que são capazes de induzir esse processo. Geralmente, o município recém criado possui uma ou duas atividades econômicas atrativas que agem de forma temporária, esgotando-se pouco depois, quando essa área passa a atuar como um centro de repulsão populacional.

Moura (1990) discute sobre essa questão, afirmando que os desmembramentos municipais é a expressão do deslocamento das fronteiras dentro do próprio estado, sendo a representação máxima da expansão do modo de produção capitalista que se realiza, em outros níveis, através da ocupação territorial. Desse modo, com o avanço e territorialização do capital, do consumo e da circulação de bens e serviços, faz-se necessário a consolidação de novos espaços para auxiliar na ampliação do processo de acumulação. Assim, dividem o espaço, nesse caso, o território municipal, que sempre atingem extensões imensas no Mato Grosso, em partes menores, criando novos municípios para melhor organizá-lo.

Nesse sentido, a criação de municípios “é o resultado da espacialização de interesses, isto é, o produto espacial da disputa do poder econômico e o poder político entre o grupo dominante e o dominado. (...) é na concretização dessa disputa que poder político se territorializa” (MOURA, 1990, p. 101). Esse raciocínio continua:

Esta é a função da divisão territorial, dos desmembramentos municipais, da presença do poder público municipal e de sua intermediação, pois, na medida em que este fala em nome de um povo – que na verdade se divide em diferentes classes sociais-, deixa livre o território de seu domínio para a passagem daqueles que exercem a dominação (MOURA, 1990, p. 102).

Ficam assim mais claras as premissas que comandam as emancipações políticas ocorridas em Mato Grosso entre 1970 e 2010, pois de um ponto de vista mais amplo, vemos que todas essas divisões são feitas primeiramente para atender aos interesses dos grupos políticos e econômicos que estão à frente do processo de ocupação territorial e expansão da economia, servindo, ainda, para mascarar a realidade, e o pior, iludir a população com o discurso de que essa é uma medida que visa solucionar os problemas socioeconômicos existentes.

Esse polo, com seus municípios, sede municipal e rodovias pode ser observado no mapa 02. Nem todos os municípios destacados existiam na época da criação do polo, já que a

maior parte deles têm sua origem no desmembramento do município de Aripuanã, assim como a grande maioria das atuais rodovias também foram construídas com o passar do tempo.

A partir dos números apresentados, é possível afirmar que a ideia de “vazio demográfico e econômico”, conceituado e propagado pelo planejamento regional no início da década de 1970, de certo modo perde força na medida em que a área desse polo começa a ser “preenchido”. Mas podemos falar em desenvolvimento do polo?

Vejamos mais alguns dados econômicos dos municípios que em conjunto formam o antigo Polo Aripuanã, que se referem ao início do século XXI ao início de 2015. A produção pecuária bovina em média foi de 2440864 de cabeças por ano, a produção agrícola que tem a soja, o milho e o arroz seus principais produtos tiveram em média a produção de 1774815 toneladas de soja por ano o que corresponde a produção média por ano e por município de 167831 toneladas. Porém, destacamos que esses dados referem-se a média, e como já comentamos elas não condizem com a realidade, há municípios desse polo que ainda não foram atingidos pelo complexo da soja, como Castanheira, Cotriguaçu e Rondolândia. Por outro lado, existem municípios no qual a economia gira em torno dessa cultura, como é o caso de Campos de Júlio, que é o maior produtor dessa leguminosa no polo e um dos maiores do estado de Mato Grosso, produzindo em média 551568,5 toneladas por ano e Brasnorte, que produziu em média 495159,5 toneladas por ano desse produto.

Conforme a estatística de cadastro de empresas do IBGE por município, esse polo apresentou taxa de crescimento em relação as empresas atuantes de 79,13%. O pessoal ocupado assalariado apresentou crescimento de 68,28% e os salários pagos teve crescimento de 1,8% em média nesse intervalo de tempo considerado.

Esses dados ao mesmo tempo que reafirmam o crescimento econômico da antiga área do polo de modo geral, mesmo que timidamente, evidencia a concentração de renda que se prolifera, uma vez que os salários pagos tiveram aumento de apenas 1,8%, ou seja, exponencialmente inferior ao crescimento de todos os outros indicadores econômicos. Peguemos mais dois indicadores econômicos para finalizar essa discussão, as despesas orçamentárias, que nesse período tiveram taxas de crescimento de 30,086% no polo e as operações de crédito das instituições financeiras, que tiveram crescimento de 42,39%.

Essa questão de desenvolvimento do polo merece melhor análise, pois muitos pensadores, principalmente economistas, defendem que crescimento e desenvolvimento econômico são sinônimos, no sentido de que para se desenvolver há a necessidade de crescer, ou seja, para que uma região cresça ela tem que se desenvolver. Desse modo, o crescimento

econômico seria a base do desenvolvimento. Celso Furtado (1961; 2000) defende que o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado de melhorias da qualidade de vida das pessoas que estão envolvidas no processo. Já Souza (2006) afirma que se as pessoas não forem beneficiadas diretamente pelo processo, não há desenvolvimento.

Compartilhando o pensamento de Souza, acreditamos na consolidação de uma estrutura produtiva dinâmica em Mato Grosso no período pós-programas, que foram no geral bem sucedidos em criar no estado elementos de atração populacional, promovendo altíssimas taxas de crescimento populacional, na verdade uma das maiores do país no período, promovendo acelerados processos de urbanização, assim como a expansão e modernização do setor agropecuário, o que inseriu Mato Grosso definitivamente na economia nacional globalizada. Porém, ainda defendemos a necessidade da absorção de parte significativa dos recursos existentes no estado por parte da população. Entendemos que há uma imensa concentração de renda no estado que inibe o seu desenvolvimento, que é uma realidade presenciada em todo o território nacional.

A porção noroeste do Mato Grosso, que constitui a área desse polo em questão, atualmente é de especial importância, não só no contexto regional, como para todo o contexto nacional. Primeiro é porque ela possui ainda uma das últimas áreas pouco exploradas de Mato Grosso e apresenta ainda grande biodiversidade com diferentes ecossistemas, que incluem florestas densas, matas de transição e cerrados. São ecossistemas ricos, frágeis e também pouco estudado. Outro fator que chama atenção para essa área é que ela está localizada na rota de expansão da Amazônia. Que como já comentado, vem sofrendo uma série de pressões ambientais, advindas principalmente dos vários processos migratórios e projetos faraônicos de agropecuária e agrominerais, que provocaram o deslocamento para a região de grupos sociais distintos que não possuem os mesmos interesses econômicos.

Essa questão é levantada por Becker (2008):

A Amazônia brasileira é um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta e a grande reserva territorial da sociedade brasileira, mas a biodiversidade e o delicado equilíbrio ecológico regionais tornam o seu desenvolvimento uma incógnita e um desafio às ciências mundial e nacional (BECKER, 2008, p 223).

Sobre essa temática, podemos destacar mais recentemente o projeto hidrelétrico Complexo Madeira, constituído por duas hidrelétricas a serem construídas a Santo Antônio e a Jirau, no rio Madeira em Rondônia. Que apesar de não estar localizado fisicamente à essa

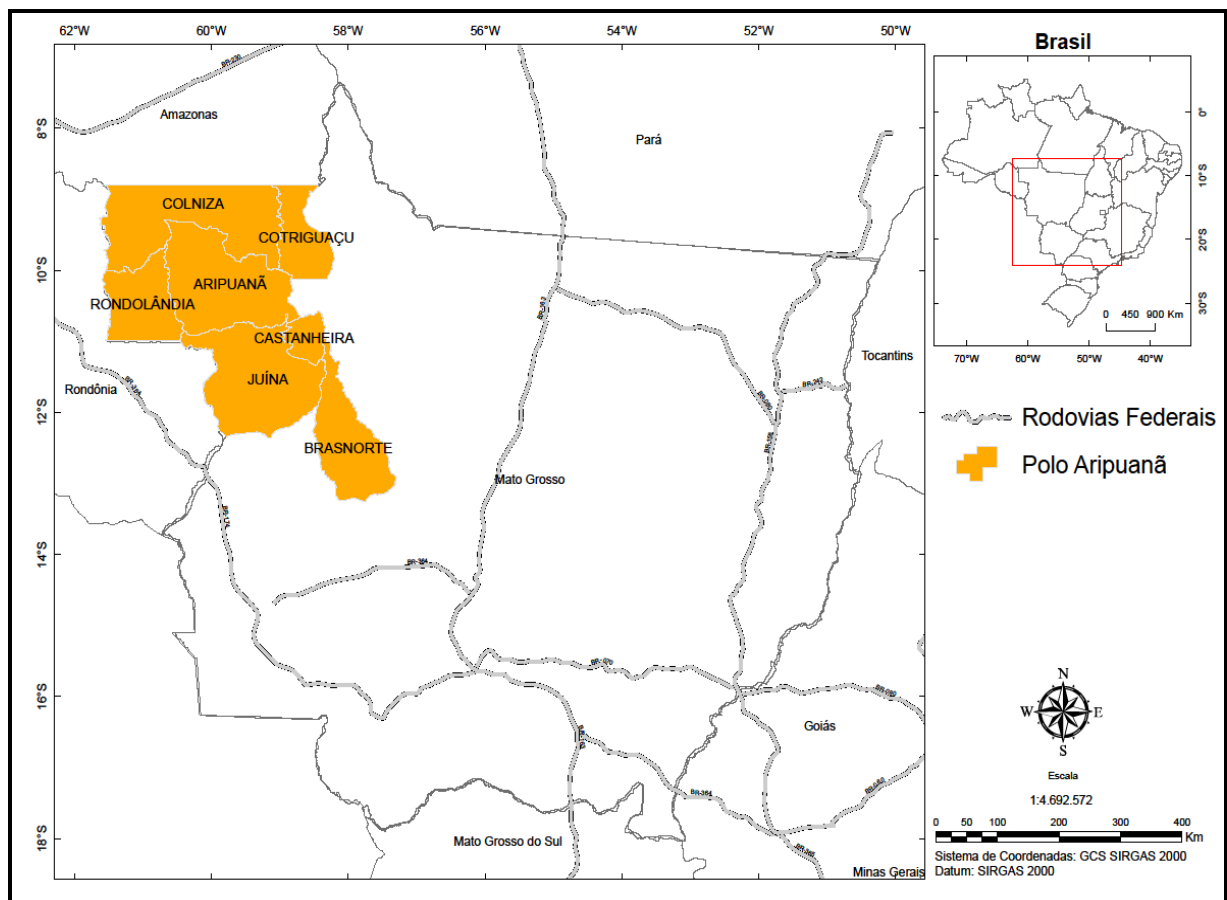
região, exercerá forte influência sobre ela, mesmo porque já existem fortes vínculos entre a porção noroeste do Mato Grosso, mais especificamente a microrregião de Aripuanã, com o estado de Rondônia, principalmente no que se refere aos impactos socioambientais como o reordenamento territorial promovido de forma direta ou indireta por esse empreendimento. Além de que, esse complexo poderá potencializar a dinâmica econômica da região, pois com a construção da hidrelétrica possibilitará o transporte hidroviário que poderá favorecer a produção de grãos, com ênfase na produção de soja dessa região, oeste/noroeste de Mato Grosso, próximo ao Campo Novo dos Parecis e da região sul de Rondônia, centrado em Vilhena.

Segundo seus planejadores, o Complexo Madeira é um projeto estruturante, ou seja capaz de promover um novo vetor de ocupação territorial em função das potencialidades proporcionadas pela montagem infraestrutural de energia e transporte e pelas compensações socioambientais implementadas pelos empreendedores.

No entanto, Vainer e Araujo (1992), comenta que os grandes aproveitamentos hidrelétricos são exemplos perfeitos em que regiões de extensas bacias e áreas de várzea são transformadas em jazidas energéticas, a vida social, as populações que se articulam e fazem parte desse espaço acabam sendo entraves ao processo de apropriação territorial pelo capital e pelo poder do centro e devem ser removidos (VERNER, 2012). Nesse sentido, a expansão do setor elétrico sob o planejamento e instalação de grandes projetos hidrelétricos refletiu o caráter desigual e concentrado do desenvolvimento brasileiro, marcado por descontinuidade e predação de recursos materiais, humanos e ambientais (BRANDÃO, 2010).

Porém, a intensificação dos conflitos a partir de emergência do movimentos sociais, que contestam a atuação do setor elétrico brasileiro, a cobrança dos órgãos de financiamento relacionado as questões ambientais dos projetos, a própria redemocratização do país, e mais recentemente a bandeira conservacionista das Superintendências de Desenvolvimento e de projetos, ações e programas governamentais, vem pressionando para que seja incorporado e praticado nos projetos os aspectos sociais e ambientais nos empreendimentos, principalmente em grandes projetos hidrelétricos como o em questão: “O desenvolvimento sustentável é, assim, expressão e instrumento de um modo de produzir e um novo modo de regulação” (BECKER, 1993, p 226).

Mapa 05 - Polo Aripuanã.



Fonte: IBGE

3.1 POLO JURUENA

A área definida para esse polo localiza-se na porção centro-norte do Mato Grosso, englobando os territórios dos municípios de Porto dos Gaúchos, Diamantino e Alta Floresta. Como é possível ver no mapa 08 na página 111. Segundo Abreu (2001), originalmente foi planejado para exercer a função de um polo voltado para a produção agrícola, principalmente por conta das características físico-químicas do solo, que apresentava uma boa fertilidade natural, e das condições do relevo, que tinha uma topografia favorável para o desenvolvimento em grande escala dessa atividade.

Dentro dos ideais do planejamento regional defendido no período, a área na qual estava definido os limites do polo também se constituía como um “vazio demográfico e econômico”. Porém, como acontecia com outros lugares assim definidos, também esse vazio

era ocupado por uma população que mantinha um modo de vida antagônico ao proposto pelos programas e projetos para lá direcionados. Como é o caso dos diferentes povos indígenas que já encontravam nessa região.

Há séculos o território que hoje constitui o estado de Mato Grosso é habitado por diferentes grupos indígenas. Antes mesmo da ocupação da coroa portuguesa no Brasil, esses povos indígenas construíram seus territórios, desenvolveram organizações sociais criando cultura e formas próprias de viver e de se relacionar com a natureza.

Segundo a Fundação Nacional do Índio- FUNAI, entre 1500 e 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente com a extinção de vários povos. “O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável (FUNAI, 2015, p. 01)”. Esse quadro começou a mudar nas últimas décadas do século XX. A partir de 1991, a população índia passou a fazer parte do senso demográfico do IBGE. Nesse primeiro senso houve o crescimento de 150% dessa população. O ritmo de crescimento da população índia, segundo o IBGE, foi de 6 vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação a população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4 em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, que segundo o IBGE, corresponde a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6% (IBGE, 2010).

O último senso de 2010 registrou que a população total indígena do Brasil é de 817962 pessoas, o que equivale à 0,26% do total da população do país. Esse mesmo senso registrou que em todas as unidades federativas do Brasil há população indígena, mesmo no Distrito Federal.

Essa população, em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural e garantir melhor qualidade de vida. As comunidades indígenas vêm enfrentando problemas concretos, tais como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração de trabalho, inclusive infantil, mendicância, êxodo desordenado causando grande concentração de indígenas nas cidades (FUNAI, 2013, p. 01).

Segundo o IBGE, 2010, a população indígena do Brasil está distribuída pelas regiões na seguinte proporção: Sudeste 97960 indivíduos, sul 74945, Nordeste 208691, Norte 305873 e Centro Oeste com 130494 índios.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira 2005, comenta que para o avanço do capitalismo na construção do seu território no Brasil fez-se necessário a destruição dos territórios desses

povos que originalmente encontravam-se aqui organizados. Esse processo foi dirigido de forma cruel e covarde, promovendo verdadeiros genocídios. Os poucos povos que sobreviveram procuraram estratégias para permanecerem com seu modo de vida, outros para evitar a frente de expansão, refugiaram para regiões mais longínquas da chamada sociedade civilizada e outros ainda para permanecerem vivos, adaptaram-se às novas situações, coexistindo com a sociedade majoritária.

Portanto, a construção do território capitalista no Brasil foi produto da conquista e destruição dos territórios indígenas. Os povos indígenas foram sendo dizimados, seus territórios invadidos, saqueados e violentados, “cercados” e confinados em terras indígenas e parques. O espaço do universo cultural indígena sofreu a interferência do espaço e tempo do capital (OLIVEIRA, 2005, p. 102).

A sociedade não indígena ocidental capitalista foi “educada” historicamente a analisar/julgar determinadas situações, fatos, crenças, etc a partir de si, a partir de seus valores, ideologias e crenças, ou seja, possui uma visão eurocentrista, na qual aquilo que eu considero estranho a minha formação não é certo ou verdadeiro. Assim formou-se uma “cultura” da qual os índios são uma ameaça em potencial ao desenvolvimento do progresso, simplesmente pelo fato deles terem uma concepção diferente em relação aos valores.

Desse modo, essa interferência do espaço e de tempo imposta pelo capital aos povos indígenas tenha sido:

O início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido. A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos (OLIVEIRA, 2005, p. 102-103).

Segundo o Instituto Socioambiental- ISA, na região na qual localiza os antigos polos em discussão são encontrados os seguintes povos indígenas: Os Bakairi, os Apiaká, os Kayabi, os Panará, os Paresí, os Umutina, os Nambikwara, os Myky, os Irantxe, os Tupi-Mondé, os Cinta- Larga, os Zoros, os arara, os Rikbaktsa, os Enawenê- Nawê, os Karajá, os Tapirapé, os Xavante, e os diferentes povos que vivem no Parque Indígena do Xingu.

Os Bakairi originalmente ocupavam a região central do Mato Grosso próximo as nascentes dos rios Arinos e Teles Pires. Atualmente estão agrupados na terra indígena Santana que fica no município de Nobres e na Terra Indígena de Pakuera em Paranatinga.

Segundo Oliveira 1997, há registros de contato desse povo com os não- índios desde o século XVIII. Quando trabalharam nas minas de Mato Grosso, mais tarde na extração da borracha e na pecuária. Atualmente boa parte continuam a vender sua força de trabalho aos latifundiários da região.

Como estão na área de confluência da BR-364, esse povo foi beneficiado com alguns projetos comunitários financiado pelo projeto Polonoeste, dentro da Política de Integração Nacional, no qual receberam equipamentos agrícolas, trator, caminhão e gado bovino. Atualmente esse povo é constituído por uma população de 930 habitantes segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, o SIASI e a Secretaria Especial de Saúde Indígena, a SESAI.

Os povos Apiaká tinham seu território original entre o curso médio e baixo dos rios do Peixe, Arinos, Juruena e Teles Pires. Segundo Oliveira 2005, os primeiros contatos com esse povo ocorreu no início do século XIX. Sempre foram um povo amigável, talvez por isso suas terras foram invadidas e hoje a grande maioria desse povo vivem em Terra Indígena Apiaká-Kayabi no município de Juara. No entanto, existe um grupo isolado que vive no extremo norte do Mato Grosso. Atualmente a população desse povo é composta por 844 indivíduos, segundo a SIASI/SESAI.

Os Kayabi, povos que habitavam a região que compreende as bacias do rio dos Peixes até o rio Peixoto de Azevedo. A partir de 1950 esse povo sofreu pressões dos seringalistas o que acarretou sua transferência para o Parque Nacional do Xingu sob a orientação dos irmãos Villas Boas. Um pouco que não aceitaram a transferência se organizaram e iniciaram uma luta pela demarcação de sua terra. A demarcação ocorreu em 1991, com a criação da Terra Indígena Apiaká- Kayabi no município de Juara. (OLIVEIRA, 2005).

Em 2012 a população desse povo era constituído por 2202 indivíduos, segundo a SIASI/SESAI.

O povo Panará ocupava originalmente as terras ao norte do rio Peixoto de Azevedo, no extremo norte do Mato Grosso, até as cabeceiras do rio Iriri e a Serra do Cachimbo, no sul do Pará. (ISA, 1996).

Os primeiros contatos oficiais com esse povo foi entre 1968-1969, pelos irmãos Villas Boas. As consequências foram terríveis levando quase a extinção desse povo devido a

doenças e fome pois eles abandonaram suas aldeias e refugiaram-se na floresta do Cachimbo com receio do contato com os não-índios.

Entre 1972-1973, período de início da construção da BR-163, a rodovia Cuiabá-Santarém, e da BR-080, Brasília- Manaus, os Panará, ou índios gigantes, foram “pacificados” em seu território original, onde hoje é a cidade de Peixoto de Azevedo. (OLIVEIRA, 1997).

No início dos primeiros contatos esse povo era constituído por 220 indivíduos, em 1976 eram apenas 64 índios. Período em que Xingu. Em 1991, 12 índios remanescentes foram transferidos para um novo local fora do parque onde começaram a resgatar a sua identidade.

Em 2001 foi homologada a criação da Terra Indígena Panará, englobando os municípios de Guarantã do Norte, Matupá e Altamira.

O Povo Paresi, tinha seu território nas cabeceiras dos rios Arinos, Sangue, Papagaio, Juruena e Alto Paraguai, na porção centro-oeste do Mato Grosso, onde permanece até hoje com área bem reduzida.

Segundo a Operação Anchieta, OPAN, 1987 e Oliveira 1997, os primeiros contatos desse povo com os não-índio vêm do final do século XVII, quando bandeirantes paulistas caçadores de índios e mineradores chegaram à área. Após esse período, a área dos paresi foi tomada por migrantes especializados na extração vegetal da poaia e seringa. Período caracterizado por muita tensão e violência entre esse povos.

Porém maior problema encontrado por esse povo ocorreu no início do século XX, quando da Comissão Rondon que cortou o seu território. Os Paresi sofreram uma desorganização territorial e social. Grupos dispersaram-se de seus territórios originais em decorrência dos novos valores e padrões de socialização introduzidos (COSTA, 1985).

A década de 1960 esse povo enfrenta novo problema que foi o trajeto da BR-364, que cortou o seu território, gerando conflitos entre índios e os fazendeiros que começaram a se estabelecer em suas terras, que segundo Oliveira 2005, esses conflitos foram intensificados com a vinda de grande número de migrantes do sul do país em função dos planos, programas e projetos da chamada Integração Nacional.

Remanescente dos Paresi encontraram-se distribuídos em nove Terras Indígenas todas localizadas no antigo território desse povo, totalizando uma população de 1955 indivíduos (SIASI-SESAI, 2012).

O povo Umutina tinha seu território na região que hoje corresponde o município de Barra do Bugres, na região do rio dos Bugres e Alto rio Paraguai. Os primeiros contatos desse povo com os não-índio ocorreu no século XVIII. Período áureo da exploração da poaia e da

Borracha na região que constitui o seu território. Nesse período promoveram verdadeiras chacinas contra esse povo, principalmente após a fundação da cidade de Barra do Bugres e a elevação do preço da poaia e da borracha no mercado europeu.

A pacificação desse povo ocorreu no início do século XX quando da Comissão Rondon. Atualmente o povo remanescente dos Umutina vivem na Terra Indígena Umutina em Barra do Bugres, totalizando 445 indivíduos, segundo a Associação Indígena Umutina, Otoparé.

O povo Nambikwara tinham seu território original na porção noroeste de Mato Grosso e sul de Rondônia, com uma área de mais de 5 milhões de hectares. São conhecidos pelos não-índios desde o século XVIII, no entanto esse povo passou a ser dizimado intensamente na década de 1970, principalmente em função dos programas da SUDAM nessa região do Vale do Guaporé. Segundo Carelli e Severiano, 1980, esse povo foi forçado a deixar o Vale e mudar-se para o cerrado desestruturando toda a sua estrutura social.

O Vale do Guaporé, região original desse povo, foi compartilhada irregularmente às empresas agropecuárias mediante programas e projetos provenientes da SUDAM. Para tal foi expedido documentação pela FUNAI dando legalidade a posse dessas terras para essas empresas. Para tornar a situação desse povo mais penosa, o governo modificou o traçado original da BR-364 em construção para favorecer os latifundiários e os grandes empresários que para a região se instalaram. “O novo traçado da rodovia, construída com recursos do Banco Mundial, cortou as terras que eram território Nambiwara no vale, simplesmente ignorando-as (OLIVEIRA, 2005, p 109)”.

As Terras Indígenas desse povo foi oficialmente somente após a construção da BR-364 e seu asfaltamento, limitando a ocupação do espaço tradicional desse povo no Vale do Guaporé.

Atualmente esse povo está confinado na Terra Indígena Nambikwara, em Comodoro. No entanto, enfrentam ainda sérios problemas com a ação das madeireiras e garimpeiros em suas terras. Em 2013, segundo SIASI-SESAI a população desse povo era de 2232 indivíduos.

O povo Irantxe tinha seu território onde se localiza o município de Brasnorte. Suas terras passaram a ser invadidas na década de 1940 por seringueiros e mineradores. Esse povo atualmente estão assimilando os costumes não-índio, como roupas, a religião católica, as músicas, etc.

Esse povo vive atualmente na Terra Indígena Irantxe no município de Brasnorte. Sua população em 2012 era de 396 indivíduos (SESAI-SISAI).

O povo Tupi-Mondé tinha seu território original na bacia do rio Aripuanã, Roosevelt e Guariba, rios afluentes ao rio Madeira, na região do município de Aripuanã e Rondolândia.

Esse povo manteve-se isolado até por volta de 1960 quando seus territórios foram invadidos pela expansão econômica sobre o Mato Grosso e Rondônia. Período em que eclodiram conflitos nessa porção do Mato Grosso entre grileiros, posseiros e companhias colonizadoras que passaram a disputar com os índios a posse ou a propriedade da terra (OLIVEIRA, 2005).

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram verdadeiras chacinas desse povo pelas chamadas “limpezas de área” que quase levaram extinção desse povo.

Esse episódio levou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a estabelecer a pacificação desse povo, que segundo Oliveira 2005, tiveram início em 1966 que foi conduzido de forma irracional que contribuiu para a invasão generalizada dos territórios desse povo pelos garimpeiros, colonos e pelas empresas de mineração que possuíam licença de pesquisa emitida pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral- DNPM.

Atualmente esse povo vêm enfrentando a questão da invasão de suas terras por madeireiras e garimpeiros. Oliveira 2005 argumenta que o Programa Polonoroeste acelerou o processo de povoamento da porção noroeste do Mato Grosso com a implantação de vários projetos agropecuários e de colonização nas terras desse povo. Isso foi possibilitado pela expedição de títulos de terras precários e certidões irregulares pela própria FUNAI. Esse fato acarretou na invasão das terras dos Tupi-Mondé.

Esse povo é constituído por diferentes grupos, no entanto seus problemas são comuns, como a invasão de seu território, perda de sua cultura, alto índice de mortalidade, principalmente infantil, em função de doenças que anteriormente não existiam entre eles, como malária, tuberculose, pneumonia, entre outras.

A população desse povo em 2010 era de 3535 indivíduos segundo a FUNASA. Os Tapirapé tinham seu território original compreendido pela área que compreende as cabeceiras do rio Tapirapé até a divisa com o Pará, na região que hoje estão localizados os municípios de Santa Terezinha, Luciára, Confresa e Porto Alegre do Norte em Mato Grosso. Suas terras passaram a ser invadidas a partir dos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, momento em que grandes grupos econômicos e financeiros passaram a apropriar-se de terras pertencentes a esse povo. Considerando que parte do território desse povo foi loteada pelo antigo Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso, no final da década de 1950.

Originando conflitos com o avanço da Fronteira Agrícola a partir de 1970 (OLIVEIRA, 1997).

Esse povo vive atualmente na Terra Indígena de Tapirape-karajá em Santa Terezinha e Luciára e na Terra Indígena Urubu Branco. Sua população em 2010 era constituída por 655 indivíduos. (FUNASA, 2010).

Os Xavante tem seu território original na região do rio Araguaia e o rio Das Mortes na porção nordeste de Mato Grosso. Esse povo permaneceu hostis com os não-índios durante séculos. A partir de 1946 ocorreram os primeiros contatos desse povo com os não-índios. Assim foram criadas as Terras Indígenas Pimentel Barbosa, a Areões, a Merure. Outro grupo Xavante que tinha seu território na região do rio Suyá Missú foi forçado a deixar suas terras. Suas terras foram transformadas em uma grande agropecuária e os índios que sobreviveram foram remanejados a Terra Indígena Merure.

Em 2013 essa terra foi reintegrada aos Xavante, fato noticiado em cadeia nacional em função da relevância do fato.

Oliveira 2005, destaca que: “Em seus territórios estão a maior concentração de projetos agropecuários. As novas fazendas, financiadas e incentivadas pela SUDAM, se incumbiram do contato com os nativos e a consequência foi uma secessão de genocídios e etnocídios (OLIVEIRA, 2005, p. 116)”.

Atualmente, o povo Xavante está concentrado nas Terras Indígenas Areões, em Água Boa, Areões I e II em Cocalinho, Chão Preto em Campinópolis, Maraiwatsede em Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia, Marechal Rondon em Paranatinga, Parabubure em Água Boa e Campinópolis, Pimentel Barbosa e Canarana e Ribeirão Cascalheira, Sangradouro em General Carneiro, Poxoreu e Novo São Joaquim, São Marcos em Barra do Garças (FUNAI, 2013).

Segundo a FUNASA, em 2010 o povo Xavante era constituído por 15315 indivíduos.

No Parque Indígena do Xingu, localizado em sua maior porção na região nordeste de Mato Grosso, mapa 09, foi implantado em 1952, propositado pelos irmãos Villas Boas. Nesse parque vivem 17 povos indígenas.

Essa região é habitada pelos índios à séculos, que tinham seu território da bacia do rio Xingu e seus afluentes. Do rio Ranuro ao rio Culuene, do rio Paranatinga ao Xingu. No início do século XX, nessa região havia 38 aldeias e uma população estimada em 40000 índios (OLIVEIRA, 2005).

A luta contra a invasão de seu território tem início na década de 1950, quando o governo de Mato Grosso passou a lotear e colonizar toda a área contida no projeto original de criação do Parque, entregando às grandes empresas agropecuárias e imobiliárias essas terras. Somente em 1978 foi demarcada definitivamente a área do parque, porém com área reduzida do projeto original.

Atualmente o povo xinguano vem sofrendo pressão proveniente do acelerado processo de ocupação territorial da região adjacente ao Parque. Oliveira 2005, afirma que a pressão é proveniente de todas as direções. Do leste são as grandes fazendas da pecuária bovina que intensificaram suas pastagens com a derrubada da mata original. A oeste tem a ação das madeiras que pressionam o limite do Parque, assim como várias estradas vicinais provenientes dos municípios de Marcelândia, Cláudia, Santa Carmem e Vera chegam na divisa do Parque. Ao sul o problema está nos rios que formam o Xingu que ficam fora do Parque no qual vem ocorrendo o desmatamento para a introdução do complexo da soja, como já comentamos anteriormente.

Assim, semelhante aos outros povos indígenas do Mato Grosso, os xinguanos vem sendo pressionados pelo avanço das frentes do capital.

As primeiras atividades econômicas desenvolvidas nesse polo nos moldes do planejamento foi a pecuária de corte na perspectiva empresarial. No entanto, como comenta Tereza Cristina Souza Higa (2005), na criação de um novo município, era prática estratégica, no início da colonização na década de 1970, a formação de um núcleo urbano de referência, com a implantação de algumas atividades agropecuárias em suas adjacências. Num primeiro momento, essas atividades se desenvolviam na forma de subsistência, porém, promoviam a criação da infraestrutura básica que era suficiente para atrair migrantes e, por conseguinte, a entrada da grande empresa agropecuária.

Em 1975, um estudo realizado pela Indeco S/A⁵ constatou que a melhor área indicada para o desenvolvimento dos projetos voltados para o extrativismo mineral e vegetal, assim como para as atividades agropecuárias, estava numa faixa paralela a BR-242. Ou seja, para ter sucesso, as atividades a serem desenvolvidas deveriam ocupar as terras que ficavam sob a

⁵ A INDECO S/A- Integração, desenvolvimento e colonização, surgiu em 1975 na figura de Ariosto Riva, no início do processo de colonização da porção norte do Mato Grosso. Responsável pela colonização privada nas áreas que hoje corresponde aos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás e áreas circunvizinhas. Atualmente possui escritórios em vários municípios do norte do Mato Grosso. Exerce atividades do setor imobiliário e de prestação de serviços com uso de máquinas pesadas.

influência dessa rodovia, e que teoricamente estaria mais servida de elementos atrativos, principalmente na questão da logística.

Em Juruena ocorreu um processo semelhante àquele que já fizemos menção quando da análise do polo de Aripuanã, com a instalação dos projetos de colonização canalizando vultosos contingentes populacionais para a área e induzindo a criação de povoados, vilas e mais tarde municípios, quase todos localizados às margens ou próximos das principais vias de ligação, como a BR-163. Assim surgiram municípios como Sinop, Colíder, Alta Floresta e Bandeirante, entre outros. Ver mapa 08.

Novamente mostrando as semelhanças das políticas e programas pensados para o norte de Mato Grosso, também esse polo recebeu investimentos de infraestrutura na década de 1970. O mais importante desses investimentos talvez tenha sido feito na malha rodoviária pensada para interligar vários pontos estratégicos do polo ao principal eixo rodoviário, a rodovia Cuiabá/Santarém, com a construção da rodovia que ligava Porto dos Gaúchos até Sinop, e a estrada que ligava a região da BR-163 com as margens do rio Teles Pires (mapa 03). Posteriormente com a ampliação da malha rodoviária tronco através da implantação definitiva das BR-070, ao sul, BR-080, ao norte, transversal, ligando o extremo norte do estado a sua porção leste, e as BR-163 e BR-165, no sentido sul-norte, interligando-se com outras duas, além do prolongamento asfáltico da BR-364 rumo a oeste contribuíram para o processo de ocupação definitiva, não só dessa área, como de todo o estado (CONAB, 2006).

Desse modo, como destacado por Higa (2005), criou-se estrutura básica para a promoção da expansão da fronteira, favorecendo em primeira instância o grande capitalista. Segundo Bernardes (2008):

A terra barata na década de 1970 facilitou os investimentos, os incentivos concedidos pela Sudam, as linhas especiais de crédito criadas pelo governo para estimular a ocupação dos grandes espaços vazios nas áreas de fronteira agrícola, atraíram os investidores, tudo isso favorecido por determinadas condições naturais, onde se destaca a imensa luminosidade e a topografia (BERNARDES, 2008, p 331).

Assim, nesse período têm-se as primeiras notícias da soja no latossolo de Mato Grosso, que lentamente foi superando outras culturas e atividades tradicionais da região, como o arroz, e até mesmo a pecuária. Já na década de 1980, a base da economia do estado estava fundamentada na soja. Sobre essa questão Azevedo (1996) faz as seguintes ponderações:

Essas transformações iniciadas na década de setenta e que, evidentemente não se restringiram ao estado de Mato Grosso, mas atingiram o país todo, surgiram de um conjunto de políticas, baseadas principalmente no crédito subsidiado para a agricultura, numa política de ciência e tecnologia agressiva (fundamentada nos princípios de modernização agrícola) e na política de colonização e ocupação do espaço regional (AZEVEDO, 1996, p 68).

O processo acelerado de expansão da soja em Mato Grosso e as transformações ocorridas na configuração do espaço proveniente dela concentraram-se em curto espaço de tempo. Em apenas 10 anos, de 1985 a 1995, a produção de Mato Grosso aumentou 264% (BERNARDES, 2008). Tornando nosso estado, no início de 2000 como o segundo maior produtor dessa cultura e chegando no final de 2000 como maior produtor nacional.

As áreas que apresentaram maiores destaques nessa cultura, ainda na década de 1990, foram os municípios localizados na antiga área dos polos ou em suas adjacências, como o Campo Novo dos Parecis, Sorriso, Nova Mutum, Diamantino e Lucas do Rio Verde, que segundo Bernardes (2008), esse grupo de municípios respondeu na safra de 1994/1995 por 44% da produção total do estado. Entre 1985 e 1995 a produção de soja aumentou 264% em Mato Grosso, enquanto a área plantada aumentou 177%. Segundo Bernardes (2008), o fato do crescimento da produção ser maior que da área plantada demonstra a utilização de elevadas técnicas e tecnologias no sistema produtivo.

No polo Juruena, percebemos também excelentes taxas de crescimento do PIB, como é destacado na tabela 04 e nos gráficos 06 e 07. Porém, os indicadores econômicos dessa área na década de 1970 semelhava em muito ao polo Aripuanã, no qual apresentavam uma economia estagnada baseada no setor primário com baixa produtividade. No final da década de 1970, período no qual ocorreu a emancipação política da maioria dos municípios que compõe esse polo e que estava o apogeu das políticas integracionista, o PIP médio era em torno de 80.621,200 reais, ou seja, extremamente baixo em comparação com os números das décadas seguintes.

A elevação do PIB desse polo pode ser compreendida nos mesmos moldes do que já fizemos no ponto anterior, ou seja, é um polo que teve algumas “próteses territoriais” (SANTOS, 1994) construídas com o objetivo de atrair investimentos em função do planejamento oficial, e isso conduziu ao aumento do seu PIP.

Podemos ainda considerar que grande parte dos municípios que formam esse polo são de formação recente, ou que possuíam PIPs insignificantes até a década de 1990, como, por exemplo, Paranaíta, 1986, Nova Guarita, 1991 e Apiacás, 1988. Desse modo, a entrada de

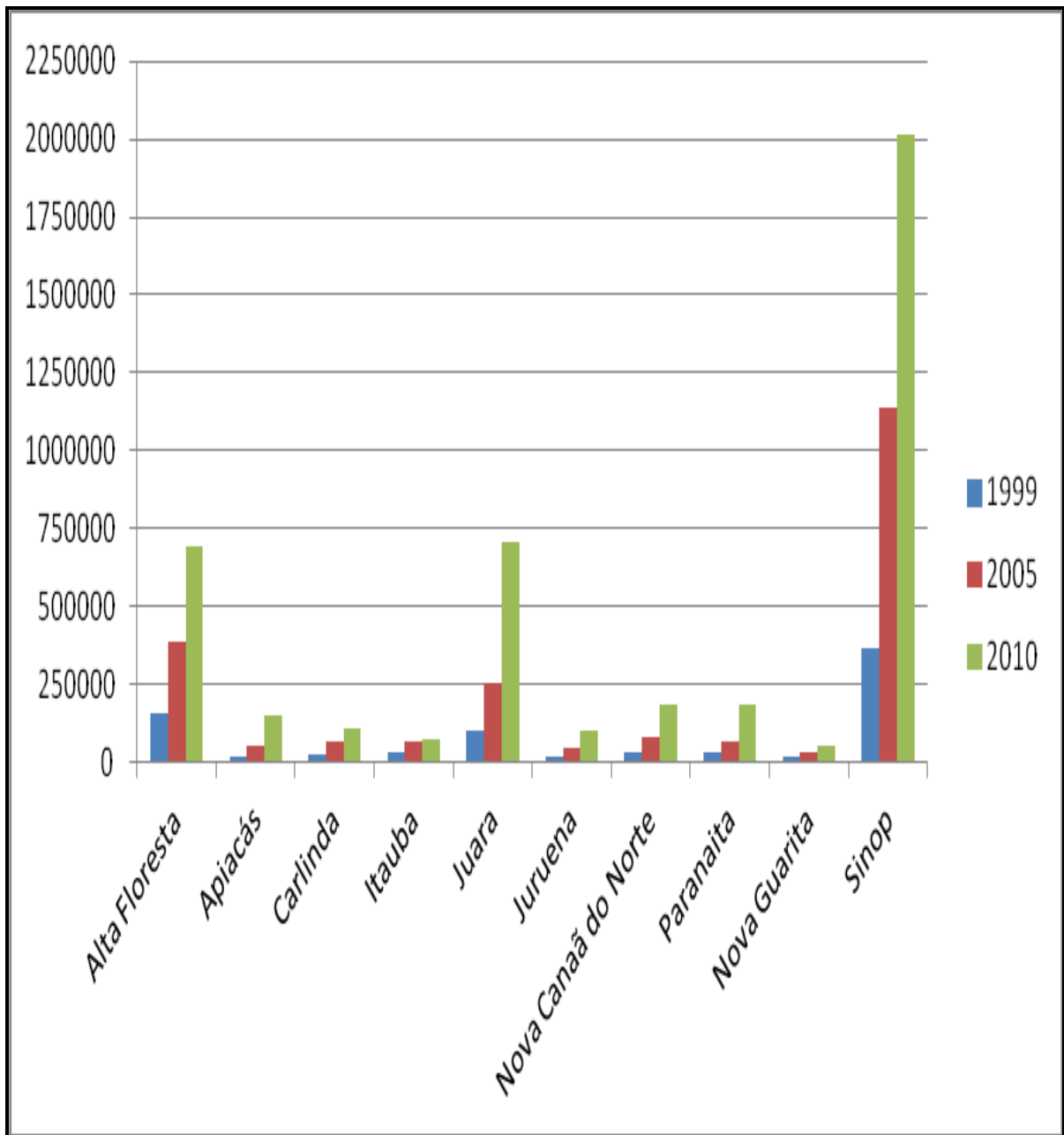
capital, mesmo em proporções não muito relevantes, representou, em percentual, números elevadíssimos de crescimento.

Tabela 04-Polo Juruena: PIP a Preços de Mercado corrente (1000 R\$) e Taxa de Crescimento (%).

Municípios/Anos	1999	2005	2010	1999-2010
Alta Floresta	155745	390360	690143	343,12
Apiacás	17352	51023	150190	765,54
Carlinda	27200	65271	106292	290,77
Itauba	32478	68127	76748	336,30
Juara	103304	258467	705092	582,54
Juruena	20195	47325	104175	415,84
Nova Canaã do Norte	32457	78064	189116	482,66
Paranaita	33079	69083	182431	451,50
Nova Guarita	16562	35078	55694	236,27
Sinop	367840	1140294	2011401	446,81

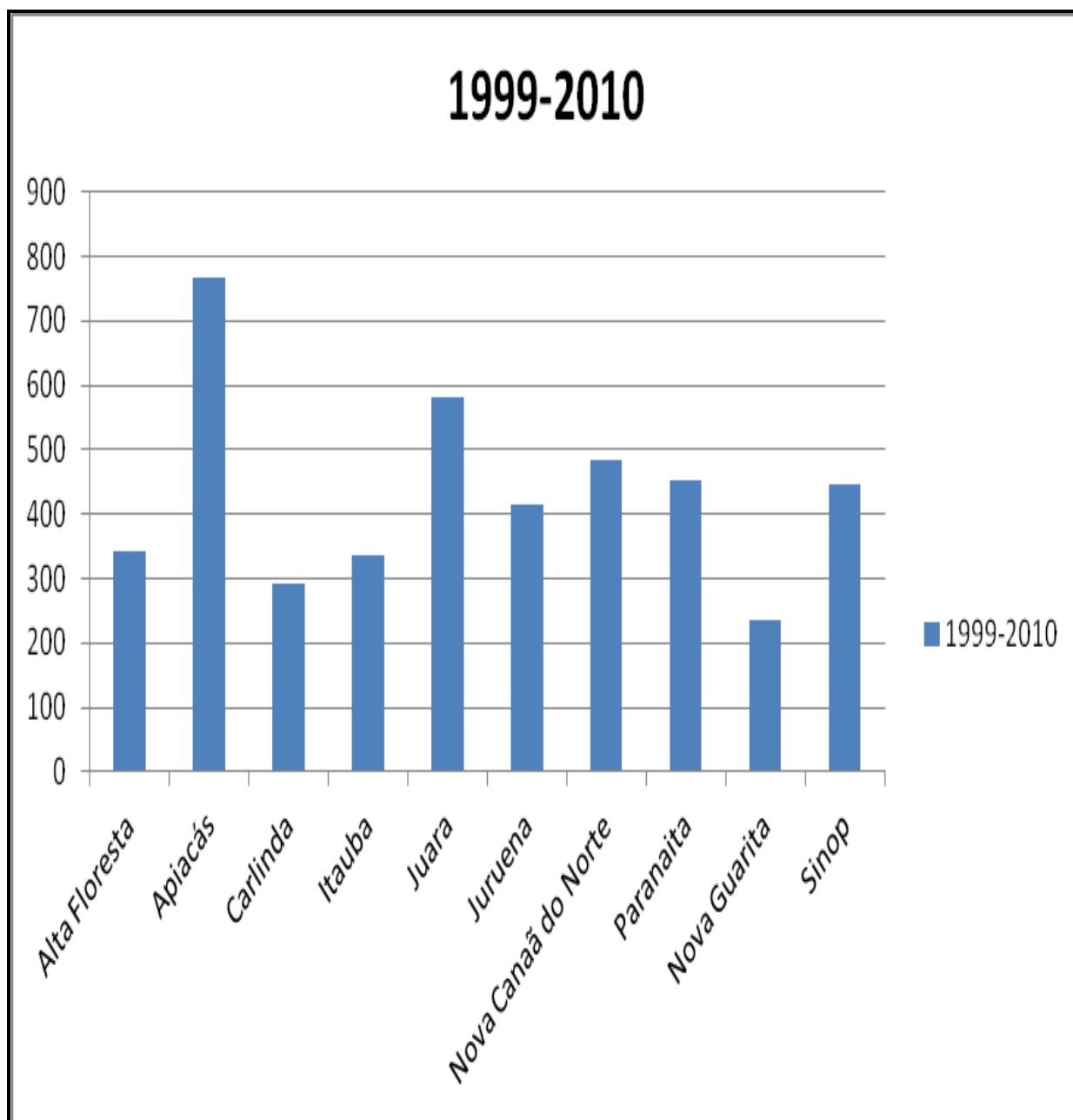
Fonte: IBGE, 1999-2010.

Gráfico 06 - Polo Juruena: PIP a Preços de Mercado Corrente (x1000,00)



Fonte: IBGE, 1999-2010.

Gráfico 07 - Polo Juruena: PIP-Taxa de Crescimento (%).



Fonte: IBGE, 1999-2010.

Quando se analisa os números, percebemos que Apiacás apresentou taxas de crescimento superior a 765%. O mesmo ocorreu com os outros municípios, como Juara (582,54%), Paranaíta (451,50%) e Sinop (446,81%). No século XXI, a média das taxas de crescimento do PIB desse polo foi superior a 435%. Assim como o PIP, também o IDH desse

polo apresentou taxas de crescimento elevadas no período considerado, como é possível verificar na tabela 05 e no gráfico 08.

Esse fato pode ser justificado na mesma perspectiva do aumento do PIP, ou seja, a maior circulação do capital acarretou melhorias na condição de vida da população, ao menos no que diz respeito aos indicadores utilizados pelo IDH, como na renda per capita, por exemplo. Isso ocorreu principalmente porque os municípios possuem pequena população absoluta, e quando se divide o PIP pela população, o resultado são valores elevados. Veja-se o caso de Apiacás, que apresentou as maiores taxas de crescimento de seu PIP no período considerado. Hoje ele possui uma renda per capita de mais de 18 mil reais e possui uma população pouco superior a 8,5 mil habitantes.

Atualmente esse município, que tem sua formação no extrativismo da borracha na década de 1970, período em que se constituía em um dos maiores produtores de látex do Brasil, tem sua economia centrada no extrativismo mineral de ouro, setor madeireiro, exploração do látex, agora de forma bem tímida, a pecuária de cria, recria e leiteira e uma agricultura bastante incipiente de arroz e milho. Em 2014 o seu rebanho bovino era de 217691 cabeças de gado. Entre 2000 e 2014, este setor apresentou taxas de crescimento de 23,34%. O setor madeireiro de Apiacás também apresentou relativo crescimento nas últimas décadas, 16,35%. O setor agrícola desse município nas últimas décadas vem regredindo, apresentando taxas negativas de crescimento em todos os produtos. Em 2014 não foi registrado pelo censo agropecuário do IBGE a produção de arroz, milho, soja e algodão.

O mesmo ocorreu quando analisado a estatística de cadastro de empresas atuantes no município do IBGE, que registrou taxas negativas desse setor. Apresentando queda de 14,28%. Porém ocorreu um aumento no número de trabalhadores assalariados no período considerado de 117,21%, assim como da média dos salários pagos que registrou taxas de crescimento de 25%. Numa primeira análise dá-se a impressão que ocorreu um grande ganho salarial, no entanto, a análise pode ser feita ao contrário, ou seja, o salário pago no início de 2000 é que era mais baixo que a média paga na região. Com relação ao número de trabalhadores está relacionado com o aumento populacional como um todo. Assim as empresas remanescentes canalizaram trabalhadores, no qual o setor comercial é o que mais emprega, seguido pela indústria de transformação e pela agricultura, pecuária, produção floresta, pesca e aquicultura (IBGE, 2014). A exploração de ouro pode explicar a elevação do PIB desse município, considerando seu elevado valor no mercado, mesmo sabendo que essa

exploração, ou melhor, que os lucros provenientes dessa atividade estão concentrados em uma pequena parcela da população.

Tabela 05 - IDH- Polo Juruena

Municípios/ anos	1991	2000	2010
Alta Floresta	0,391	0,585	0,714
Apicás	0,386	0,501	0,675
Carlinda	0,253	0,484	0,665
Ipiranga do Norte	0,280	0,603	0,727
Itauba	0,374	0,511	0,690
Juara	0,385	0,572	0,682
Juruena	0,467	0,540	0,662
Nova Bandeirantes	0,365	0,434	0,650
Nova Canaã do Norte	0,331	0,484	0,686
Nova Guarita	0,289	0,516	0,688
Paranaita	0,353	0,516	0,672
Sinop	0,500	0,626	0,754
Tabaporã	0,339	0,510	0,695

Fonte: PNDU, IDH por município e estado.

Na tabela acima, vemos que Alta Floresta saiu de um IDH de 0,391 no início da década de 1990 e saltou para 0,714, crescimento superior a 182%. Assim foi com os demais municípios, como Carlinda, que em 1991 possuía o IDH de 0,253 e em 2010 passou para 0,665, com uma taxa de crescimento superior a 262%. A média geral de crescimento do IDH dos municípios que hoje integram a antiga área do polo Juruena foi de 182,69%, e o IDH médio ficou em 0,689. Média abaixo da média atual do Brasil.

Por fim, no caso da população, os municípios analisados apresentaram elevadíssimas taxas de crescimento populacional, principalmente entre 1970 a 1980, período em que os programas oficiais foram criados. Os níveis de crescimento são superiores a 1898%, número apresentado por Alta Floresta, como é possível constatar na tabela 06 e nos gráficos 09 e 10.

Exceto pelo município de Sinop, que teve taxas de crescimento de 486,42%, todos os outros municípios do polo tiveram taxas de crescimento populacional superior a 1100%.

Alta Floresta nos últimos 15 anos vem apresentando elevadas taxas de crescimento em seus indicadores econômicos. Vejamos o setor agropecuário, principal setor econômico do município. Em 2014, o rebanho bovino do município era de 747578 cabeças, segundo dados oficiais do IBGE. Esse setor permaneceu estável desde 2000, e vem apresentando crescimento anual médio de 3,38%. Na produção agrícola tem destaque a soja que desde de 2000 chegou ao município e vem apresentando números surpreendentes. Entre o início de 2000 e 2014 esse produto teve taxas de crescimento de 4709,31%. Em contra partida as outras culturas como o arroz e milho apresentaram queda na produção. A produção de arroz caiu 54,59% nas últimas décadas e o milho apresentou relativa estabilidade apresentando taxas de queda de menos de 2%.

Percebe-se também relativa taxa de crescimento nas unidades empresariais do município entre o início de 2000 e 2014, 18,86%. O mesmo ocorreu com os números referente ao pessoal ocupado que teve taxa de crescimento de 38,35% nesse período. Esse município nos últimos anos vem conciliando as atividades tradicionais da pecuária, agricultura, mineração e extrativismo vegetal com o turismo, o que vem alavancando a sua economia.

Sinop, como visto também vêm se destacando no cenário mato-grossense. Esse fato pode ser melhor compreendido verificando alguns dados de sua economia dos últimos 15 anos. Inicialmente a indústria nesse município estava voltada para o setor madeireiro em função da farta oferta da madeira na região e dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal através da SUDAM que priorizou essa atividade. Atualmente essa atividade ainda é bastante relevante. Entre 2000 e 2014 a produção de madeira em tora em média foi de 19680 metros cúbicos (IBGE, 2015). Essa foi a base da economia do município por mais de 20 anos. Hoje o setor industrial de Sinop está diversificado destacando o setor frigorífero, indústria moveleira, artefatos de cimento, cerâmicas e confecções, além do comércio ser bastante diversificado, assim como o setor de prestação de serviços.

Segundo a estatística da cadastro de empresas por município do IBGE 2015, no período considerado ocorreu crescimento de 44,25% no número de empresas atuantes no município e 71,69% no número total do pessoal ocupado assalariado. O que pode ser entendido como reflexo do crescimento da economia desse município. Reforçando essa tese, vejamos as finanças públicas desse município no quesito despesas orçamentária realizadas,

que nesse período apresentou taxas de crescimento superior a 210%, as operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras do município tiveram taxas de crescimento superior a 311% (IBGE,2015). Porém, nesse mesmo período, as taxas de aumento dos salários pagos permaneceu inalterado, 2,4 salário mínimos. O que reflete aquilo que temos comentado sobre a ampliação da concentração de renda na região.

De modo geral, a economia desse polo, nos últimos 15 anos, pode ser sintetizada segundo o IBGE (2000-2015) da seguinte forma. A pecuária bovina em média, por ano era composta por 3075070 cabeças. A agricultura, com destaque para a soja, apresentou taxas de crescimento superior a 248%, porém merece destaque também a produção de arroz que em média foram produzidos 136500 toneladas por ano e 331222,5 toneladas de milho. A estatística do cadastro central de empresas do IBGE, destaca taxas de crescimento de 78,24% no número de empresas atuantes no polo e de 52,12% no número de pessoal ocupado assalariado e 1,8% na taxa de aumento dos salários médios pagos. As despesas orçamentárias realizadas apresentaram taxas de crescimento de 348,52% e as operações de crédito realizadas apresentaram taxas de crescimento de 405,63%.

É nesse contexto que Becker (2006) comenta que nessa região se concentra a base da economia regional não só da porção médio norte do estado de Mato Grosso como de todo o estado, com adensamento de cidades de médio e pequeno porte como é o caso de Sinop, Alta Floresta, com o avanço da agroindústria da soja, pastagens artificiais em substituição das nativas, pecuária cada vez mais incorporando técnicas e tecnologias que promovem aumento da produtividade, grandes projetos de mineração com aparato tecnológico de última geração e grande adensamento de assentados. “É a lógica de mercado que condiciona hoje o povoamento e as atividades nessa área, que não é mais uma fronteira, e sim uma região de povoamento consolidado, integrando ao tecido produtivo nacional (BECKER, 2006, p 146). Pode-se dizer, em escala regional, é de onde as redes, os interesses e os capitais partem em direção à expansão da fronteira na Amazônia.

Dáí entender o porquê das taxas de crescimento populacional de Sinop apresentar as menores taxas de crescimento populacional médio da região, pois se configura como uma área já consolidada, estruturada. Diferente dos outros municípios do estado, os quais ainda se encontram em processo de consolidação, buscando seu espaço na atual economia globalizada.

Essa área, constituída por Sinop e adjacências como Sorriso e Lucas do Rio Verde o setor agropecuário é de longe o principal, e os cultivos de soja, milho e arroz são os produtos

de maior relevância. A instalação, nos últimos anos de agroindústrias tem sido importante para o alavancar a economia da região.

Nesse sentido, com a instalação dessas indústrias, principalmente em Sinop, Lucas do Rio Verde e Sorriso, contribuíram também para a engrenagem da economia dos municípios vizinhos, pois a agregação de valor a produção agrícola amplia as possibilidades de crescimento econômico decorrentes dos aumentos de arrecadação e de empregos e renda (BECKMANN e OLIVEIRA, 2010).

A expansão acelerada da agroindústria nessa região é compreendida no sentido de estar próxima a matéria prima, no qual a oferta de grãos é abundante e também por estar localizada estrategicamente nos principais troncos rodoviários que interligam a região, a BR-163. Diversas política públicas foram direcionadas e aplicadas aos municípios que compõem essa região com o intuito de ampliar as potencialidade agroindustriais aí existentes, tais como os incentivos fiscais, principalmente municipal, redução das burocracias referente a instalação de empreendimentos do setor agroindustrial, que muitas das vezes atropelaram a legislação vigente com relação as questões ambientais, melhorias na infraestrutura para a produção agroindustrial, aumento das linhas de crédito para financiamento da produção agroindustrial e até mesmo a capacitação de mão de obra especializada para o setor agroindustrial.

Essa característica da região discutida é comentada por Becker (2006):

A parte sul da Amazônia Legal, representada pelo Mato Grosso, é o domínio da lavoura tecnificada (...) onde foi mais patente o progresso técnico na agricultura brasileira, tendo em vista a expansão do cultivo da soja com alta produtividade, verdadeira revolução tecnológica que acarretou consigo a expansão da agroindústria. (...). A expansão da lavoura modernizada da soja (a partir de meados dos anos 70 até a expansão da indústria de processamento de óleos vegetais nesse estado, na década de 1980) atesta a passagem de um período inicial marcado pelo rápido deslocamento geográfico dessa lavoura, por um outro, mais recente, de consolidação/diversificação da fronteira agrícola em Mato Grosso.(...) O processo de consolidação-diversificação da lavoura tecnificada no cerrado mato-grossense comporta, na atualidade, o cultivo modernizado (...), abrindo novas perspectivas ao setor agroindustrial brasileiro no sentido da conquista de mercados internos e externos. (...) acompanhando a tecnificação da agricultura, a agroindústria se expandiu em um ritmo superior à média nacional sinalizando uma via expansão do processo de industrialização em direção ao interior do país (BECKER, 2006, p 89-90).

Processo esse que vem se expandindo exponencialmente não só nessa região específica mais em praticamente todo o estado de Mato Grosso, mesmo as áreas mais longínquas do estado estão sofrendo um reordenamento do território em função das atividades agropecuárias que incorporam mais espaço. As atividades tradicionais de mineração,

extrativismo vegetal e a pecuária está recuando em função dessa cultura e de todo o aparato que a acompanha.

O período entre 1970 e 1980 corresponde ao momento em que foram intensificados os programas de colonização do governo federal, fato comum em todos os três polos e já discutido anteriormente. Na década seguinte, após o surto populacional, ocorre uma redução nas taxas de crescimento, no entanto, os números permanecem positivos, situação que não ocorre na década seguinte, entre 1990-2000, quando a maioria dos municípios apresentaram taxas negativas de crescimento. As taxas de crescimento populacional voltam a crescer, apesar de o fazer de forma tímida, entre 2000-2010. Nessas duas décadas, todo o estado do Mato Grosso apresentou redução em suas taxas de crescimento populacional. Entre 1990 e 2000, as taxas do crescimento relativo do estado foi de 23,72%, bem abaixo de décadas anteriores, porém, superior à média nacional que foi de 15,47% (IBGE, 2000).

Essa desaceleração ou mesmo queda nas taxas de crescimento da população dessa região pode ser entendido pela redução dos incentivos provenientes do governo, principalmente o federal, nesse momento com sólida infraestrutura montada na região contribuindo para a valorização das terras agricultáveis que outrora tinha valor quase que simbólico, mudanças na estrutura produtiva no estado, por exemplo, na forma de produzir e na articulação com o mercado, o que provocou o desemprego, o êxodo rural e a diminuição do fluxo migratório (MORENO E HIGA, 2005).

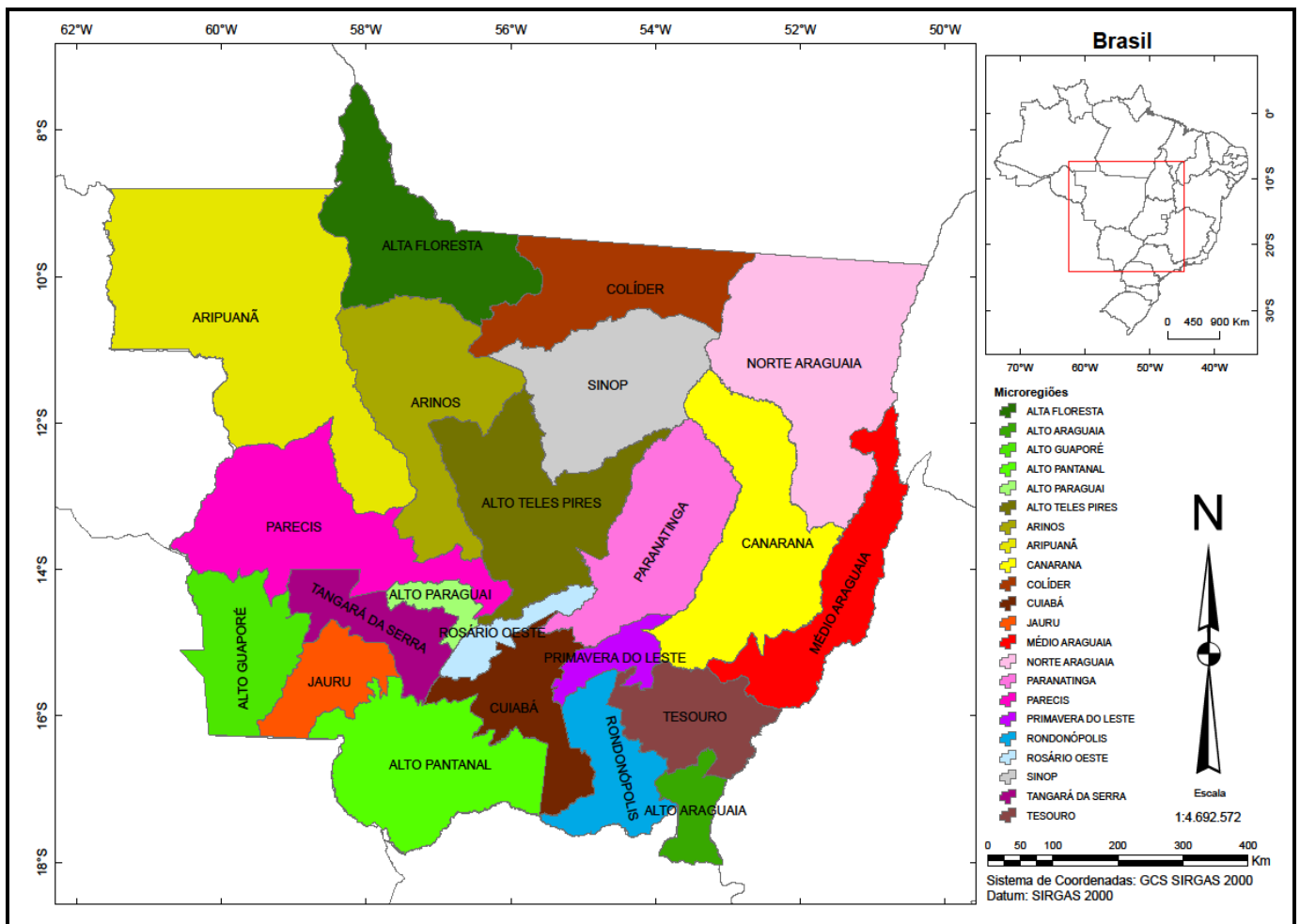
Nesse sentido, a modernização do sistema produtivo dessa porção do estado, ou melhor de toda a região do estado no qual tem como atividade econômica principal a agroindústria, tem aumentado a produtividade e ao mesmo tempo diminuído a oferta de emprego. Esse fato faz com que essa área deixe de ser atrativa aos fluxos migratórios e passa a atuar até mesmo como área de repulsão populacional.

Fenômeno semelhante ocorre quando ocorre a desativação de segmentos produtivos, com a substituição de atividades por outras que requerem, por exemplo, pouca mão de obra, mecanização da atividade agrícola, a concentração da terra e outras situações desse gênero, que acabam por contribuir para a perda da capacidade de atrair e fixar migrantes e de manter mesmo a sua própria população (MORENO e HIGA, 2005). É o que vem ocorrendo nos municípios desse polo que apresentaram baixas taxas de crescimento populacional, principalmente na última década.

Nas últimas quatro décadas o ritmo de urbanização do estado alterou intensamente. Dos 34 municípios do estado em 1970, passou para 55 na década de 1980, e na década

seguinte chegou a 95 e totalizando 141 sedes municipais em 2000. Como é possível ver nos mapa 06, da página 107 e no mapa 07 da página 108. Este fato está associado aos números apresentados nas tabelas e gráficos que tratam da população absoluta, relativa e taxas médias de crescimento dos polos. A porção norte do Mato Grosso apresentou, nesse período, taxas de urbanização, que segundo o IBGE (1980), que estão entre as maiores do Brasil.

Mapa 06: Microrregiões de Mato Grosso, 1980

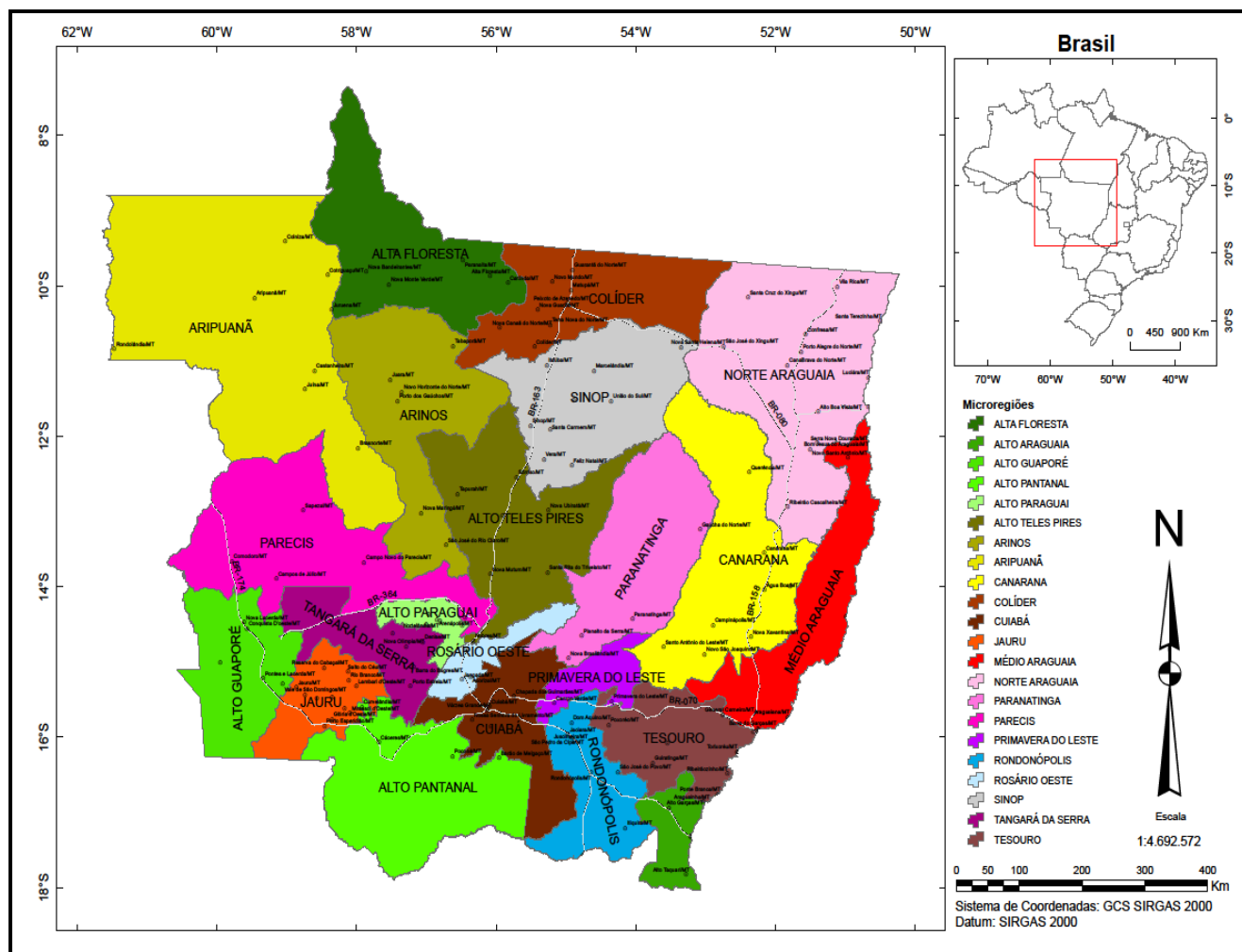


Fonte: IBGE

Estudos realizados por Neto (2005) reafirmam essa tendência de acelerado crescimento demográfico em todo o estado de Mato Grosso. Segundo ele, “com exceção dos municípios de alto Paraguai, Tesouro, Araguainha e Luciara, que apresentaram decréscimo na urbanização, e dos municípios de Barão de Melgaço e alto Garças, que apresentaram taxas de

crescimento inferior a 25%, todos os demais municípios do Estado apresentaram, no período de 1970 a 1980, taxas de crescimento consideradas excepcionais (NETO, 2005, p 127).

Mapa 07: Microrregiões de Mato Grosso, 2010 e Municípios



Fonte: IBGE

Reafirmamos que esse intenso processo de urbanização é reflexo dos primeiros efeitos dos programas de intervenção pública no qual foi submetido o Centro-Oeste e o sul da Amazônia, que aqui em Mato Grosso, consolidou-se com a implantação dos troncos rodoviários, assim como os projetos de colonização. A colonização, em particular a privada foi tão representativa no norte do Estado, que em curto espaço de tempo as áreas colonizadas transformaram-se em cidades, como Sinop, Paranaíta, Alta Floresta, Carlinda, entre outras, que hoje participam com 15,51% da população estadual (NETO, 2005).

Essa política dos Programas Especiais de Desenvolvimento consolidou a expansão integrada do capitalismo em Mato Grosso, contribuindo para a formação de um mercado consumidor capaz de fomentar a instalação industrial. Ou seja, primeiro criou-se o mercado consumidor, depois cria-se a indústria para atender esse mercado. A partir de então, forma-se todo um ciclo produtivo que tem por objetivo atender o interesse do capital.

Atualmente, segundo Neto (2005), os resultados dessa articulação podem ser constatados através dos vários distritos industriais presentes no estado como o de Rondonópolis, de Cuiabá, Cáceres, Sinop, Barra do Garças, Tangará da Serra, Alta floresta, Várzea Grande, entre outros.

Até 1975, a economia do Mato Grosso esteve fundamentada na agropecuária extensiva, praticada nas grandes propriedades, no qual destacava a pecuária. A partir daí a agricultura vem gradativamente ocupando espaço, mesmo que os dados do IBGE (1975-1995), demonstre o contrário, ou seja, ainda é superior as áreas de pastagens sobre as áreas destinadas a agricultura. No entanto, a agricultura vem apresentando maior produtividade e renda.

Convém destacar que considerável percentual dessas pastagens eram nativas e que a partir desse período foi gradativamente sendo substituída pela pastagem cultivada (IBGE 1975-1995). O que demonstra uma mudança na exploração pecuária do nosso estado, resultado da adoção de novas técnicas de cultivo que se fez necessário para atender a nova fase de globalização, tornando esse produto mais produtivo, mais competitivo no mercado agora internacional.

Com o avanço do capital no campo em Mato Grosso, promoveu uma modernização agrícola, com a utilização de novas tecnologias, insumos e defensivos químicos, assim como a transformação das propriedades rurais em empresas rurais o que culminou em maior produtividade.

No entanto paralelo a esse modo de produzir, Moreno (2005), afirma que a estrutura produtiva de Mato Grosso está marcada pela coexistência de formas tradicionais e modernas pela produção, prosperando a industrialização da agricultura. Esse fato pode ser observado pelo reordenamento do espaço agrícola, agricultura comercial no cerrado e a agricultura de subsistência localizadas, geralmente nos locais descartados pela monocultura em função de restrições em sua prática, como solos de baixo perfil, afloramento rochosos, topografia desfavorável a mecanização, entre outros.

Nesse sentido, desde a década de 1990, Mato Grosso vem apresentando taxas elevadas no setor agropecuário. Resultado da adoção de tecnologia. Atualmente predominam no campo do Estado as agroindústrias, agregando valor ao produto, tornando-o mais competitivo ao mercado internacional que é o destino final dos principais produtos agrícolas do Estado.

O desenvolvimento do setor industrial do estado do Mato Grosso também está relacionado com as políticas públicas do Governo Militar, principalmente a partir de 1970, quando da meta da ocupação da Amazônia Legal. Período em que: “estava em curso no país o fortalecimento do setor urbano industrial, comandado essencialmente pelo capital estrangeiro, e o desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir da introdução de processos tecnológicos na agricultura” (MORENO, 2005, p 174).

Assim, apesar da atividade industrial manifestar-se de forma mais tímida e mais retardatária, possui a mesma origem de desenvolvimento da agropecuária, ou seja, recursos de programas especiais de desenvolvimento regional. Segundo Castro e Aleixo (1987), na década de 1970 foram instalados polos industriais nos principais centros urbanos de Mato Grosso, inseridos no Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial- PRODEI, no entanto restringiu-se ao setor alimentício sem tecnologia de ponta. Período em que se instala em Mato Grosso algumas indústrias, como a Coca Cola, a cervejaria Brama, algumas usinas de beneficiadoras de álcool e açúcar e outras vinculadas a transformar a matéria prima proveniente do setor agropecuário local em diferentes áreas do Estado, porém em sua maioria na porção centro sul.

A partir desse período, década de 1980, vem sendo implantadas unidades industriais em alguns municípios do Estado, aqueles que possuem as chamadas vantagens comparativas, principalmente no início dos anos de 1980, voltados a transformar a matéria prima da agropecuária (SEPLAN, 1980).

Mesmo apresentando significativo crescimento, a indústria participava timidamente na arrecadação do estado na década de 1990. Segundo o IBGE (2000-2008) -Contas Regionais-, o Valor Agregado Bruto- VAB, valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, houve um crescimento anual real de 8,8% a partir de 2000. Números que comprovam a consolidação do Mato Grosso dentro de cenário nacional e internacional, configurando-se, agora, como espaço luminoso (SANTOS, 2003).

Ainda sobre essa questão, o IBGE/FIEMT(2008) - Assessoria Econômica-, apresentava os seguintes dados sobre a participação das atividades econômicas no Estado em 2008: O comércio representava 18%, a administração pública era responsável por 14%,

serviços 24%, a agropecuária com 29% e a indústria, veja, com 16%. Assim gradativamente vem se ampliando os setores econômicos no estado, distanciando cada vez mais a agropecuária como setor hegemônico que fora outrora, período de expansão da fronteira agrícola. Fato esse comentado por BECKER (2006):

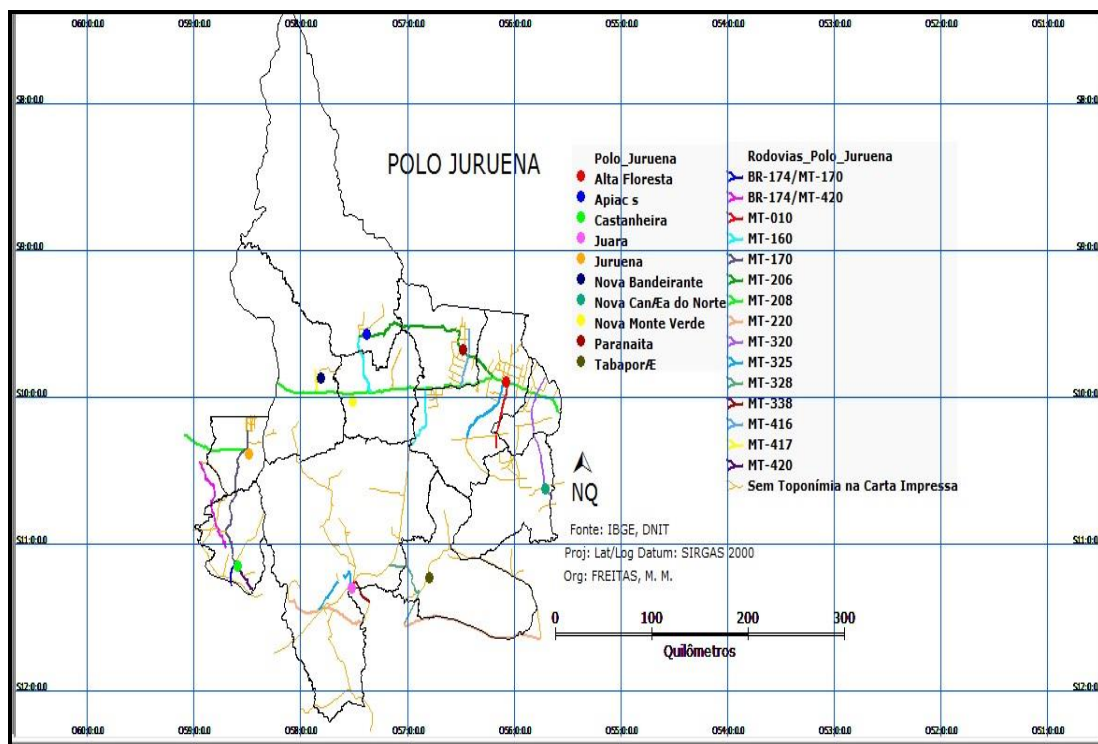
A abertura da fronteira agropecuária na Amazônia tende a se esgotar (...), é o que nos ensina a agricultura tecnificada do Mato Grosso e a pecuária melhorada do norte do estado e no Pará, que constituem hoje não mais uma fronteira, mas uma área de povoamento consolidado (BECKER, 2006, p 83).

Essa autora destaca ainda que a expansão da agropecuária modernizada:

Constitui o braço avançado do processo de reorganização agroindustrial em curso, que tem significado um fator central no movimento de interiorização da industrialização no país, movimento esse que serve de estímulo e, ao mesmo tempo se beneficia do processo de expansão da infraestrutura de transporte e comunicação (BECKER, 2006, p 99).

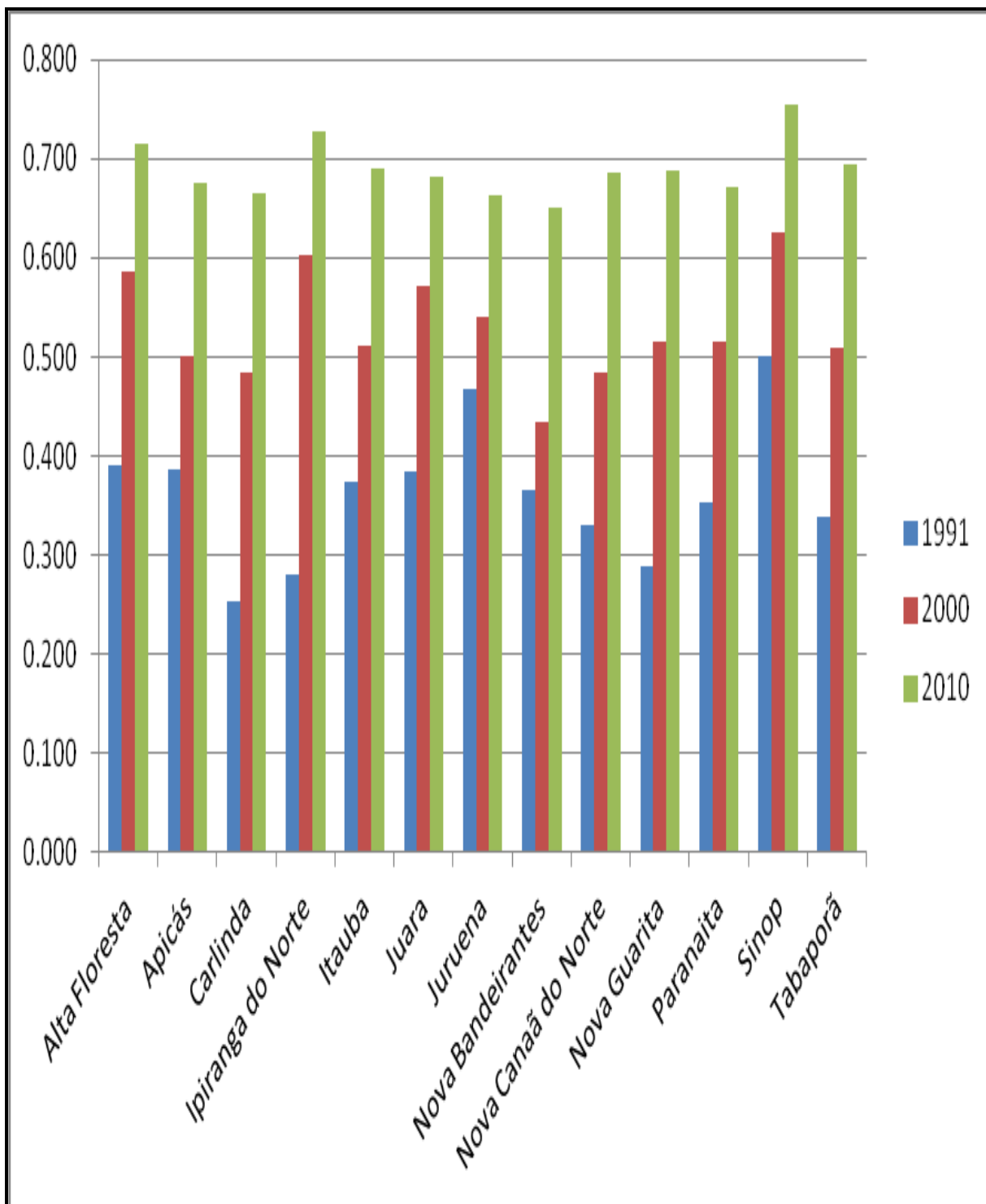
Desse modo, caminha o projeto maior de interligar e integrar completamente a Amazônia ao capital internacional. Mato Grosso deixa de ser frente de fronteira e passa a ser ponto consolidado e estratégico da movimentação de ferramentas à conquista da nova e última fronteira do país que é a Amazônia.

Mapa 08 – Polo Juruena



Fonte: IBGE, DNIT

Gráfico 08 – IDH - Polo Juruena



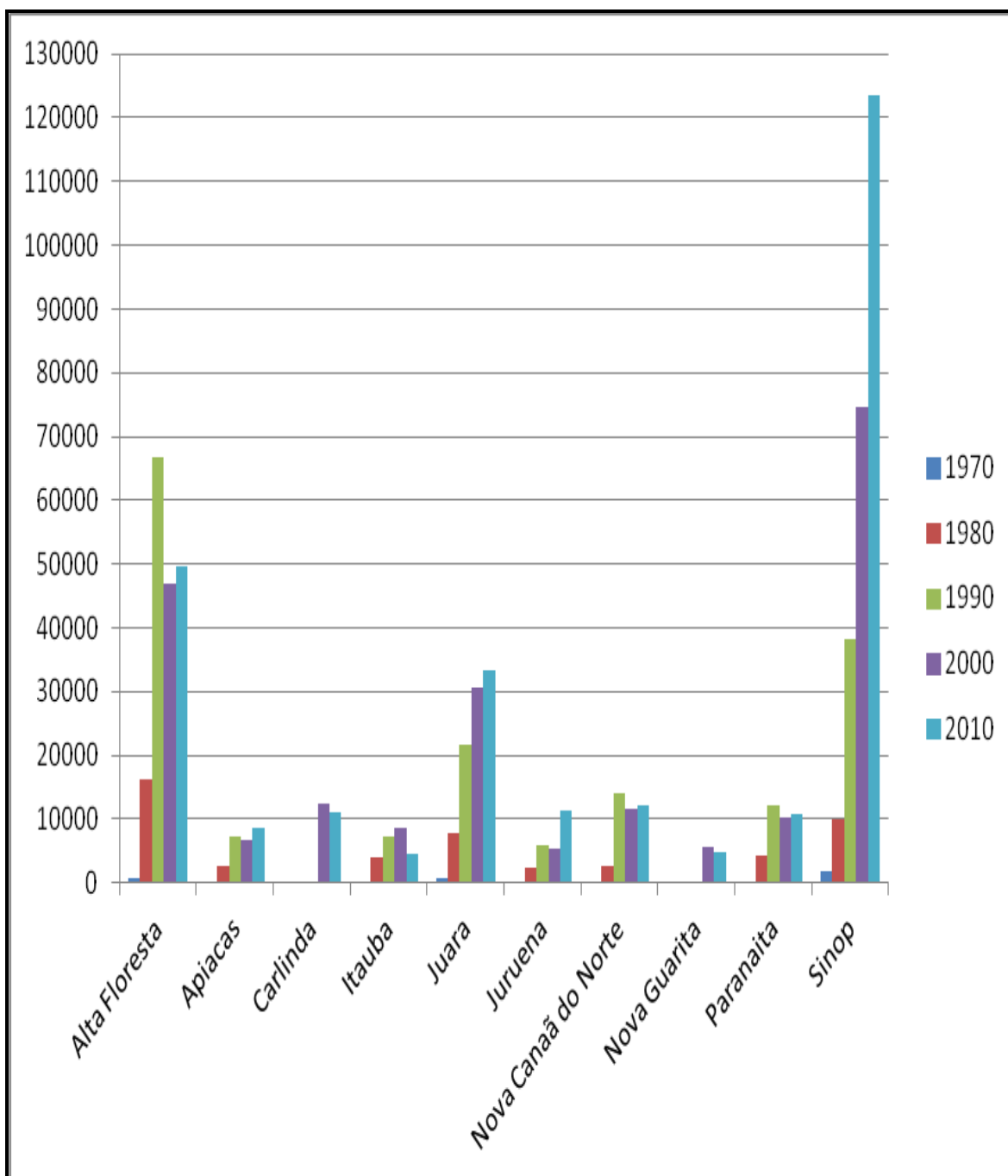
Fonte: PNDU, IDH por Município e Estado.

Tabela 06 - Polo Juruena: População Absoluta e Taxa de Crescimento (%).

Municípios / Anos	1970	1980	1990	2000	2010	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010
Alta Floresta	15	6291	6739	6956	9761	898,89	09,66	29,64	,97
Apiacas	42	532	344	659	538	429,32	29,38	9,32	5,58
Carlinda				2306	0985				10,73
Itauba	66	068	143	542	570	429,32	5,58	9,58	46,49
Juara	24	862	1651	0743	3353	159,93	75,38	1,99	,48
Juruena	90	401	883	464	1269	163,68	45,05	7,12	06,24
Nova Canaã do Norte	71	620	3972	1506	2132	432,16	33,28	17,64	,44
Nova Guarita				631	929				12,46
Paranaita	31	188	2146	0240	0690	165,25	90,01	15,69	,39
Sinop	717	0069	8327	4761	23624	86,42	80,64	5,06	5,35

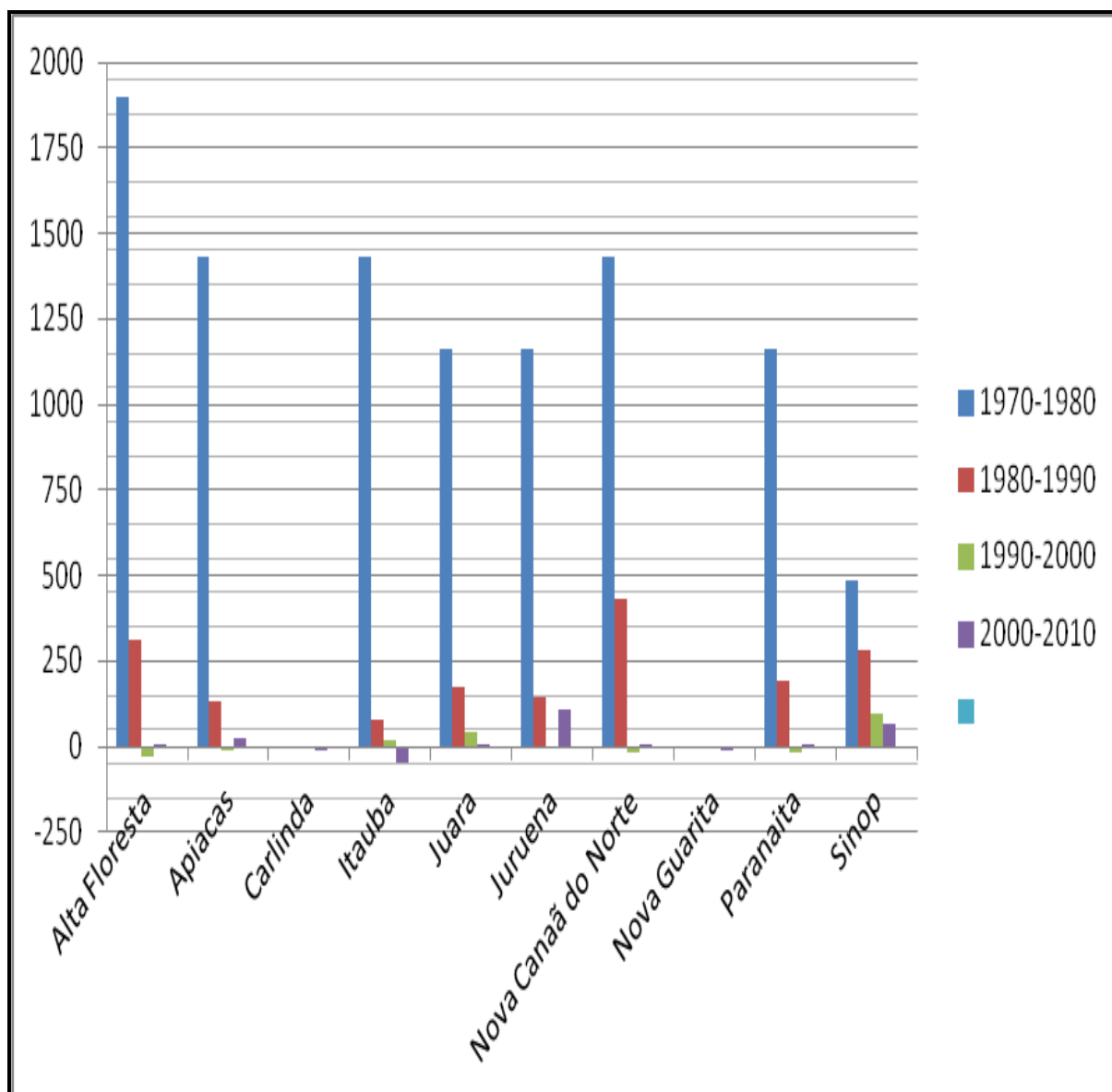
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Gráfico 09-Polo Juruena: População Absoluta.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Gráfico 10 - Polo Juruena: População Taxa de Crescimento (%).



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

3.2 POLO XINGU/ARAGUAIA

Localiza-se originalmente na porção nordeste de Mato Grosso. Ver mapa 10. Diferentemente dos outros polos, nos quais há um predomínio da floresta amazônica, ou ao menos uma transição mais evidente para uma área florestal tipicamente amazônica, a vegetação predominante é o cerrado em suas diferentes formações. Em função dessa

característica natural, estudos realizados pela SUDAM aconselhou ao governo que a pecuária deveria ser a atividade econômica principal a ser desenvolvida na área-programa.

Nos mesmos moldes dos outros polos, com os investimentos projetados objetivava-se a criação de núcleos urbanos sustentados pela atividade da pecuária, que após ser implantada daria suporte à fixação do povoamento e expansão da exploração produtiva do espaço, principalmente com a instalação de outros projetos dessa natureza. Assim, a pecuária, num primeiro momento, seria o fator atrativo para os movimentos de população.

Outra diferenciação importante em relação aos polos anteriores, é que a área definida para a atuação do polo Xingu-Araguaia⁶ já contava com um grande aporte de capital investido no setor pecuário, representado na figura do grupo Liquifarm. A força política e econômica desse grupo acelerou os investimentos em infraestrutura na região, inclusive, acreditava-se que com a construção da BR-158 e de outras vias que ligaria as possíveis áreas produtoras, em pouco tempo se instalaria um polo agroindustrial nessa área, que conseqüentemente ficaria na área de influência do grupo Liquifarm.

Essa área-programa, como as demais, direcionou maior parte dos recursos para o setor de transporte, que segundo Abreu (2001), correspondeu a 85,3% de todos os recursos alocados à esse polo. Pela sua localização, na divisa com os estados do Pará e Tocantins, o polo Xingu/Araguaia, tem um processo de ocupação mais antigo, no entanto permanece também mais isolado do restante do estado.

O processo de formação da região Nordeste/Leste de Mato Grosso, local de criação do polo de desenvolvimento Xingu/Araguaia tem início com a Expedição Roncador-Xingu, encabeçada pelos irmãos Villas Boas. Ver mapa 10. Pode-se dizer que essa expedição tinha por objetivo desbravar a região e contatar grupos indígenas que vivessem nos locais onde seriam implementados os núcleos de desenvolvimento na região. Desse modo os índios foram removidos e criado em 1964 o Parque Indígena do Xingu. Discussão já abordada no tópico anterior, Ver mapa 09.

Com a operação Amazônia, estratégia que visava centralizar um modelo de desenvolvimento econômico na Amazônia centrado em obras de infraestrutura,

⁶ Em 1966, os índios Xavantes Maraiwatsédé foram removidos do seu território pelo Governo Federal com o objetivo de colonizar a região nordeste do Mato Grosso, entre as bacias do Xingu e do Araguaia. Desde então o povo Maraiwatsédé tenta retornar ao seu antigo território. No entanto, essa área foi vendida ao Grupo OMETTO, tornando-se conhecida como fazenda Suiá Missu, o maior latifúndio do mundo, chegando a ter mais de 800 mil hectares. Já na década de 1980, a fazenda foi vendida para a empresa italiana AGIP PETROLI, que no Brasil, atuava como grupo Liquifarm.

principalmente os troncos rodoviários, deu-se assim o processo de ocupação dessa região, com a implantação de uma série de empreendimentos agropecuários.

Semelhante ao processo de ocupação de outras regiões do estado, utilizou-se também a Política de Colonização, dirigida pelo INCRA, com incentivos fiscais da recém criada SUDAM para os projetos privados de colonização. Assim, entre 1970 e 1980 foram implantados vários projetos de assentamentos na região. Período de aceleradas taxas de crescimento populacional e econômico do polo, como pode ser visto na tabela 09 e gráfico 13.

Nesse sentido a política articulada pela SUDAM foi o principal fator de ocupação desse polo, em particular os municípios de Querência, São José do Xingu e São Felix do Araguaia (SANCHES e CASPARINI, 2000).

Segundo Oliveira (2003) a região que corresponde ao antigo polo Xingu/Araguaia, que pode ser parcialmente delimitado pelas bacias dos rios Xingu e do Araguaia, foi a recordista em incentivos fiscais concedidos. E que o maior exemplo é a fazenda Suiá-Missú, a pioneira na região, que, de 1966 a 1976 recebeu mais de 30 milhões de dólares chegou a ter mais de 560 mil hectares de terra.

Como pode ser percebido na tabela 07 e nos gráficos 11 e 12, os municípios desse polo apresentaram elevadas taxas de crescimento em seus PIBs no período considerado. Fato evidenciado também nos outros dois polos. Confresa, Água Boa, Canabrava do Norte e Novo São Joaquim foram os municípios que apresentaram maiores taxas de crescimento em seus PIBs, com números superiores a 410%. Os fatores que justificam esses números são na essência os mesmos apresentados nos outros polos. O município de Confresa, criado em 20 de dezembro de 1993, localiza-se na mesorregião Nordeste de Mato Grosso, na microrregião Norte Araguaia. Esse município tem como base da economia a agropecuária apesar que o complexo da soja ainda não se estabeleceu completamente na região. Nos primeiros 15 anos deste século foram registrados pelo IBGE a média de 61481 toneladas do produto por ano. No entanto, em 2014 a produção chegou a 122962 toneladas. O que mostra o início da expansão do capital do complexo da soja nessa região que historicamente teve sua economia baseada nas culturas de arroz, banana, gergelim, cana-de-açúcar e milho, na pecuária e no extrativismo mineral do ouro. No entanto, convém destacar que a expansão da soja induziu a ampliação da cultura de arroz e do milho aos moldes empresariais, que até a sua chegada, essas culturas eram praticadas nos moldes de subsistência. Assim a produção de arroz apresentou taxas de crescimento superior a 19%. O milho, que praticamente é uma extensão da soja, apresentou

crescimento de 1662,14% nesse período considerado. O que reforça a tese de expansão do complexo da soja em todo o território de Mato Grosso.

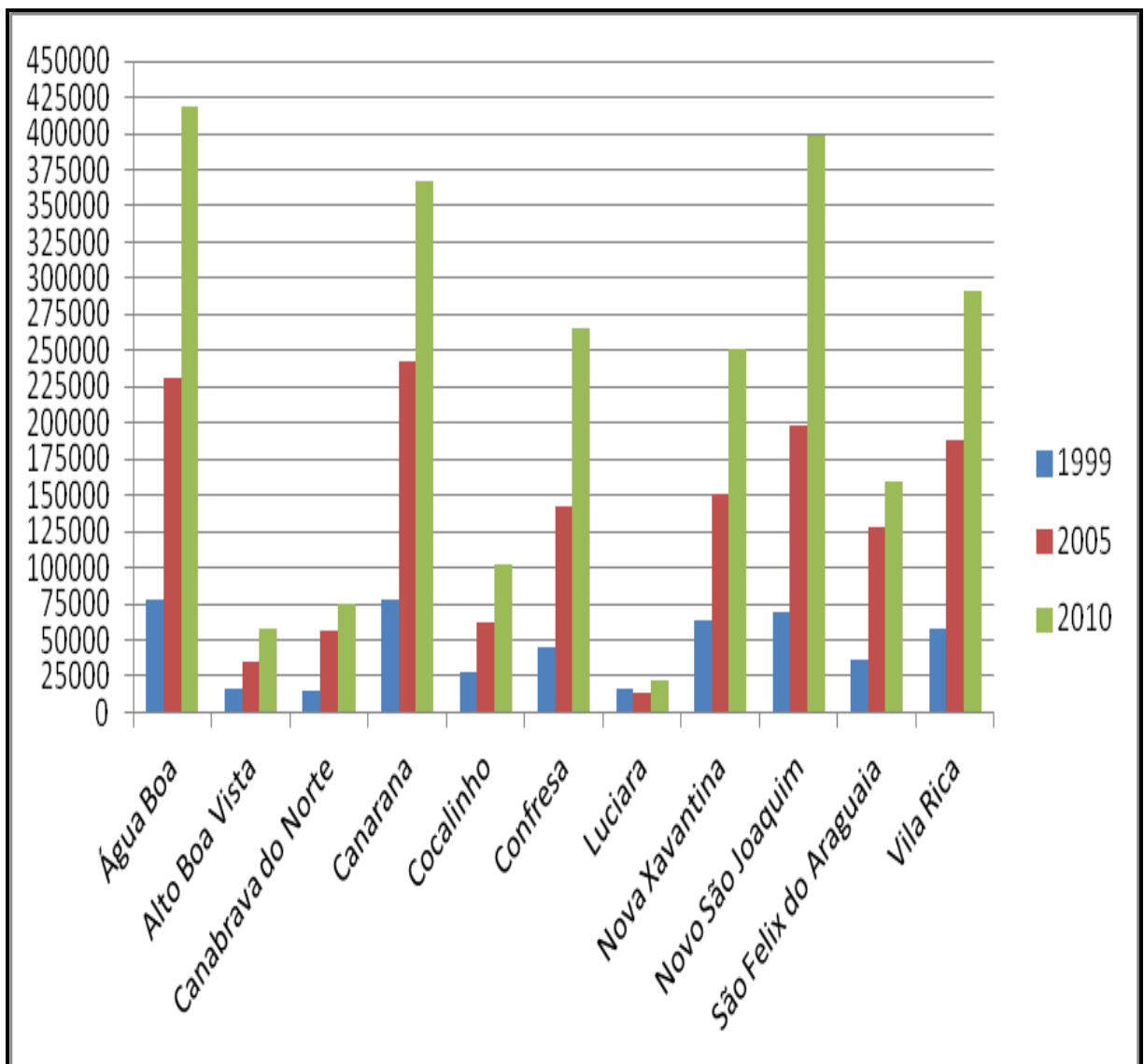
A pecuária bovina desse município é bem representativa, em 2014 foram registrados um rebanho de 383192 cabeças. 9,15% superior à registrada em 2000. Acredito que a expansão do complexo da soja com toda a rede técnica e tecnológica que o acompanha seja o responsável pela ampliação dos indicadores econômicos desse município.

Tabela 07 - Polo Xingu-Araguaia: PIP a preços de Mercado Corrente e taxa de crescimento (%)

Municípios/anos	1999	2005	2010	1999-2000
Água Boa	77272	230597	418945	442,16
Alto Boa Vista	15787	34986	57908	266,80
Canabrava do Norte	14753	56872	75629	412,63
Canarana	77503	242516	367061	373,60
Cocalinho	27501	61992	101833	270,28
Confresa	44676	142399	264786	492,68
Luciara	16122	12943	21560	33,73
Nova Xavantina	63018	150720	251407	298,16
Novo São Joaquim	69443	198097	398719	474,16
São Felix do Araguaia	36793	128352	160201	336,06
Vila Rica	58393	187864	291374	398,98

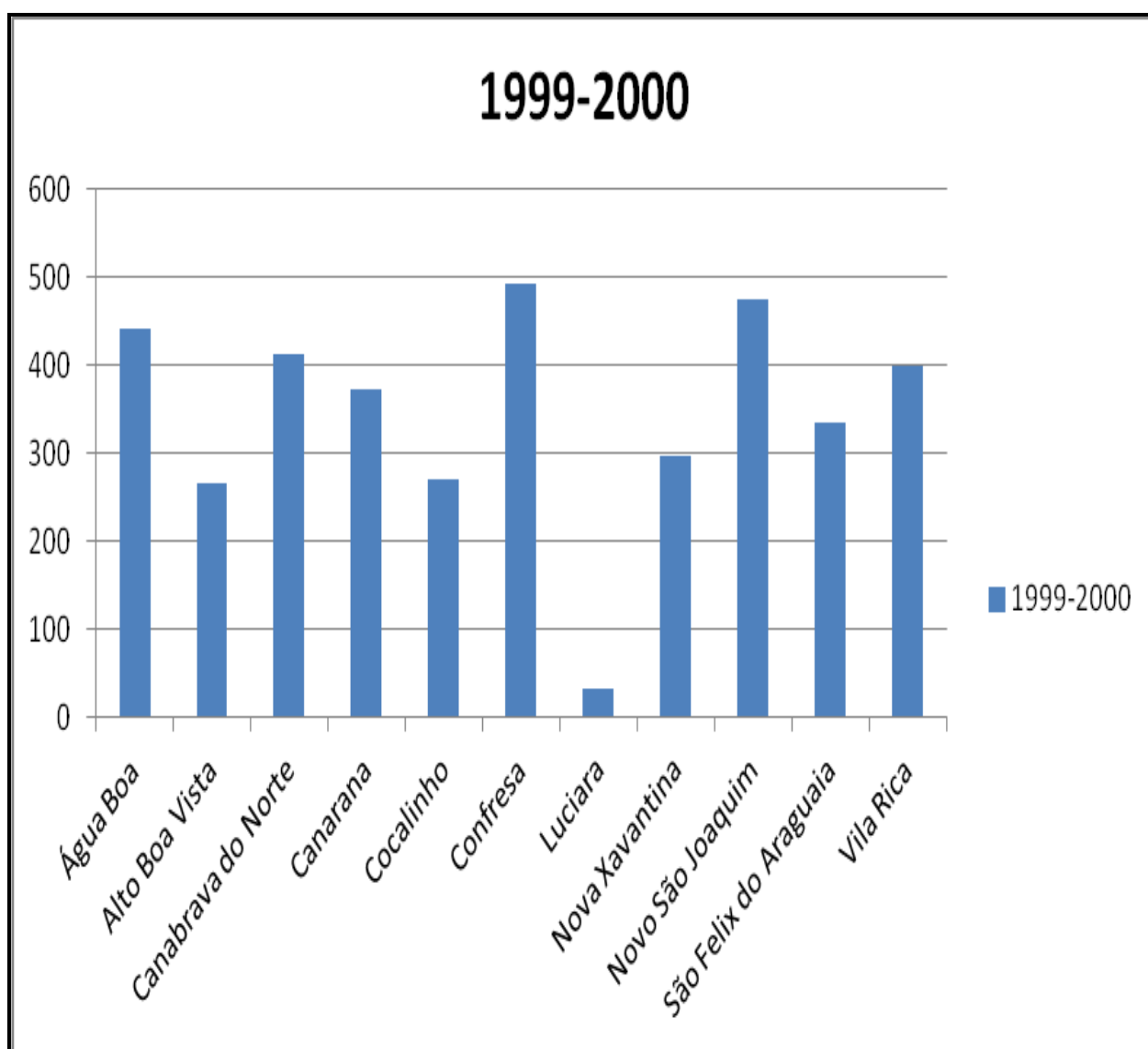
Fonte: IBGE,1999-2010.

Gráfico 11-Polo Xingu- Araguaia PIP a Preços de Mercado Corrente (x1000,00)



Fonte: IBGE, 1999-2010

Gráfico 12-Polo Xingu/Araguaia: PIB- Taxa de Crescimento (%)



Fonte: IBGE, 1999-2010.

No conjunto, todos os municípios apresentaram também excelente crescimento em seus IDHs (tabela 08). Para se ter uma ideia, na década de 1990 o IDH médio dos municípios que formavam a antiga área-programa era de 0,263, já em 2010 esse número subiu para 0,669, o que representa uma taxa de crescimento de 154,37%.

Tabela 08-IDH- Polo Xingu-Araguaia

Municípios/ Anos	1991	2000	2010
Água Boa	0,426	0,603	0,729
Alto Boa Vista	0,380	0,490	0,651
Bom Jesus do Araguaia	0,223	0,429	0,661
Canabrava do Norte	0,263	0,486	0,667
Canarana	0,480	0,565	0,693
Cocalinho	0,328	0,500	0,660
Confresa	0,287	0,451	0,668
Luciara	0,352	0,534	0,676
Nova Nazaré	0,250	0,463	0,595
Nova Xavantina	0,444	0,587	0,704
Novo Santo Antonio	0,278	0,373	0,653
Novo São Joaquim	0,355	0,511	0,649
Querência	0,409	0,541	0,692
Santa Cruz do Xingu	0,397	0,509	0,684
São Felix do Araguaia	0,407	0,569	0,668
São José do Xingu	0,296	0,497	0,657
Vila Rica	0,404	0,485	0,680

Fonte: PNDU, IDH por município e estado.

Na tabela 09 e nos gráficos 13 e 14, ressalta-se o aumento da população absoluta e sua taxa de crescimento. Percebe-se semelhanças nos picos de crescimento e de diminuição presentes nos outros polos, pois o processo de ocupação ocorreu de forma similar e promovidos pelos mesmos agentes, como já discutido. Como já observado anteriormente, no polo Xingu/Araguaia vários municípios foram desmembrados e emancipados a partir do

desenvolvimento dos programas, como é o caso de Água Boa, Canarana, Novo São Joaquim, Nova Xavantina, entre outros. Como sabemos, essa prática constitui uma entre as várias estratégias utilizadas pelo capital para se apropriar do território.

O município de Água Boa tem seu processo de formação a partir de 1950 e 1960 com a doação de terras à produtores e empresário do Sul e do sudeste. Em 1970 tem o primeiro projeto de colonização privada na área, a COOPERCOL e CONAGRO- Colonização e consultoria Agrária. A partir de 1975, através da COOPERCANA e incentivos fiscais para o cultivo do cerrado, são atraídos novos contingentes de colonos para a região. Em 1979 tem-se a criação do município, sendo desmembrado do município de Barra do Garças.

Pode-se dizer que Água Boa constitui o município polo da sub-região que constitui o antigo polo Xingu-Araguaia. Nos últimos anos esse município apresenta crescimento em seus indicadores econômicos. Localizado na mesorregião de Canarana, na porção média do Vale do Araguaia. Teve sua emancipação política em 26 de dezembro de 1979. Tem na agropecuária e no setor de prestação de serviços a base de sua economia (IBGE, 2015).

A pecuária bovina é bastante relevante. Em 2014 o rebanho bovino era constituído por 399900 cabeças, permanecendo estável nas últimas décadas, mesmo após a proliferação do complexo da soja na região. O mesmo não ocorreu com a cultura de arroz, que após o advento da soja, mostrou significativa retração na produção. Em 2014 sua produção foi de 7911 toneladas, bem inferior à média da produção do início de 2000 que foi superior a 86 mil toneladas. Já a cultura do milho, que como comentado faz parte do complexo soja, apresentou taxas de crescimento elevadas, com aumento superior a 1600% em relação ao ano de 2000. A soja em 2014 apresentou taxas de crescimento superior a 223% em relação ao final da década de 1999 (IBGE, 2000-2015).

Acompanhando esse crescimento, ou sendo arrastado pelo ciclo do complexo da soja, ocorreu acelerado crescimento em outros segmentos da economia do município. O número de empresas atuantes apresentou crescimento de 46%, o pessoal ocupado assalariado aumentou 92,03% entre 2000 e 2014. O setor industrial desse município destaca o setor alimentício, na figura dos frigoríferos e transformadores de matéria prima e de beneficiamento de arroz, além do setor comercial e da prestação de serviços.

O setor de finanças públicas, Água Boa também apresenta números positivos, as despesas orçamentária realizadas tiveram taxas de crescimento de 204,76% entre o início de 2000 e 2014, o mesmo ocorreu em relação as operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras do município que foram superiores a 442% (IBGE, 2000-2015).

Acreditamos que esse fato está relacionado com a expansão do complexo da soja no município juntamente com todo o aparato que o acompanha, pois esses números passaram a ter essa relevância a partir da introdução dessa cultura.

A história do município de Canarana tem sua origem na Cooperativa Colonizadora 31 de Março (COOPERCOL) voltada à atividade pecuária. Entre 1972-1975 chega os primeiros colonos, estabelecimento de uma agrovila e colonização de assentamentos através da empresa de Colonização consultoria Agrária (CONAGRO S.C, LTDA) e da empresa Cacique Empreendimentos. Em 1975 forma-se o núcleo urbano Canarana e novos colonos são atraídos pela COOPERCANA. Em 1979 tem-se a criação do município.

Semelhante aos outros municípios dessa região, ele tem sua economia fundamentada na agropecuária, se constituindo em um dos maiores produtores de grãos do Vale do Araguaia, assim como seu rebanho bovino que em 2014 era de 246014 cabeças, segundo censo agropecuário do IBGE. Esse setor nas últimas décadas vem perdendo espaço para a expansão da soja e dos outros ciclos produtivos que faz parte do seu complexo. A pecuária sofreu redução de 29,3% nessa última década. O mesmo ocorreu com a cultura do arroz que nesse período retraiu mais de 2252% (IBGE, 2000-2015).

Por outro lado a soja e o milho apresentaram excelentes taxas de crescimento nos últimos anos. O milho teve aumento na produção de 5708%. A soja de 290,5%.

Outros indicadores da economia também vem apresentando taxas de crescimento, como o número de empresas atuantes no município, que no período considerado cresceu 13,9%, o pessoal ocupado assalariado apresentou taxas de 71,39%, assim como as operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras do município, 300,78% nesse período.

Desse modo percebemos que esse município vêm dinamizando sua economia nos últimos anos principalmente após a chegada do complexo da soja. E que o indicador econômico que mantém relação direta com os desprovidos dos meios de produção, o salário dos trabalhadores, apresentou redução de 8% nesse período de euforia de crescimento. Esse dado reforça a tese que o capital proveniente do complexo da soja, além de outras consequências, acelera a concentração de renda.

Novo São Joaquim tem seu povoamento em função da Fundação Brasil Central, entre 1940 e 1950. A partir de 1970 levas de goianos deslocam-se para a região. Em 1980 com projetos de colonização e incentivos fiscais para o cultivo do cerrado, atrai mais colonos. Em 1981 é criado o Distrito de São Joaquim e em 1986, cria-se o município, desmembrando-se de Barra do Garças.

Esse município também está localizado na microrregião de Canarana, mesorregião Nordeste de Mato Grosso. Caracterizado como município eminentemente agropecuário tendo como principais produtos, desde o início de 2000, a soja, algodão, milho e banana. Semelhante aos outros municípios analisados desse polo, o cultivo desses produtos vem apresentando significativas taxas de crescimento. A safra 2014 foram registradas pelo IBGE, aumento de 660% na produção de milho e de 7% na produção de soja em relação ao início de 2000.

Já as culturas tradicionais apresentaram retração na área plantada e na produção, como o arroz que em 2014 não aparece no cadastro do IBGE, e a mandioca que apresentou retração de 39,5% nesse período.

A pecuária bovina teve sua produção estável nesse período, com a produção média por ano de 235 mil cabeças nesse intervalo de tempo. O cadastro de empresas por município do IBGE, demonstra relativas taxas de crescimento, nessa última década. O número de empresas atuantes no município teve crescimento de 39,78% e o pessoal assalariado cresceu 58,78%.

Nesse município os dados do IBGE destacam um fato inédito até o momento. As taxas de crescimento do salário médio pago apresentou crescimento de 30%. Saindo da média de 2 salários mínimos pagos no início de 2000 para 2,6 salários mínimos em 2014. Esse salário pago é superior à média dos outros municípios analisados. Exceto o pago em Paranaíta, que em função da construção de uma usina hidrelétrica no rio Teles Pires que atraiu centenas de trabalhadores qualificados contribuiu para a elevação dos salários desse município. No entanto, esse fato não carece de maiores análises pois refere-se a algo passageiro. Diferente da situação inusitada de Novo São Joaquim, que carece melhor análise para que se possa chegar a conclusões sobre o que realmente vem ocorrendo com a economia desse município.

O município de Nova Xavantina tem sua história a partir de 1944, com a fundação da Vila Xavantina, administrada até 1967 pela Fundação Brasil Central. Promoveu o assentamento de colonos do Norte e Nordeste. A partir de 1974, através da CONGAGRO, novos contingentes de colonos chegam na região. Em 1980 é criado o distrito de Nova Xavantina a partir de Barra do Garças e em 1986 tem a criação do município (SANCHES e GASPARINI, 2000).

Nova Xavantina tem a base da economia composta pela pecuária intensiva com sistema de cria, recria e corte e a agricultura, destacando a monocultura da soja e do milho. O rebanho bovino desse município em 2014 era de 321740 cabeças. Apresentando taxas de crescimento de 18,75% em relação ao ano de 2000.

Semelhante aos outros municípios analisados, a cultura que apresentou taxas de crescimento negativas foi o arroz, que vem apresentando queda na produção desde o início de 2000. Sua produção em 2014 foi de apenas 162 toneladas. O milho e a soja vem aceleradamente ocupando o espaço agrícola nesse município. A produção de milho apresentou taxas de crescimento de mais de 1630% nos últimos 14 anos. Em uma primeira análise dá-se a impressão que esse produto vem apresentando taxas de crescimento astronômicas. No entanto, o que de fato ocorre é que essa cultura foi “resgatada” pela cadeia produtiva da soja, que já está presente nesse município desde a última década do século XX. O milho, no início de 2000 era cultivado em caráter de subsistência. Com a chegada do complexo da soja, essa cultura passou a ter caráter empresarial, justificando essas taxas exorbitantes de crescimento. A soja desde o início de 2000 vem apresentando números expressivos. A safra 2013-2014 apresentou taxa de crescimento de 160% em relação a produção de 2000.

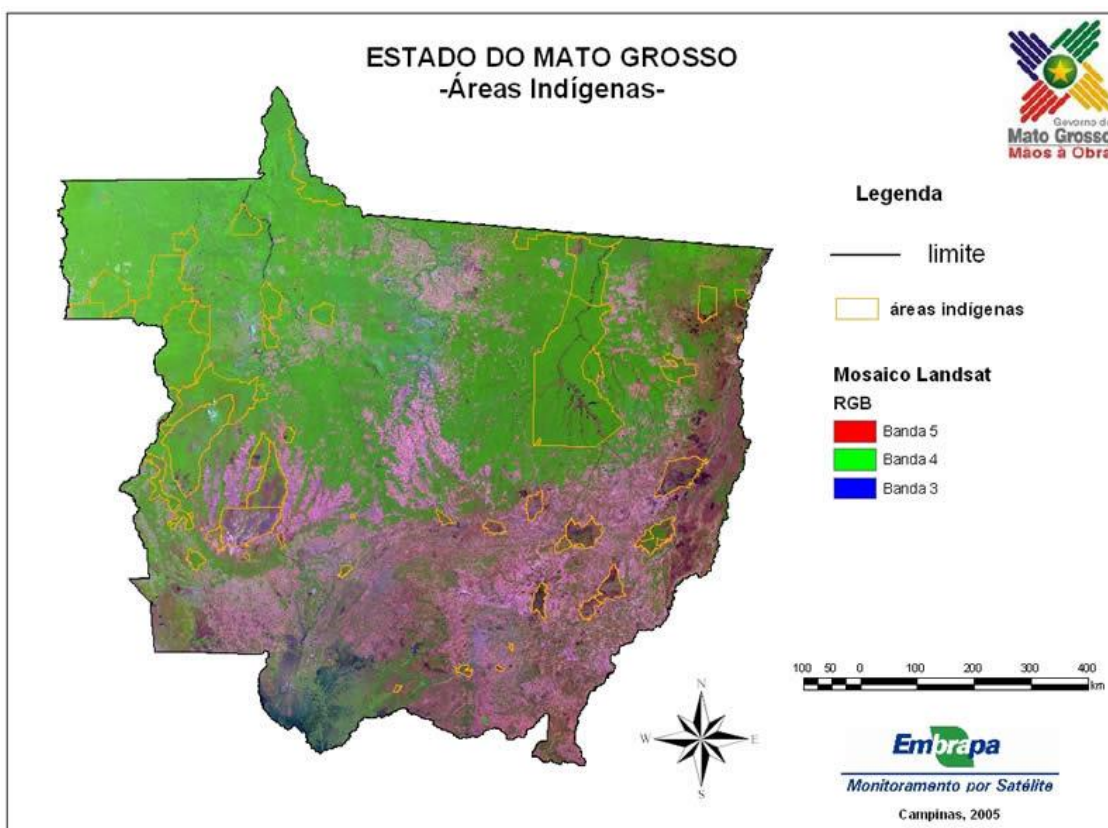
O cadastro de empresas por município do IBGE 2015, indica uma redução no número de empresas atuantes em Nova Xavantina nas últimas duas décadas. Essa redução foi de 9,77%. No entanto ocorreu ampliação no número do pessoal ocupado assalariado de 82,77%.

A ampliação no número de trabalhadores assalariados em praticamente todos os municípios analisados pode estar relacionado com o maior rigor na fiscalização por parte do Ministério do Trabalho nas últimas décadas. Fazendo cumprir a lei que obriga todos os funcionários sejam devidamente registrados, fato pouco exigido em décadas anteriores. Além disso esse polo é recordista em denúncias e ações do Ministério Público Federal em casos de trabalho escravo em Mato Grosso.

De modo geral a área que constituía o polo Xingu/Araguaia, caracteriza-se por uma rede urbana frágil, sem a presença de centros regionais consistentes. O que acarreta relações funcionais da região com o estado de Goiás e o Distrito Federal, via Barra do Garças, que possui uma rede urbana estruturada agindo como polo, apesar desse município não estar diretamente localizado na área original do antigo Xingu/Araguaia. Isso está relacionado às melhores condições de acesso propiciadas pela rodovia Belém-Brasília, considerando que a malha rodoviária sub-regional é composta por rodovias não asfaltadas ou não apresentam boas condições de circulação.

Há de se considerar também que a presença de grandes áreas de reserva ambiental e indígena nessa região pode ter prejudicado o estabelecimento de vias de transporte e ampliar laços produtivos com a porção central do Estado. Veja o mapa que segue.

Mapa 09: Áreas Indígenas



Fonte: Embrapa.

O núcleo de ocupação pioneira desse polo foi São Felix do Araguaia, localizado entre o Parque Nacional do Xingu e o rio Araguaia. Sua ocupação recente deu-se a partir da década de 1970, justamente pela implantação desse polo, no qual a ocupação foi se intensificando no decorrer de 1980, com a implantação de vários projetos agropecuários subsidiados com incentivos fiscais da SUDAM (SEAD, 2000).

Os principais vetores de povoamento dessa área em específico, tem origem nos fluxos migratórios provenientes das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, através dos Estado de Goiás e Pará. Os fluxos migratórios foram responsáveis pelo agravamento e acirramento de inúmeros conflitos pela posse da terra nessa área. Nas últimas duas décadas a economia de são Felix do Araguaia esta alicerçada na pecuária e na agricultura. Em 2014, o rebanho bovino desse município era de 232251 cabeças e assim permaneceu estável nos últimos 15 anos, com uma média anual de aproximadamente 220989 cabeças. A agricultura também vem apresentando taxas de crescimento nas últimas décadas, exceto a cultura de arroz, que apresenta perca de produção e de área cultivada. Em 2014 foram registradas apenas 5100

toneladas do produto contra as mais de 30 mil toneladas do início de 2000. O oposto ocorreu com o cultivo do milho que em 2014 teve sua produção e área de cultivo aumentada em mais de 3901%. A soja também vem dominando as terras agrícolas do município. A safra 2013-2014 foi registrada mais de 483450 toneladas do produto, contra pouco mais de 6300 toneladas produzidas no início de 2000.

O número de empresas atuantes no município vem apresentando queda, em 2013 foi registrada taxa negativa de 20,86% em relação ao ano de 2000, assim como as taxas de crescimento populacional, que vem em processo decrescente desde o final da década de 1990. Em 2014 sua população estava estimada pelo IBGE em 10600 habitantes.

Com relação às finanças públicas, as despesas orçamentárias vêm apresentando taxas de crescimento positivas nas últimas décadas, 1333,33% em relação ao início de 2000. O mesmo é visto em relação às operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras do município. Apresentaram taxas positivas de 138,06% nesse período considerado.

A partir dos dados econômicos apontados desse município percebe-se que ele encontra-se saturado economicamente, principalmente porque o complexo da soja já ocupou todas as terras disponíveis, o que resta estão restritos as áreas de proteção ambiental permanente, Terras Indígenas e o próprio Parque Nacional do Xingu. Assim, o setor do turismo vem surgindo como alternativa para a diversificação da sua economia, principalmente o setor cultural que envolve os povos indígenas Karajá com seus rituais e artesanato, a pesca esportiva que nos últimos anos vem acelerando o setor hoteleiro do município, assim como as outras atividades relacionadas ao rio Araguaia, como o festival de praia que é realizado anualmente atraindo milhares de turistas ao município.

A partir de 1968 essa região passou por diversos conflitos violentos pela posse da terra, principalmente entre posseiros e empresas colonizadoras de capital privado, como por exemplo o caso de Serra Nova Dourada, conflito envolvendo posseiros e a BORDON/ AS, Porto Alegre do Norte, conflito entre posseiros e a FRENOVA, Santa Terezinha, conflito envolvendo também posseiros e a agropecuária GODEARA, São Felix do Araguaia, posseiros contra a fazenda Suiá Missu e essa contra os índios xavantes Maraiwatsédé (CASTRAVECHI, 2015).

Talvez o caso da fazenda Suiá Missu seja o mais representativo, no qual após anos de litígio, o Ministério da Justiça determinou a desocupação da Gleba Suiá Missu em 2013, fazendo a reintegração de posse da terra ao povo Maraiwatsédé.

No início da década de 2000, essa área vinha apresentando baixo dinamismo econômico, verificado tanto em relação às atividades da pecuária, do extrativismo madeireiro quanto da atividade agrícola, que vem apresentando tendências claramente negativas em seu crescimento (SEAD, 2000).

Os municípios de São Felix do Araguaia, São José do Xingu e Luciara, tem na pecuária sua principal atividade econômica, apresenta elevado nível de concentração fundiária (62% da área total estava ocupada com estabelecimentos de mais de 1000 hectares), (SEAD,2000). Esse conjunto de municípios participam com 3,7% do rebanho bovino e 2,3 da produção agrícola do Mato Grosso em 2000 (SEAD, IBGE, 2000).

No entanto esse quadro econômico, vem sofrendo mudanças significativas a partir da segunda metade da década de 2000, quando o capital do complexo da soja aporta em terras dessa sub-região, acelerando a produção agrícola, como em São Felix do Araguaia e São José do Xingu que em 2014 apresentou taxas de crescimento na área plantada e na produção de soja e milho. A soja, por exemplo, em 2014 teve taxa de crescimento de 675% em relação ao ano de 2000 e a produção de milho cresceu mais de 1701%.

Na década de 1980, ocorreu um acelerado processo de ocupação populacional nos municípios de Canarana do Norte, Confresa, Porto alegre do Norte, Santa Terezinha e Vila Rica, corresponde ao período em que foram implantados vários programas de assentamento de reforma agrária nesses municípios.

De modo geral essa região que constitui o antigo polo tem na pecuária, com algumas áreas tendentes a expansão da soja, suas principais atividades econômicas (EMPAER, 2006). Dados do IMEA, e INDEA (2011, 2012), indicam que esse último grupo de municípios respondeu por menos de 11% na produção de soja do estado, 0,2% de algodão, 3,9% de milho e 18,9% da pecuária. O que confirma a aptidão do setor pecuário dessa região que constituía o antigo polo Xingu/Araguaia.

Assim, podemos resumir os indicadores econômicos das duas últimas décadas dos municípios que formam a antiga área do polo, segundo o IBGE (1999-2015). O rebanho bovino, em média por ano e por município, foi de 279642 cabeças. A produção de arroz, nessa mesma análise, foi de 10364 toneladas, o milho chegou a 40977 toneladas e a soja ficou na média de 102017 toneladas. O número de empresas apresentou taxas de crescimento médio de 16,40%, nesse período e nessa perspectiva de análise. O pessoal ocupado assalariado apresentou taxas médias de crescimento de 50,91%. Como já discutido, bem inferior as apresentadas pelos outros indicadores, característica marcante aos outros municípios dos

outros polos reforçando a tese da concentração de renda como elemento comum nas áreas de expansão de capital da soja.

As finanças públicas, no setor despesas orçamentárias, também apresentaram taxas de crescimento médio de 171,76%, assim como as operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras, 131,81%.

Apesar de, em média, esse polo ter apresentado indicadores econômicos positivos. Ele é o que vem apresentando as menores taxas de crescimento em sua economia nos últimos anos. Principalmente no setor da agricultura comercial. Existem ainda nesse polo “ilhas de resistência” a expansão da agricultura, como já comentado, como as reservas ecológicas, o Parque Nacional do Xingu e várias Terras Indígenas, que ainda resistem a expansão do complexo da soja. Podemos considerar ainda a própria cultura da população da região que historicamente especializaram na pecuária em especial a bovina, principalmente a população pioneira, que de certa forma inibe a expansão da soja e todo o seu aparato.

Analisando esses dados numa perspectiva do desenvolvimento do progresso e incorporação da região ao modelo capitalista de desenvolvimento é notória os efeitos positivos da criação dos polos de desenvolvimento, ou seja, indiscutivelmente os programas, metas e projetos da Política Integracionista foram os responsáveis pelo atual dinamismo econômico da região. No entanto, a análise feita pela população que se encontrava na região quando da implantação desses polos é divergente, como os índios, os coletores da floresta, os posseiros, entre outros, que na realidade eles muito pouco foram e são contemplados por essa “dinâmica da economia”. Muito pelo contrário eles foram destituídos de suas terras, de seu modo de vida, de sua história.

Desse modo, a Política Integracionista e a consequente expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso está relacionada diretamente com a expansão econômica do capital e muito pouco com o bem estar ou expansão da condição humana da população local. Assim essa política foi e é extremamente excludente, contribuindo para assegurar a exclusão dos indivíduos que não estavam e não estão ligados ao capital, considerando que essa política objetivava ampliar o mercado e incorporar novos espaços de produção capitalista, como destacamos nos gráficos, tabelas e na discussão como um todo.

Assim, essa modernização, como é chamado o processo de ocupação que vem ocorrendo na região desde a década de 1960, tem favorecido os grandes grupos econômicos, que além de se apropriar das terras, apropria dos demais recursos naturais nela existente. E no decorrer desse processo, historicamente, vem promovendo verdadeiros genocídios da

população indígena e dos povos que já estavam estabelecidos antes do processo de ocupação, como os posseiros. Podemos falar também da exclusão social, da promoção do desequilíbrio ecológico dos dois biomas da região, o amazônico e o cerrado e dos outros milhares de ecossistemas existentes nessa região, além disso, esse “progresso” foi responsável pelos vários conflitos no campo que se arrastam até aos dias atuais.

Analisando os dados da agricultura dos municípios dos polos em questão, percebemos que com a expansão da monocultura de grãos ocorreu uma redução drástica na produção da tradicional lavoura de subsistência, a agricultura familiar. A medida que a agricultura moderna se aproxima desaparece os produtos das lavouras tradicionais. Esse fato é confirmado em todos os municípios analisados. Antes da chegada do complexo da soja, era registrada a produção de arroz, feijão, mandioca, batata doce, entre outros produtos da agricultura familiar. Produtos que foram desaparecendo proporcionalmente ao aparecimento do complexo da soja.

Desse modo, a permanência da agricultura familiar na frente de expansão do complexo da soja, está condicionado a existência de políticas públicas direcionadas especificamente à ela. Planejamento e projetos diferenciados que priorizem o desenvolvimento sustentável que garantam a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental dos pequenos produtores rurais e das áreas que foram fruto de reforma agrária, os assentamentos.

O atual modelo que prioriza a agricultura capitalista, fica evidente que os agricultores descapitalizados não sobrevivem, principalmente as áreas de reforma agrária, como ocorreu na região que compõem os antigos polos de desenvolvimento, no qual a maioria dos lotes foram engolidos pelo grande latifúndio, quando não todo o assentamento. Ficando os camponeses a mercê do latifundiário, transformando-se em mão-de-obra barata para essas grandes fazendas.

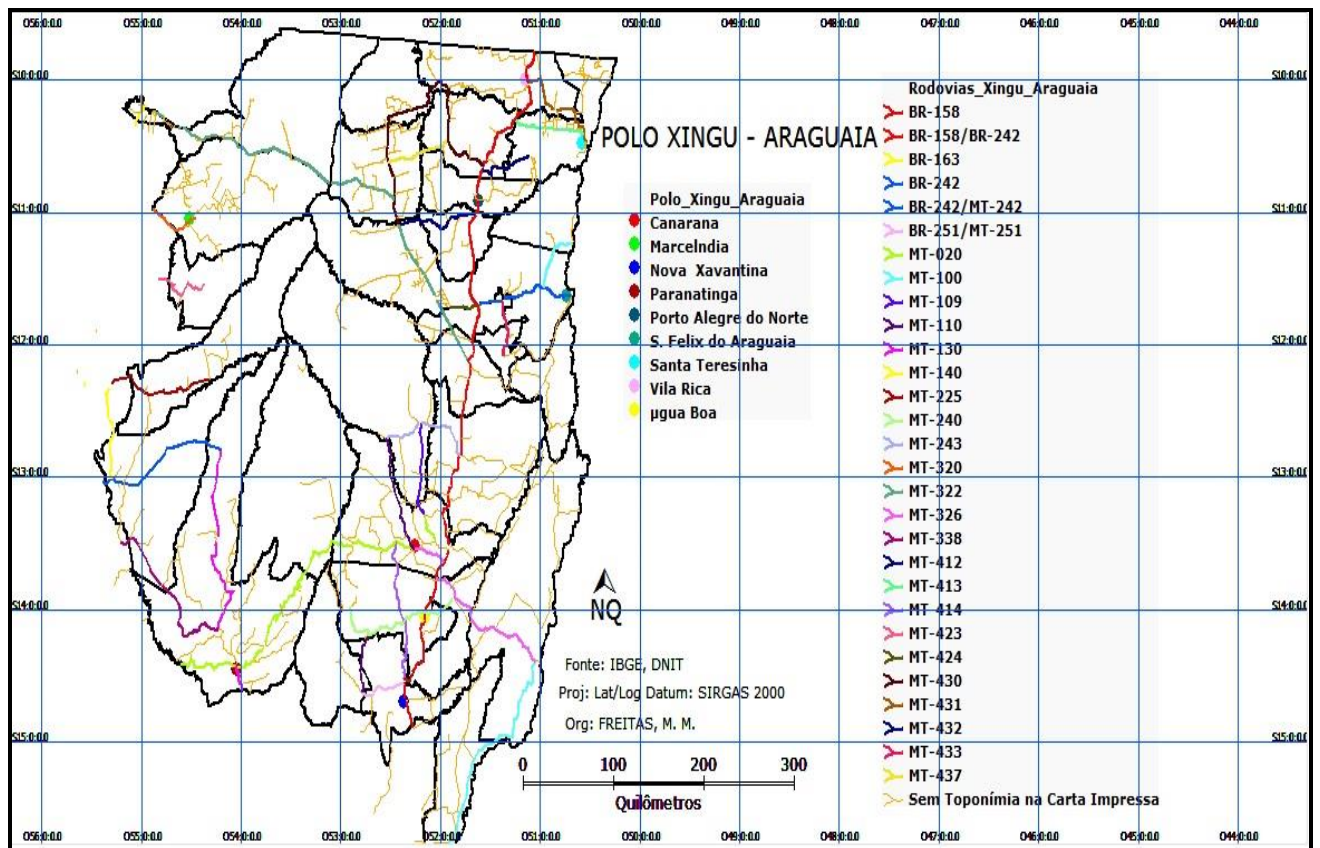
Como comentado, isso ocorre porque os camponeses que foram beneficiados pelos programas da reforma agrária encontraram enclaves para trabalharem e manterem-se na terra, em função da escassez de créditos causado principalmente pela exorbitante burocracia, a falta de assistência técnica, apesar do governo apresentar dados e números que contradiz essa afirmação, falta de tecnologias específicas ao pequeno produtor rural e acesso à ela, falta de formação e qualificação desse trabalhador para que ele possa fazer uso dessa tecnologia, infraestrutura e logística nos assentamentos.

A partir dos indicadores econômicos da região que corresponde aos antigos polos de desenvolvimento, posso afirmar que em todo o estado de Mato Grosso a cadeia produtiva do

agronegócio é a base da economia. Possibilitando até mesmo formular uma regra que diz que as regiões que o agronegócio atua com maior intensidade são os que apresentam os melhores indicadores econômicos e vice-versa.

Assim, a economia do Mato Grosso está concentrada nas mãos de grandes grupos de capital nacional e internacional que articulam a comercialização da produção local no mercado mundial, no fornecimento de sementes especializadas, insumos, tecnologias, crédito e todo o aparato da cadeia produtiva do complexo da soja.

Mapa 10: Polo Xingu- Araguaia



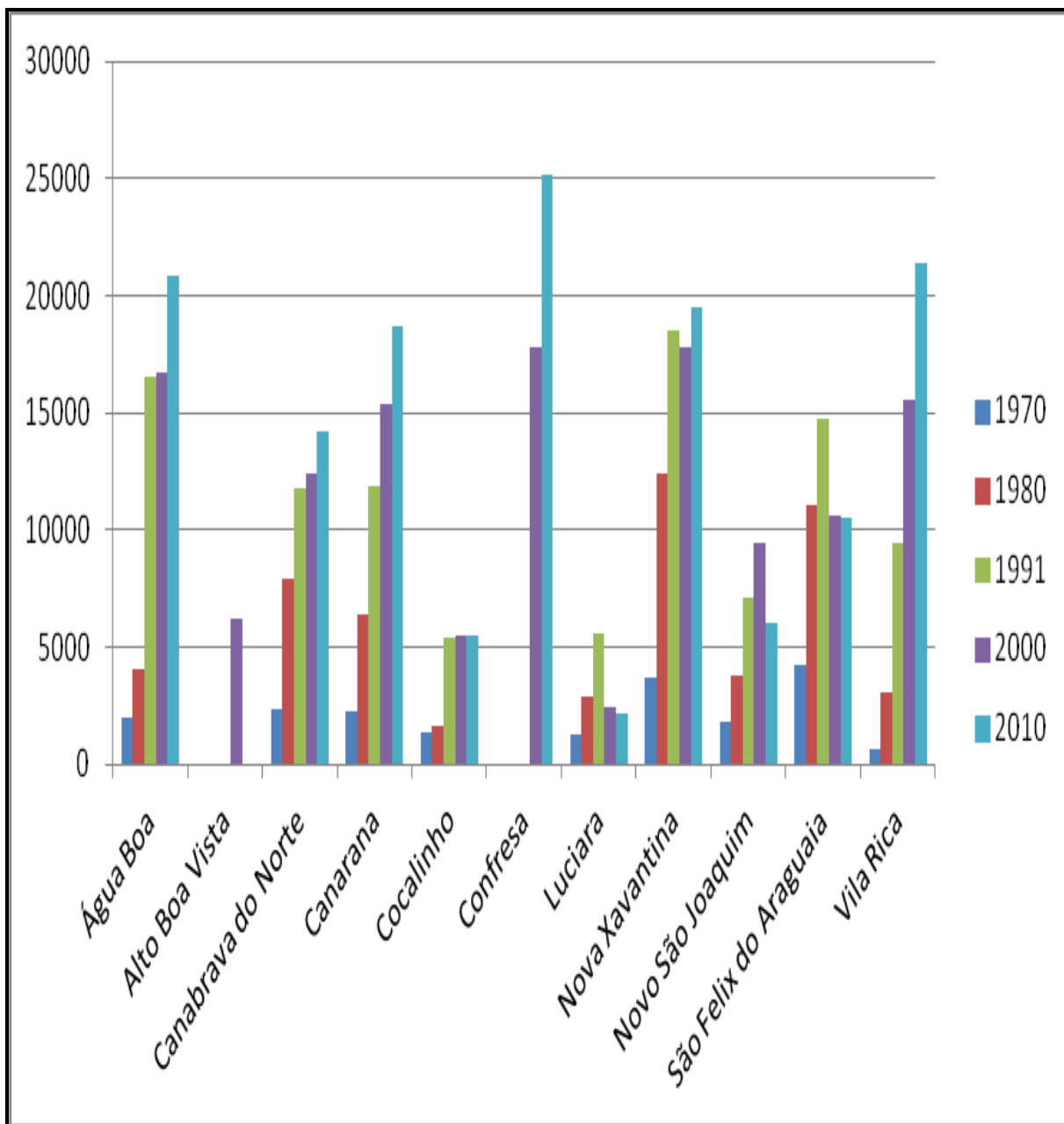
Fonte: IBGE, DNIT

Tabela 09 - Polo Xingu-Araguaia. População Absoluta e taxa de crescimento (%).

Municípios / Anos	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010
Água Boa	979	045	6568	6711	0844	0,41	3,68	0,10	19,82
Alto Boa Vista				197					X
Canabrava do Norte	358	892	1796	2423	4222	2,84	,72	,58	14,48
Canarana	264	362	1882	5407	8701	0,88	,84	,93	17,61
Cocalinho	351	684	445	509	498	,2	1,3	,1	-0,19
Confresa				7811	5127				40,84
Luciara	314	904	618	493	229	,3	,2	8,6	-10,58
Nova Xavantina	700	2381	8505	7828	9475	2,84	,72	0,41	9,23
Novo São Joaquim	798	796	153	443	043	,76	,93	,13	-36,00
São Felix do Araguaia	237	1062	4767	0662	0531	6,4	0,1	,7	-1,22
Vila Rica	78	086	441	5537	1403	6,4	0,7	,7	37,75

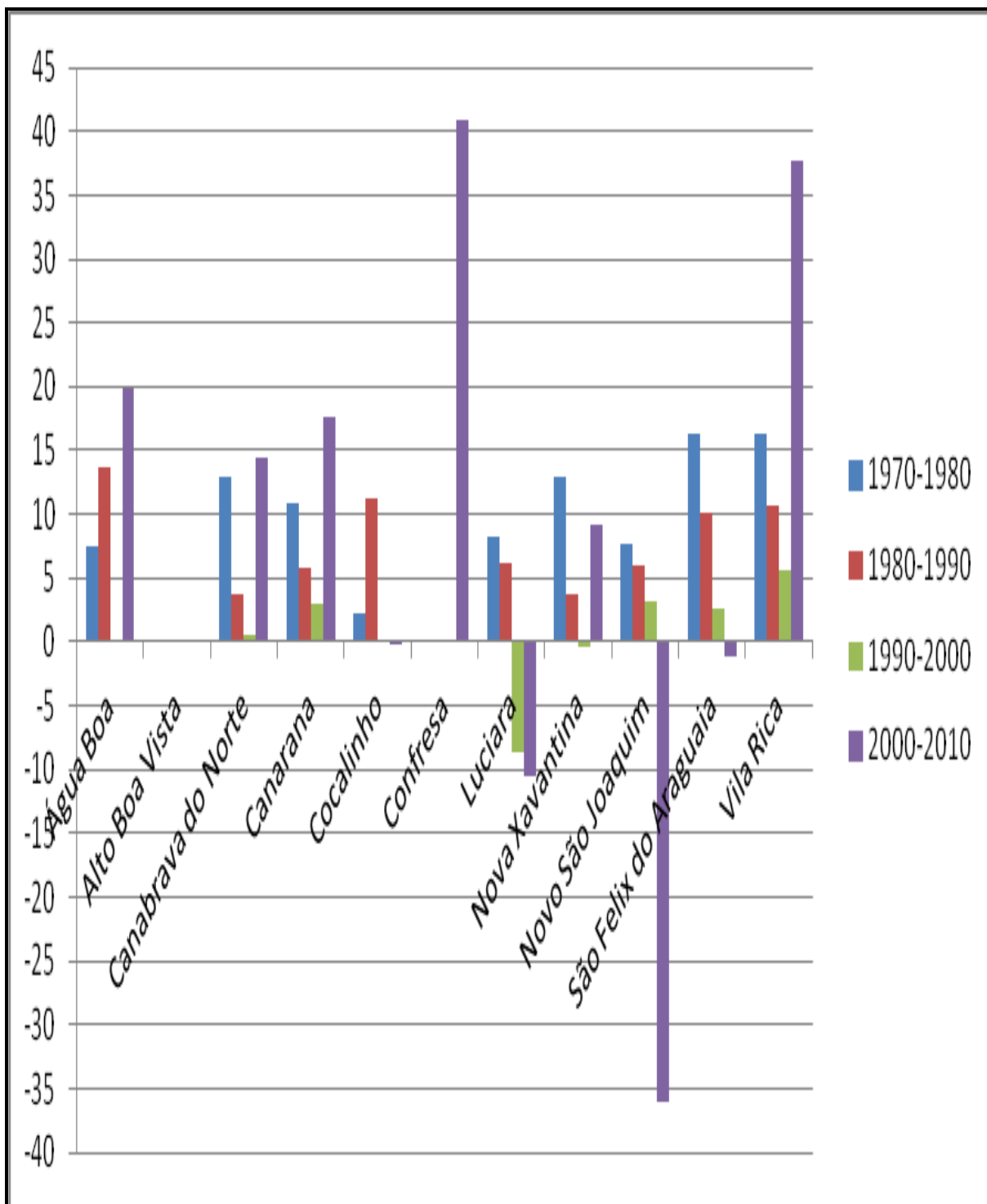
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Gráfico 13 - Polo Xingu-Araguaia: População Absoluta.



Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 14-Polo Xingu-Araguaia: População-Taxa de Crescimento (%).



Fonte: Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

4. O FIM E A RECRIAÇÃO DA SUDECO: CONTEXTO GERAL

A SUDECO tem suas origens no início da década de 1940, no contexto histórico das políticas que iniciavam sua caminhada para transformar o planejamento territorial em uma política sistemática, ainda no governo de Getúlio Vargas, nos rastros do conjunto de ações conjugadas no slogan “Marcha para o Oeste” (DINIZ, 1994), que tinham um claro intuito de interiorização do povoamento, colonização e exploração produtiva do espaço da atual região Centro-Oeste, o que seria feito, segundo os defensores de sua aplicação, a partir da intervenção, reorganização, dominação e disciplinamento dessa parte do território brasileiro, exercendo assim um verdadeiro imperialismo interno para que se efetuassem no país o “casamento das fronteiras econômicas com as fronteiras políticas” (LENHARO, 1986, p.23):

Eis o desafio que o Estado Novo lança para si mesmo: se o Estado é a extensão territorial do país; se o país encontra-se talhado em duas partes opostas – uma que produz, exporta manufaturas e capitais, a outra que os recebe e remete matérias primas de volta –, cabia, através do imperialismo interno, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental. (LENHARO, 1986, p. 24).

Esse viés intervencionista presente no “Marcha para o Oeste” foi materializado inicialmente com a criação, em 1943, da Fundação Brasil Central (FBC), que como já visto, entre outros propósitos objetivava o desenvolvimento mais rápido da região, e por isso pode ser considerada a primeira instituição brasileira de intervenção do Estado sobre a Região Centro-Oeste. Entre suas principais ações, ao menos dentre aquelas que tiveram um relativo sucesso no território mato grossense, podemos citar a implantação, em 1948, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, instalada no novo território federal de Ponta Porã, além da implantação da Base de Xavantina, às margens do rio das Mortes.

A FBC atuou até em 1967, quando foi extinta já no Governo Militar e deu lugar à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Desse modo, podemos perceber que essa instituição foi concebida em um momento político e econômico do país em que as discussões sobre a integração nacional pela incorporação produtiva das regiões consideradas como espaços ainda não participantes da dinâmica econômica nacional estavam no ápice e, conseqüentemente, depois das tentativas mais ou menos frustradas das décadas anteriores, e deixando de fora o debate em torno da fundação de Brasília, o debate a respeito

da inserção de Mato Grosso em específico, e da região Centro-Oeste como um todo ao novo “Padrão Agrário Moderno de produzir” sob a égide do capital agroindustrial iniciava a dar seus primeiros e mais vigorosos passos (SILVA, 2007).

Autores consultados que se dedicaram a compreender os fatores que levaram ao fim da SUDECO, como MACIEL (2005), ARAUJO (2009), ROCHA, BUSCIOLI e SILVA (2009, 2012), são unânimes em apontar dois fatores principais que seriam os responsáveis pela extinção da SUDECO: primeiramente, a intensa corrupção e a ausência de punição dos responsáveis, com o desvio de finalidade dos créditos financeiros oferecidos, constantes superfaturamentos e a apropriação privada de bens, terras e serviços públicos, depois, mas igualmente importante, o surgimento, a partir da década de 1980, de uma nova realidade ou ordem que contrariamente ao espírito que originou a criação da SUDECO, pregava a redução radical das intervenções do Estado nas regiões outrora intensamente influenciadas pela ação estatal em seu processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, pode-se dizer que a SUDECO apresentava, desde sua criação, em 1967, características específicas em seu funcionamento, como a influência de sujeitos que a utilizavam para seus objetivos mais imediatos, e não para atingir seus ideais estratégicos, que levaram à sua extinção em 1990. Para uma melhor compreensão, as características de funcionamento da Superintendência que foram importantes para a sua extinção podem ser ordenadas da seguinte forma: a) a SUDECO constituía-se em ferramenta dos governos militares, funcionando como moeda de troca nas negociações com grupos políticos locais; b) sua área de atuação foi ampliada demasiadamente, pois com o passar dos anos ela passou a atender também o então território federal de Rondônia, além de na época também ter de se preocupar com o atual estado de Tocantins, que ainda fazia parte de Goiás; c) a ideologia central que fundamentava os projetos desenvolvidos na SUDECO, bem como suas ações e programas, não se “adaptou” às novas demandas e necessidades surgidas com o desenvolvimento do país, permanecendo, desde sua criação, em 1967, presa aos objetivos mais amplos de atender a fração dos interesses do Estado mais ligado aos agentes do capital estrangeiro associados às classes dominantes regionalmente.

Por fim, além do excesso de burocracia em todos os setores da instituição, podemos observar que não havia preocupação, por parte dos gestores da SUDECO, com os problemas e impactos ambientais decorrentes da implantação de seus projetos, isto é, em suas ações de planejamento, a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais não era posta em debate, uma vez que por todo o tempo em que atuou, a meta era explorar ao máximo as riquezas

naturais do Centro-Oeste, que eram consideradas intocáveis e inexploradas por falta de investimentos, mas não eram vistas como objetos passíveis de proteção.

Na verdade, toda a estrutura de planejamento fundamentado pela Intervenção do Estado, como era a SUDECO, foi atropelado pela ascensão do neoliberalismo a partir de meados da década de 1980, período de séria crise econômica mundial, e um dos fatos responsável pela retomada das ideias de estado mínimo. Com o fim da SUDECO, em 1990, inicia-se uma discussão acirrada sobre o real legado desenvolvido por essa instituição. Para alguns, esta desenvolveu suas propostas parcialmente, atuando em seus últimos tempos como um modelo falido de política territorial. Para outros, ao contrário, a Superintendência deu respaldo à sua função social, considerando que a região Centro-Oeste apresentou as melhores taxas de crescimento nacional sob a gestão desse órgão, que além do mais contribuiu para aprimorar a infraestrutura básica e estimular a agroindústria regional, agregando valor aos produtos primários que correspondiam (e correspondem ainda hoje) à base da economia da região (SILVA, 2012).

Porém, essa discussão acerca do legado positivo ou negativo da instituição para o desenvolvimento regional ainda está longe de se esgotar. Silvana de Abreu, que debateu à fundo as ações da SUDECO em sua tese de doutoramento, destaca que a instituição pode ser considerada a responsável para dotar a região Centro-Oeste de uma malha rodoviária, pois com a construção da BR-163, que liga o Pará ao Mato Grosso, estimulou-se em muito a produção agropecuária, com a valorização das terras às margens da rodovia. No entanto, ela destaca também vários pontos negativos dos 23 anos de atuação dessa instituição:

Do ponto de vista da implementação do planejamento, o que eu pude constatar é que muito do que foi planejado não aconteceu porque as planilhas do Planejamento eram realizadas, mas a cada mês a inflação ia comendo aquele orçamento. Talvez o ponto negativo mais expressivo tenha sido a questão da concentração de rendas. Em todos os programas que foram criados pela SUDECO, o resultado apresentou uma intensificação do êxodo rural e da concentração de terras (ABREU, 2009, p 01).

Da mesma opinião é o sociólogo Francisco de Oliveira, segundo quem não só a SUDECO, mas toda a política de desenvolvimento regional pensada a partir dos anos de 1960 e 1970, esbarrou na atuação autoritária da ditadura militar, que ao final atuava como elemento inibidor do desenvolvimento de uma região. O autor mantém a defesa do desenvolvimento planejado como forma de induzir o desenvolvimento econômico e mitigar as desigualdades, porém, acredita que no atual mundo globalizado não há espaço para existência de um órgão

burocrático e centralizador como uma superintendência voltada para pensar as especificidades de somente uma região (OLIVEIRA, 2006). Esse pensamento é compartilhado por Abreu quando destaca que: “Políticas públicas direcionadas podem ser mais eficientes do que propriamente órgãos de planejamento, que acabam se tornando instrumentos de poder” (ABREU, 2006 p.1).

Apesar de todas as críticas, o projeto de recriação da SUDECO vai ganhar fôlego no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), principalmente no bojo de uma retomada do protagonismo das políticas de desenvolvimento regional do país. Segundo essa nova proposta, a intenção é corrigir os erros cometidos pela antiga SUDECO e recriá-la com intuito de resolver os problemas das desigualdades sociais e regionais existentes no país. Em uma fala do então secretário de desenvolvimento do Centro-Oeste no Ministério da Integração Nacional, no fervor das discussões da recriação da SUDECO em outubro de 2006, Athos Magno argumenta que o governo não pode se omitir diante do quadro desigual que persiste entre as regiões brasileiras e que:

Estudos recentes mostram enriquecimento do sudeste às custas das demais regiões do Brasil. De maneira que deixar que as coisas se ajustem e o crescimento se dê naturalmente no país é uma tese que interessa mais ao sudeste. Isso não é bom para o desenvolvimento harmonioso e socialmente justo do país como um todo (OLIVEIRA, 2006).

Assim, a Nova SUDECO é finalmente refundada pela Lei Complementar nº 184, de 07 de junho de 2006. De pronto já se pode perceber que a instituição surge com um novo formato, conforme o Documento Básico de Recriação da Superintendência de desenvolvimento Regional do Centro oeste (SUDECO):

A crise econômica de 1973 questionou seriamente a validade dos modelos explicativos tradicionais da economia regional e supôs não só a renúncia da política Regional anterior, como a adoção de novo enfoque de atuação compatível com a realidade das economias avançadas (...). Entende-se que a Nova SUDECO deve ser pensada como ente estruturado segundo as determinações de um padrão de desenvolvimento pautado pelas limitações de recursos, pela lógica do desenvolvimento sustentável e pela criação de tecnologias modernas, que não excluam os pequenos negócios locais e nem a força de trabalho- rural ou urbana- que chega crescentemente ao mercado (BRASIL, 2004, p 25).

Desse modo, a Nova SUDECO emerge novamente no cenário político e econômico nacional recolocando a importância do Planejamento Estratégico para o sucesso do

desenvolvimento do país, que segundo esse documento básico de recriação pode ser entendido como uma das prioridades na organização estatal, pois é definido a partir do objetivo de decidir e agir na orientação dos rumos e do desenvolvimento de uma dada organização em dado momento (BRASIL, 2004).

Diferente do planejamento em sentido amplo, que pode ser visto como uma das estratégias utilizadas pelo capital em um dado contexto histórico para a continuidade de sua reprodução ampliada, o planejamento estratégico enfatizaria a definição de metas e objetivos, priorizando a gestão dos êxitos na orientação dos rumos do desenvolvimento (ROCHA, BUSCIOLI e SILVA, 2012). Nessa lógica, a nova abordagem dada ao planejamento adotada pela Nova SUDECO, expressa no Planejamento Estratégico das regiões em uma coordenação com o Ministério da Integração Nacional, pode trazer benefícios:

Contribuir para vislumbrar melhores possibilidades quanto ao futuro; Ajudar na tomada de decisões do presente, em função dos problemas futuros; Acompanhar as transformações das cidades e de seus entornos com maior eficácia; Evitar problemas organizacionais; e melhorar o funcionamento das instituições (BRASIL, 2004, p. 11).

Outra abordagem da Nova SUDECO refere-se ao processo de avaliação Estratégica, que define-se a partir do princípio de que só é possível o desenvolvimento regional perante a sustentabilidade nos aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e institucionais. Em outras palavras, a avaliação Estratégica será a ferramenta que dará a legitimação necessária para que qualquer projeto, ação, plano ou programa deixe de ser abstrato e passe a ser concreto, configurando-se como o processo básico de planejamento de uso do território pretendido por uma instituição (SILVA, 2006), que conforme o documento Básico da recriação da SUDECO deve apresentar as seguintes características:

Ser democrático, envolvendo a participação de representações da sociedade civil organizada, em todas as fases do processo; Ser sistêmico, adotando um enfoque que permita considerar não apenas os diferentes componentes do território, mas também as interações entre eles; ser dinâmico quanto à concepção do sistema sobre o qual atua, uma vez que o planejamento do uso do território demanda interações, mudanças e regulações; Ser prospecto, considerando diferentes alternativas, conforme tendências evolutivas de curto, médio e longo prazos dos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos; Ser global, incorporando todos os aspectos que conformam a realidade territorial, assegurando a articulação/coordenação das políticas setoriais e dos diferentes níveis territoriais, assim como a concentração dos agentes sociais que atuam sobre o território (...); ser funcional e interdependente, levando em conta a existência de consistências regionais, sub-regionais, estaduais e locais, baseadas em valores, culturais e

interesses comuns; Ser contínuo e cíclico, analisando a realidade para a tomada de decisões (...); Ser flexível em suas determinações, permitindo variações táticas dentro da mencionada perspectiva de longo prazo(...) (BRASIL, 2004, p 17).

Desde o fim da SUDECO, em 1990, o órgão responsável pela política de desenvolvimento de Centro-Oeste era o Fundo Constitucional de desenvolvimento de Centro-Oeste (FCO). Assim, a Nova SUDECO emerge como o órgão público que irá gerir os recursos financeiros do FCO, isto é, será através desse novo arranjo político-institucional que serão pensadas as políticas territoriais voltadas exclusivamente para resolver os problemas de desenvolvimento de Centro-Oeste. BUSCIOLI (2010) discorre sobre o contexto de recriação do órgão, dizendo que as discussões preliminares para a recriação da SUDECO têm início em 2000, com a retomada do Planejamento Regional no Brasil, quando é criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Centro-Oeste (2007-2020), que deveria:

Orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, e preparar a região para os desafios do futuro (...). O Plano foi elaborado como parte da Política Nacional de desenvolvimento Regional no Brasil, no caso, a Superintendência de desenvolvimento do Centro Oeste- SUDECO (BRASIL, 2007, p 03).

Assim, a Nova Política de desenvolvimento regional implantada pelo Ministério da Integração Nacional volta-se para os problemas de desigualdades regionais e intra-regionais, que são agravados pela globalização e alicerçados, no geral, pelas chamadas vantagens competitivas, adotadas deliberadamente em outras etapas do planejamento regional brasileiro. Desse modo, com a Nova SUDECO, esse modelo de desenvolvimento centrado na simples inserção das vantagens competitivas deixa de ser o foco:

Esse Plano, que estabelece as orientações estratégicas do governo, tem como um de seus objetivos principais reduzir as desigualdades regionais e inter-regionais, mediante a integração de múltiplas escalas (nacional, macrorregional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local (BRASIL, 2004, p 22).

A Nova SUDECO, em conjunto com o Plano Estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), tem como meta a elaboração de macro objetivos regionais, que serão obtidos através da criação de matrizes estratégicas dentro de um processo de Avaliação Estratégica, elaborado para que se possa obter um desenvolvimento sustentável da região Centro-Oeste. Tais matrizes estratégicas podem ser assim definidas:

Conservação dos ecossistemas do Centro-Oeste, com redução das pressões antrópicas e recuperação das áreas degradadas; Melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais, garantindo que o dinamismo da economia se traduza em efetivo benefício dos centro-oestinos; Aumento das oportunidades sociais pela universalização do acesso de escolaridade (...); Aumento da competitividade econômica regional (...); Formação de um ambiente de inovação na economia regional com a ampliação das pesquisas (...); Redução da vulnerabilidade da economia regional que decorre da excessiva concentração da estrutura produtiva e da pauta de exportações no agronegócio (...), ampliação da agregação de valor da produção primária regional com adensamento das cadeias produtivas e beneficiamento dos produtos agropecuários, vegetais e minerais; aumento da capacidade de gestão do setor público regional (...) (BRASIL, 2004, p 150,151).

Em resumo, percebe-se que a Nova SUDECO vai se afirmando no papel de representar a União de forma eficiente no Centro Oeste, agora priorizando o desenvolvimento endógeno nos princípios de sustentabilidade, voltados principalmente aos pequenos empreendimentos rurais e urbanos (ROCHA, BUSCIOLI e SILVA 2012). Esse modelo pautado na sustentabilidade vem se materializando desde a década de 1980, quando foi timidamente adotado pela antiga SUDECO (ABREU, 2001), embora de forma muito mais discursiva do que prática. Esse tema foi fortalecido na década de 1990, principalmente após a ECO-Rio/1992, quando surge esse novo padrão que passa a ser a base do desenvolvimento nas ações públicas e privadas que hoje, com a Nova SUDECO, é o discurso vigente. Renasce assim a SUDECO com a proposta de adequar suas políticas a um novo modelo de desenvolvimento ancorado agora no discurso ambientalista expresso na ideia de sustentabilidade.

Enfim, pode também ser apontada aqui uma política comum à SUDECO em ambos os momentos de sua história, que seria exatamente o discurso da necessidade de incentivo à integração regional e à redução de desigualdades intrarregionais. Por outro lado, a Nova SUDECO prega a efetivação de políticas direcionadas ao combate às desigualdades sociais locais, incentivando a micro e pequena produção rural e urbana, política inexistente no outro formato da SUDECO, que defendia ações fundamentadas na concepção dos polos de desenvolvimento, nos quais o investimento em alguns centros de crescimento econômico catalisaria o desenvolvimento regional, resolvendo as questões locais por si só.

A Nova SUDECO foi projetada para ter uma atuação mais flexível, valorizando as potencialidades locais da região no setor agropecuário e a questão localizacional, porém,

deixa claro a possibilidade de incentivo a novas atividades que não necessariamente estavam idealizadas. O diferencial da Nova SUDECO é a adoção do paradigma de Desenvolvimento sustentável assim como a utilização do Planejamento Estratégico como modelo de gestão.

Assim:

A busca pelo desenvolvimento econômico, concomitante a princípios de equidade social e de conservação ambiental, atrelada a participação social no processo decisório, caracterizam o modelo de planejamento regional e proposto pela Nova SUDECO (ROCHA, BUSCIOLI e SILVA, 2012, p 146).

A recriação da SUDECO, com objetivos centralizados na promoção do desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste já em si representa um marco na nova política de desenvolvimento regional. Acreditemos que seus objetivos possam ser concretizados. Que o ressurgimento dessa superintendência possa ser realmente de articuladora, apoiadora, promotora e fomentadora do desenvolvimento da nossa região, em especial o estado do Mato Grosso.

4.1 A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Brasil inicia sua trajetória ao planejamento regional ainda na década de 1930, quando da depressão de 1929 que praticamente desestruturou a economia mundial. O planejamento nesse modo vem como intuito de solucionar a crise econômica instalada no país e evitar que novas crises econômicas se instalassem. Assim o planejamento regional fundamenta-se na questão de intervenção do Estado na economia sob o discurso de resolver as disparidades regionais existentes no país.

Disparidades regionais essas que são fruto do nosso passado colonial e que se fortaleceu no cenário de disputa entre os adeptos do modelo federalista, que defendiam a autonomia estadual, as oligarquias rurais e os defensores de um poder centralizado no executivo federal, nesse caso o governo Vargas, entre 1930 e 1945 (FILHO E BESSA,1995).

Assim, na tentativa de amenizar as disparidades regionais, e também de atender a nova ordem que se instala no país, ou seja, a ascensão dos federalistas, o governo inicialmente Vargas e depois JK, passaram a investir na atividade industrial, principalmente JK. Fato que

teve efeito contrário, na tentativa de amenizar as desigualdades regionais do país, pois com essa política as desigualdades se intensificaram.

Segundo Vainer e Araújo (2002), a hegemonia de São Paulo, durante o início do século XX, como centro da economia nacional fez dele um espaço diferenciado do restante do país. Reforçando mais ainda a ideia da existência de disparidades regionais no país, assim como da necessidade de se criar mecanismos para amenizá-las.

Podemos dizer que a criação da SUDENE em 1959 é a concretização dessa ideia. Como é comentado por Francisco de Oliveira (1977), quando afirma que por trás da política de existência de disparidades regionais, se manifestam conflitos entre classes, o que se manifesta na criação da SUDENE. A partir desse contexto, ou seja, a partir do entendimento da existência de jogos de poder entre os vários agentes detentores do capital no país, são traçadas todas as políticas de planejamento de desenvolvimento regional no país.

Nesse sentido, o debate sobre o tema desenvolvimento é cheio de posicionamentos teóricos distintos, que refletem as ideologias preponderantes em diferentes contextos sociais e econômicos da história brasileira. Como visto. “Ao longo do tempo, vêm alternando diferentes formulações e estratégias, muitas vezes vinculadas a regimes de governo e ao cenário internacional, bem como os seus respectivos contextos ideológicos (ALVES e ROCHA NETO, 2014, p 311).

Esse posicionamento nos remete à política de interiorização do capital na fronteira agrícola, inicialmente no Mato Grosso e posteriormente na Amazônia, sobre a ideologia de ocupar espaços vazios ou a de Segurança Nacional. Peguemos o caso da criação da SUDECO, tinha como base ideológica atender aos interesses do Estado autoritário ligado a grupos internacionais, em particular os Estados Unidos e articuladores locais, como as elites voltadas ao setor agropecuário e industrial, assim como sempre buscou atender seus interesses econômicos a qualquer custo. Veja o que diz ARRAYS (2009): “o Estado foi um ator chave na distribuição de recursos no território e sua ação no espaço regional traduziu os interesses dos grupos hegemônicos nacionais em associações com grupos regionais (ARRAYS, 2009, p. 01).

Desse modo, desde o início do século XX o estado vem desenvolvendo política de intervenção na condução da economia como condição básica de desenvolvimento. Fato esse acentuado a partir da grande depressão econômica de 1929, que ficou nítido a incapacidade do mercado, sem a intervenção do Estado de cumprir com os objetivos econômicos e sociais esperados. Assim, a insegurança no sistema econômico, a partir de então, e na busca de resgatar o desenvolvimento econômico, “levaram à elaboração de modelos racionais de

política econômica, que permitissem dominar as forças econômicas em direção à alocação ótima de recursos” (LAFER, 1975, p 12).

Podemos dizer que na verdade essa situação da crise mundial de 1929, da necessidade do planejamento como ferramenta de prevenção à crises econômicas, criou condições para a produção e reprodução capitalista, de alterar as estruturas humanas, sociais e espaciais existentes por outras. Condições que presenciamos aqui em Mato Grosso com a transformação radical de uma organização social estruturada há séculos por outra dita moderna e melhor.

Vargas e Theis (2014), argumentam que é importante ressaltar a crise teórica e da práxis dos modelos convencionais de planejamento que tiveram início no decorrer da década de 1950 e se aprofundaram na década de 1980. Assim, os modelos de planejamento regionais que se fundamentaram exclusivamente ao Estado foram perdendo espaço para o planejamento regional que passou a ser articulado por diferentes atores, ou seja, o planejamento passa a ser concebido no intuito de atender as necessidades de uma gama maior de interesses. Diria que esse sempre foi o objetivo do planejamento regional, porém agora não é mais apenas o Estado que vai decidir a que grupo beneficiar. Esses grupos passam a pressionar o Estado a desenvolver políticas que vem de encontro aos seus interesses. Desse modo o planejamento tradicional entra em crise.

Destaquemos que apesar do planejamento parte indissociável da política, nunca esteve totalmente “fechado” com o sistema político. “O planejamento e o Poder Executivo poderiam andar lado a lado nas decisões e aplicações de alternativas ao sistema posto. No entanto, lutas por poder têm feito dessas possibilidades meras utopias” (VARGAS e THEIS, 2014, p 10.)

Assim, “as estruturas de poder constituídas dentro de configurações políticas usuais reagem ao risco de perda de importância ou poderio de duas formas: ou combatem abertamente o planejamento, ou absorvem para promoverem, posteriormente, seu esvaziamento” (LOPES, 1990, p 35). Esse processo é discutido sistematicamente por OLIVEIRA (2006).

Como já comentado, o planejar no Brasil tem suas raízes na década de 1930. Período em que a economia brasileira começa a caminhar em direção ao que no período era considerado sinônimo de crescimento econômico, a industrialização, mesmo que contrariando a conjuntura até então existente no país, que era a economia centrada no setor agroexportador.

Essa tendência fica mais evidente com a política de governo com o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia), assim como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, entre 1940 e 1950, que visava essencialmente à industrialização acelerada do país

(VARGAS e THEIS, 2014). Nesse contexto, contribuíram sobremaneira a Comissão Mista de técnicos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, CEPAL e de Celso Furtado na difusão no Brasil da Técnica de Planificação que já era trabalhada e utilizada em vários países da América Latina (FURTADO, 1985).

Pode-se dizer que essa política contribuiu para o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro nos primeiros anos de sua implementação, no entanto esse aumento do PIB arrastou consigo as altas taxas de inflação, pondo em cheque o modelo vigente de substituição de importações. Assim, o planejamento do país passa a se direcionar a resolver problemas relacionados a inflação que engolia toda e qualquer expectativa de desenvolvimento econômico. Até que a partir de 1964, com o golpe militar, a participação e as práticas de planejamento ficam restritas aos desígnios do Governo Militar até a chamada redemocratização de 1985 (VARGAS e THEIS, 2014).

Assim, nas décadas seguintes, 1970 e 1980, as políticas de desenvolvimento são sistematizadas. O resultado são os Planos Nacionais de Desenvolvimento, que segundo ALVES e ROCHA NETO (2014), esses planos constituíram-se em pesado bloco de investimentos em infraestrutura básica direcionada a alavancar a atividade industrial no país. Assim fizeram parte desse pacote a construção da Usina de Itaipu, o Polo Petroquímico de Camaçari, o Projeto Carajás, a Zona Franca de Manaus, entre outros incentivos. Essa euforia vai até por volta de meados da década de 1970, quando o mundo é assombrado novamente, agora pela crise do petróleo, que segundo GARGNIN (2012), marca o fim da política desenvolvimentista caracterizada nesse período, “provoca o declínio das políticas do Estado relacionadas ao território, tornando as novas iniciativas de planejamento meramente formais” (GARGNIN, 2012, p 19).

Nos anos de 1990, com as políticas de cunho neoliberal, voltadas inclusive a todo o território brasileiro, esse contexto fica mais complicado ainda. Alves e Rocha Neto (2014), comentam que o processo de enfraquecimento do sistema ocorreu lentamente no tempo, porém o epicentro da crise foram os escândalos de corrupção e o fechamento de alguns instrumentos de incentivos que eram imprescindíveis a manutenção da situação em questão.

A situação ficou ainda mais adversa quando em 2001, através das medidas provisórias nº 2156-5 e a nº 2157-5, assinadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, extinguiu a SUDENE e a SUDAM, respectivamente. E em seguida, criando a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e a Agência de desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Agências essas que passaram a atuar ficticiamente “pois estavam completamente

esvaziadas de poder e de mandato institucional sobre o desenvolvimento regional, seja da perspectiva do planejamento, seja da ótica da gestão (ALVES e ROCHA NETO, 2014, p 316).

Apesar desse contexto de mudanças no cenário econômico, Marcio de OLIVEIRA JR (2011), comenta que a Política de Desenvolvimento Regional não foi de toda abandonada, que existem dispositivos na Constituição que coloca a questão do desenvolvimento regional como objetivos essenciais da República e um dos principais de ordem econômica, carecendo, legalmente de recursos econômicos projetos ou programas de desenvolvimento regional.

A exemplo dessa questão de recursos econômicos destinados a Política de Desenvolvimento Regional, podemos citar a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro Oeste pela Lei nº 7827/1989 (BRASIL, 1989), que concede créditos à empresas instaladas ou que venham a se instalar nessas regiões com juros bem abaixo do mercado.

Em 2010, os repasses do Tesouro Nacional á esses fundos foram superiores a 7,4 bilhões de reais (OLIVEIRA JR, 2011).

Atualmente a Política de Desenvolvimento Regional no Brasil tem ainda na figura da SUDAM, e da SUDENE e da SUDECO, importantes fontes de incentivos fiscais, além do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Oliveira JR (2011) comenta que tendo como ano base de 2010, os Fundos constitucionais de Financiamento, os incentivos fiscais das Superintendências e os Fundos de Desenvolvimento foram responsáveis pela liberação de recursos á Política de desenvolvimento regional superior a 16,5 bilhões de reais.

O Decreto nº 6047 de 22 de fevereiro de 2007, institui a Política nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2007). Porém essa Política começa a ser concebida a partir de 2003 em discussões no âmbito da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e da Secretaria de programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (MI) como proposta a uma de suas estratégias. Segundo Vargas e Theis (2014), “a atuação do Ministério da Integração através da Política nacional de Desenvolvimento Regional representa uma retomada explícita do governo Federal às políticas regionais de planejamento (VARGAS e THAIS, 2014 p 11)”.

Conforme BRASIL (2007), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, modo grosso, tem como objetivo de reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões

brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, orientando os programas e ações federais. Dentre as estratégias destaca o apoio e estímulo a processos e oportunidades de desenvolvimento regional em múltiplas escalas, convergindo aos propósitos de inclusão social, produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica (BRASIL, 2007, Decreto 6047/2007, art 1º e 2º)

Assim essa Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi estruturada tanto por uma visão territorial como pela articulação intersetorial. A execução da Política ocorre com a promoção e implementação de Planos, Programas e Ações de desenvolvimento regional e instrumentos financeiros, os quais devem ter suas expressões financeiras vinculadas ao Plano Plurianual (PPA) e priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (VARGAS e THAIS, 2014).

Apesar de toda sua sistematização e articulação, essa PNDR não logrou êxito aos níveis almejados pela conjuntura política e econômica hegemônica no período. Nesse sentido articulou-se a proposta da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A qual trataremos agora.

Vejamos alguns pontos relevantes dessa política. É considerada bastante ambiciosa face aos grandes problemas que pretende resolver que envolve as desigualdades e os entraves historicamente existentes que foram forjados e incorporados á sociedade e ao território nacional. Política que pretende interromper o ciclo vicioso do atual modelo predominante que vem reproduzindo as desigualdades, que subordina certos territórios e regiões para aqueles que possuem a hegemonia em face de suas relações com economias já consolidadas e internacionalizadas (VARGAS e ROCHA NETO, 2014).

Ela procura atender um conjunto de princípios que surge no contexto da democracia brasileira, como a transparência e a participação social. Outros princípios são a transescalaridade, a multidimensionalidade e a transversalidade de políticas. Nesses princípios prepondera o acolhimento da terceira geração de políticas regionais, fruto das avaliações sobre o processo de desenvolvimento endógeno. Assim, a terceira geração de políticas regionais propõe uma síntese de ações exógenas e endógenas (DINIZ, 2007).

A Solidariedade Regional constitui outro princípio da Nova PNDR. Aponta a necessidade de redistribuição territorial das atividades estruturais do desenvolvimento que constitui em outro grande desafio a ser enfrentado. A cooperação entre estados nacionais e entre até mesmo as várias frações do território nacional encontra bastante resistência,

resultado da globalização que impõe a constante competição entre os estados nacionais e até mesmo internamente entre as unidades federativas.

Outro princípio é a valorização da diversidade territorial, ambiental, social, cultural e econômica. Pretende com esse princípio “ratificar e valorizar como vantagem competitiva para o país, as potencialidades das capacidades produtivas de cada território, do patrimônio natural e cultural e da diversidade local e regional” (ALVES e ROCHA NETO, 2014, p 10).

A sustentabilidade é outro princípio dessa política. E não é aquela sustentabilidade que se limita somente a questão ambiental. E sim de garantir e assegurar para as regiões uma efetiva redução das desigualdades de oportunidades em razão do seu lugar de origem ou de moradia dos seus cidadãos.

Percebemos que a proposta da Nova PNDR traz consigo uma visão complexa e nacionalizada da questão regional do país, ressaltando os problemas comuns de cada uma das regiões. Ela parte da premissa de que, no Brasil, as desigualdades se manifestam de forma diferenciada de região para região e dinamicamente tanto no tempo quanto no espaço.

Para articular as possíveis soluções dos complexos problemas diagnosticados no contexto das disparidades regionais existentes no país, a Nova PNDR, fundamentou quatro objetivos específicos visando atender a essa questão. O primeiro é o que se chamou de Convergência. Por meio desse conceito visa diminuir as exorbitantes discrepâncias existentes no país que divide o nosso território e leva à exclusão parcelas significativas da sociedade, deixando-as fora do processo de desenvolvimento.

Para atender esse objetivo a proposta é utilizar o indicador rendimento domiciliar per capita nas microrregiões do IBGE e a variação do PIB em 10 anos. Assim, essa política interessa verificar o nível de produção de riquezas nas regiões e, principalmente, como ela é distribuída e apropriada pela sociedade (ALVES E ROCHA NETO, 2014).

Promover a competitividade em regiões que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração em função da incapacidade de geração de empregos e renda e oferta de serviços, constitui o segundo objetivo. Assim, essa política promoveria indagações sobre motivos que levam uma região se constituir como área de repulsão populacional e áreas que agem como atração populacional, articulando medidas para resolver ambos os problemas que se configuram com essa questão.

O terceiro objetivo refere-se a Agregação de Valor e Diversificação Econômica em regiões que apresentam fortes especializações na produção de commodities agrícolas e/ou minerais, com baixo valor agregado nas exportações, baixa diversificação econômica, elevada

desigualdade social e elevado risco ambiental. As ações direcionadas para essas regiões estão relacionadas a agregação de valor aos produtos in natura e na diversificação da produção.

Último objetivo refere-se ao fortalecimento da rede de cidades médias, desse modo, esse objetivo está direcionado para todo o território nacional. Vejamos o que esse objetivo diz: Construir uma rede de cidades com maior harmonia entre os diferentes níveis hierárquicos, identificando e fortalecendo as centralidades que possam operar, em variadas escalas, como vértices de uma rede policêntrica, com vistas a contribuir, ademais, para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento (BRASIL, 2012).

Convém aqui destacar que desde a década de 1950 vem se articulando políticas de desenvolvimento regional no país, como já mencionada anteriormente, e que elas contam com vultuosos recursos econômicos que são assegurados pela própria Constituição Federal, no entanto não conseguiram resolver o problema de convergência de renda per capita e a melhor equidade da atividade econômica entre as regiões brasileiras, ou seja, permanecem as grandes disparidades econômicas no país, que seguramente são os dois objetivos básicos buscado por todas as políticas de desenvolvimento regional que foram articuladas no país.

Novamente estamos às margens de uma nova Política de desenvolvimento Regional no país, esperamos que essa possa efetivar os seus objetivos, que como comentado são ambiciosos e podem conduzir o país a superação das disparidades regionais que inibe o desenvolvimento pleno da nossa sociedade.

Fechamos nossa discussão corroborando que a Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional é uma idealização, pois resulta de desejos coletivos. Mas:

Não é, contudo, uma utopia, haja vista a maturidade de todo o processo que a envolveu e da qualidade dos atores que dela participaram, além da capacidade técnica relacionada ao processo, aspectos que lhe conferem legitimidade para tornar-se uma política de Estado com a estatura que merece (ALVES e ROCHA NETO, 2014, p 336).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ascensão, após a Segunda Guerra mundial, das técnicas e o desenvolvimento das ciências, comumente conceituado como tecnocientífico, responsável pelo significativo desenvolvimento das atividades secundárias no Brasil, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, e pela implantação da modernização do campo, no caso de Mato Grosso, esse processo intensifica-se a partir da década de 1980, que faz parte da estratégia de se construir um forte mercado consumidor interno, atender as necessidades da emergente indústria no fornecimento de matérias primas e fortalecer as exportações de produtos primários nessa nova etapa da globalização.

O Estado através de diferentes mecanismos e ferramentas, como os Planos de Integração, no qual cria-se uma série de instituições, programas e ações, como a adoção das teorias de polos de desenvolvimento, passa a intervir explicitamente na economia, impondo um controle político e técnico abrangendo os chamados planejamentos para todos os tipos de redes e para todo o território nacional. Assim, o Estado passa adquirir poder não mais somente regional, mas também nacional através dos programas criados, como os polos e as regiões programas.

As superintendências tiveram papel fundamental nesse processo. Funcionavam como ferramentas técnicas assessorando cientificamente esse projeto maior de desenvolvimento nacional no Centro Oeste e na Amazônia. Elas atuavam como articuladoras entre o Governo Federal e as classes dominantes do capital agroindustrial da região. Ou seja, respondia os reclames provenientes do capital. Abreu (2001) sintetiza muito bem essa questão:

No ideário planejador do “Brasil-Potencia, o desenvolvimento como crescimento econômico é o objetivo último, em função do qual as ações propostas e realizadas pelos programas especiais (...) dirigiam-se à consolidação de infraestruturas, de atração de população, de mão-de-obra e barateamento nos custos de produção. Esse pensar/fazer (...), justificou-se no discurso das disparidades regionais, da distribuição de renda e de combate à pobreza pela geração de empregos, que se realizaria pelas mãos da iniciativa privada. Uma falácia, (...), na verdade, estava a superintendências a reboque da iniciativa privada e dos interesses do Estado (ABREU, 2001, p 306).

Nesse sentido podemos sintetizar a atuação das superintendências no processo de ocupação do território do Mato Grosso em alguns momentos chaves. O primeiro foi atuando no sentido de colocar para o Mato Grosso o papel estratégico enquanto fronteira a ser ocupada

e ligação para a Amazônia. Como nesse momento o discurso era o de ocupar os espaços vazios dessa região, intensificou o processo de colonização em direção a essa fronteira.

Oficialmente essa política estava fundamentada nos princípios de reforma agrária, apesar de que ficou à iniciativa privada o papel de promover essa “reforma agrária” a encargo das companhias colonizadoras. No entanto, além da maioria dessas empresas colonizadoras não cumpriram com a proposta de assentar os colonos, apropriaram-se de grandes áreas de terra, que mais tarde foram valorizadas em função de estarem às margens da infraestrutura montada pelo Governo, no caso, os principais troncos rodoviários de penetração.

Podemos elencar também a cumplicidade do INCRA no sentido de permitir e legalizar propriedades rurais consideradas de reforma agrária, que na verdade se constituíam em verdadeiros latifúndios. Áreas que chegavam a ter mais de 3 mil hectares que não se configurava como propriedade familiar, conforme o caráter legal da reforma agrária, que no bioma amazônico é de 80 a 1000 hectares (INCRA, 2010).

Assim essa prática acabou contribuindo muito mais para a concentração fundiária do que para a reforma agrária, uma vez que acarretou a baixa utilização produtiva da terra e a especulação imobiliária. Em outras palavras, a empresa colonizadora adquiria a propriedade, favorecido por todas as políticas governamentais da época como, preço irrisório, créditos em condições favoráveis e uma infinidade de incentivos fiscais, pois isso era articulado como emergência de reforma agrária. Posteriormente as colonizadoras loteavam essa propriedade e comercializavam com os colonos a preços “normais”.

Essa questão pode ser melhor frisada na fala de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1983):

O processo de colonização em mato Grosso, só será entendido enquanto parte integrante do processo de expansão do capitalismo no campo, que necessita do pequeno produtor enquanto produtor de mercadorias para o mercado, e como consumidor dos produtos industrializados (OLIVEIRA, 1983, p 77).

Com o passar das décadas de 1970 e 1980, essa política que até então ficava mascarada por essas articulações, a partir da década de 1990 ela passa então a ser “legalizada”. Pois as atuais relações econômicas do país movidas pela globalização necessitavam de uma outra roupagem:

Mudou-se o discurso, porque ele agora (empresariado) precisa incorporar os ditames de modernidade que o capital industrial impõe, na medida em que seriam definitiva e claramente o condutor desse processo, seja pela

introdução e intensificação das tecnologias no processo de produção, seja porque a produção estaria voltada basicamente para a agricultura comercial e para a pecuária intensiva (ABREU, 2001, p 309).

Nesse sentido, agora o colono deveria ser selecionado e dotado de “habilidades” empresariais. Ou seja, o novo colono teria a função de intensificar os processos produtivos no campo. Esse é o momento em que se intensificou a mecanização da agricultura do estado de Mato Grosso e é introduzida a agroindústria e o pequeno produtor, desprovido de capacidade de financeira é excluído do processo. Período caracterizado pelo acelerado êxodo rural no estado, tanto do simples camponês como do pequeno e médio produtor rural.

Becker (2006) destaca que boa parte da população expulsa do campo nas porções sul/centro do Mato Grosso deslocou-se para as novas frentes de expansão que foram abertas no norte e nordeste do Mato Grosso, e em Rondônia. Local que se instalariam, novamente, as empresas colonizadoras, as madeireiras, as mineradoras e agropecuárias de capital nacional e internacional.

Finalizamos essa sessão citando uma afirmativa de Abreu (2001), que possui elementos sintetizadores das práticas integracionistas do Estado em Mato Grosso:

A retórica das áreas-programas embasadas no discurso desenvolvimentista e na teoria dos polos de desenvolvimento, serviu para alimentar a ideia de que a implantação das empresas agropecuárias, capitalizadas e modernas, alimentadas por fundos fiscais e financeiros, seriam vetores de otimização do aproveitamento dos recursos disponíveis, fomentando emprego de mão-de-obra, o acesso a terra, maior produtividade e a ocupação planejada do território. Não foi o que aconteceu. O processo de polarização preconizado se consolidou antes em verdadeiros “enclaves” que se consolidaram como lucrativos negócios para os empresários dos vários setores que adquiriram seu “quinhão” de território no Mato Grosso (ABREU, 2001, p 312).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABREU, Silvana. **Planejamento Governamental: A SUDECO no Espaço Mato-grossense. Contexto, Propósitos e Contradições.** Tese (Doutorado em Geografia), USP, 2001.

AJARA, C. População in: IBGE. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste.** V1. Rio de Janeiro: 1989.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves. **Fronteiras da Globalização.** São Paulo: Ática, 2010.

ALVES, A.M e ROCHA NETO, J.M de. **A Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre Perspectiva de Inovação e a Perspectiva de Desafios.** In Revista Política e Planejamento regional. Rio de Janeiro, v1, n 2, junho/dezembro 2014.

ALVES, M.H. Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis. Ed Vozes LTDA, 1988.

ARRAIS, T.A. **Apontamentos Metodológicos Sobre o Desenvolvimento Regional.** In: Revista Bibliográfica de Geografia Y ciências Sociales. Universidade de Barcelona. Vol XIV, n° 849, 2009.

AZEVEDO, R. A. B, de. **Alterações Espaço-Temporais da Agropecuária de Mato Grosso e Seus Reflexos na Regionalização do Uso da Terra no Período 1970-1985.** Dissertação Mestrado. Cuiabá. UFMT, 1996.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, Bertha K. **Redefinindo a Amazônia: Vetor Tecno-Ecológico.** In: Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território/Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, Organizadores. 5° ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BECKMANN, E. e OLIVEIRA, A. M. **Levantamento e Análise do Potencial Agroindustrial dos Municípios Mato-Grossense de Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde.** In: Revista de Estudos Sociais, ano 12, n°24, vol. 2, 2010.

BERNARDES, J.B. **As Estratégias do Capital no Complexo da Soja**. In: Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território/Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, organizadores- 5º ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3º ed. Rio de Janeiro, contraponto, 1996.

BOMFIM, P.R.A. **A Ostentação Estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)**. Tese (Doutorado em Geografia), USP, 2007.

BRANDÃO, C. **Acumulação Primitiva Permanente e desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo**. In: Almeida, A.W.B. de (Org). Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **II PND- II Plano Nacional de desenvolvimento**. Brasília (DF). 1974.

BRASIL, Ministério do Interior/Sudeco. **Relatório Analítico 1976**. Brasília, 1976.

CARGNIN, A.P. **A Dimensão Territorial no Planejamento governamental Brasileiro: avanços e Limitações na elaboração dos Planos Plurianuais** In: Seminário Reforma do Estado e Território: Integração sul-Americana e Gestão do Território. Porto Alegre, 2007.

CARLI, M.A. F. **A Colônia Agrícola de Dourados: Povoamento e Colonização (1946-1963)**. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Dom Pedro Casaldáliga: Sinônimo da Luta Pela Terra na Amazônia Mato-grossense**: XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

CARELI, Vicente; SEVERINO, Milton. **Mão Branca Contra o Povo Cinza**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

CAVALCANTE, M.A e BARREIRA, C. C. M. A. **Ações da Sudeco no Desenvolvimento do Centro-Oeste no Estado de Goiás.** UFG. Goiânia, 2011.

COSTA, Romana M.R. **Cultura e Contato: Um Estudo da Sociedade Paresi no contexto das Relações interétnicas.** Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) em Antropologia social, MN/UERJ.

DINIZ FILHO, L.L e BESSA, V.C. **Território e Política: As Mutações do Discurso Regionalista no Brasil.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 8- História e Região São Paulo: Perspectiva, 1997.

DINIZ, C. C. **Políticas de desenvolvimento Regional: desafios e Perspectivas à Luz das experiências da União Europeia e do Brasil.** Brasília, DF: Ed UNB, 2007.

EVANS, Peter, B. **Análise do Estado no Mundo Neoliberal: Uma abordagem institucional comparativa.** Revista de Economia contemporânea, N°4, jul-dez, 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE- FUNASA. **Saúde Indígena.** Brasília. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI. **Povos e Terras Indígenas.** Brasília, 2016.

FURTADO, C. **A Fantasia Organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALLETI, Lyliá da Silva Guedes. **Nos confins da Civilização. Sertão Fronteira e Identidade nas representações sobre o Mato Grosso.** São Paulo, 2000. Tese de Doutorado, DH/FFLCH/USP.

GIANNASI, C.A. **Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1972).** Tese de Doutorado. USP. Dep. História, 2011.

HIGA, Tereza Cristina Souza. **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade Ambiente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

IANNI, O. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia.** São Paulo: Vozes, 1979.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).** São Paulo: Vozes, 1971.

IBGE. **Séries Históricas e Estatísticas- censo demográfico 1970 a 2010 e PIP a preço de mercado 1999 a 2010.** Disponível em: Seriesestatisticas.ibge.gov.br. Acesso em: 07/07/2014.

ISA- Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil-** 1985-1986. São Paulo, 1996.

ISA- Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil.** 1991-1995. São Paulo, 1996.

ISA- Instituto Socioambiental. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação: O Desafio das Sobreposições.** São Paulo. 2004.

LAFER, B.M. **O Conceito de Planejamento.** In: Lafer, B.M (org) Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LENHARO, Alcir. **Frente, Crise e Mudança na Oeste de Colonização.** Cuiabá: UFMT, 1982. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste.** Campinas, 1986, Unicamp.

LIMA, A.C.C. e SIMÕES, R.F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e Suas Implicações de Políticas Econômica no Pós-Guerra: O caso Brasil. Belo Horizonte.** UFMG/Cedeplar, 2009.

MORAES, A,C,R. **Geografia histórica do Brasil: Capitalismo, Território e Periferia.** São Paulo: Annablume, 2011.

MARGARIT, Eduardo. **O Processo de Ocupação do Espaço ao Longo da BR-163: Uma Leitura a Parir do Planejamento Regional Estratégico da Amazônia Durante o Governo Militar.** Geografia em Questão. V. 06, nº01, 2013.

MARTIN, André Roberto. **As Fronteiras Internas e a Questão Regional do Brasil.** São Paulo, 1993. Tese de Doutorado, DG/FFCH/USP.

MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO- SEPLAN- MT. **Anuário Estatístico: 1970-2010.**

MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN- MT). ABUTAKKA, A. LIMA, M.B (Org). **Mato Grosso em Números (Edição 2006).** Cuiabá, Central de Textos.

MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. (SEPLAN/ PRODEAGRO). **Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico de Estado de Mato Grosso**. Cuiabá. 1998.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo, Livraria Martins, 1940.

MORENO, G. **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade Ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. **Aceleração Temporal na Fronteira: estudo do caso de Rondonópolis, MT**. São Paulo, 1997. Tese doutorado departamento de História da FFLCH.

NETO, C.S. Vilarinho. **A Formação das Cidades e a Urbanização**. In: Geografia do Mato Grosso: Território, Sociedade, ambiente. Gislaene Moreno, Tereza Cristina Higa (Orgs): Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

NETO, N.T. **Metodologias de Pesquisa para o Estudo Geográfico da Sociabilidade Juvenil**. RA' EGA, O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba, UFPR, 2011.

NOGUEIRA, C.E. **O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. São Paulo: Tese de Doutorado. Área de Geografia Humana. Departamento de Geografia. FFLCH, USP, 2013.

NOGUEIRA, R.J. B. **Algumas questões sobre o conceito de Amazônia como Região de Fronteira Econômica**, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, corrupção e violência**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado), FFLC, Departamento de Geografia- USP.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Territórios e Expropriação. Mato Grosso: Os Territórios Índios.** In: Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente/Gislaene Morreno, Tereza Cristina Souza Higa (orgs): colaboradora Gilda Tomasini Maitelli, Cuiabá, 2005.

OLIVEIRA, F.M.C. **Crítica à Razão Dualista.** O Ornitorrinco. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA JR, M. **De que Política de Desenvolvimento Regional o Brasil Precisa?** In: Brasil Economia e Governo. Instituto Braudel, São Paulo, 2011.

OPAM- Operação Anchieta; CIMI- Conselho Indígena. **Índios em Mato Grosso.** Dossiê. Cuiabá, 1987.

PNDU- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **IDH por Município e Estado.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em: 18/07/2014.

PERREIRA, B.D. **Industrialização da Agricultura de Mato Grosso.** Cuiabá, Edufmt, 1995.

VELLOSO, P. J. Reis. **Discurso.** In: Planejamento e desenvolvimento III. Rio de Janeiro, IBGE, 1978.

REVISTA VISÃO. **Mato Grosso na Hora da Divisão.** São Paulo, n° 46 (10), maio, 1975.

ROCHA, A.L. da, BUSCIOLI, J.F.I e SILVA, W.G. **Planejamento Regional no Centro-Oeste: Da Velha à Nova Sudeco.** In: Revista eletrônica AGB-TL, MS, n15, ano 8, maio 2012.

SANTOS, Milton. **A Aceleração Contemporânea.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por Uma geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** 11ª ed.-Rio de Janeiro : Record, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e alternativas.** 2 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SEAD- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo, 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DA SAÚDE INDÍGENA- SESAI. Departamento de Gestão da Saúde Indígena. Brasília, 2016.

SILVEIRA, R.L.L. da. **Redes e Territórios: Uma Breve contribuição Geográfica ao debate sobre A relação Sociedade e Tecnologia.** Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e a Gestão Urbanos.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

UDERMAN, Simone. **O Estado e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento regional.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, V.39, n°2, abr-jun2008.

URÁN, A.M.B. de. **Nacionalismo, Militarismo e Doutrinação na América Latina.** Petrópolis, ed. Vozes LTDA, 1987. Tradução de José Saramago.

VARGAS, D.B. e THEIS, I.M. **Planejamento Regional no Brasil no Período recente: A Política Nacional de desenvolvimento Regional.** In: Encontro de economia do Planejamento Regional. Revista paranaense de desenvolvimento, n 20 jan/jun, 2014, Curitiba.

VAINER, C.B. e ARAÚJO, F.G.B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VOLOCHKO, D. **Da Extensão do Campo à Centralização do Urbano: elementos para debate da produção do espaço em Mato Grosso.** Revista Mato-Grossense de Geografia, Cuiabá, n°16. P.18-38, jan/jun 2013.

WERNER, Deborah. **Desenvolvimento Regional e Grandes Projetos Hidrelétricos: caso do Complexo Madeira.** SEDRES. Rio de Janeiro. 2002.